

## 1. Contexto operacional

Viabilizar soluções de investimentos e serviços em infraestrutura. Essa é a principal contribuição da CCR para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental das regiões onde atua. A CCR é um dos maiores grupos privados de concessões de infraestrutura da América Latina. O objeto social da CCR permite à Companhia atuar no setor de concessões de rodovias, aeroportos, vias urbanas, pontes e túneis, além do setor de infraestrutura metroviária e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como participações em outras sociedades.

A CCR é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em São Paulo, Capital, constituída de acordo com as leis brasileiras e com ações negociadas na BM&FBovespa (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros) sob a sigla “CCRO3”.

O exercício social da Companhia e de suas investidas inicia-se em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano.

Atualmente, o Grupo CCR é responsável por 3.285,48 quilômetros de rodovias da malha concedida nacional nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Mato Grosso do Sul, sendo que em 3.194,90 quilômetros é responsável pela administração e em 90,58 quilômetros apenas pela conservação e manutenção. As rodovias do Grupo CCR estão sob a gestão das concessionárias CCR Ponte, CCR NovaDutra, CCR ViaLagos, CCR RodoNorte, CCR AutoBAn, CCR ViaOeste, CCR RodoAnel Oeste, CCR SPVias, CCR MSVia, Renovias e ViaRio.

Além da atuação em concessões rodoviárias, buscamos investimentos em outros negócios. Exemplo disso são as nossas participações, diretas ou indiretas, nas empresas ViaQuatro (Linha 4-Amarela do Metrô de São Paulo), Metrô Bahia (Metrô de Salvador – Lauro de Freitas), STP (Serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamento Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre), Samm (transmissão de dados em alta capacidade por meio de fibras óticas implantadas ao longo de rodovias e linha 4 do metrô), Barcas (transporte aquaviário de passageiros), VLT Carioca (transporte de passageiros através de veículos leves sobre trilhos), BH Airport (Aeroporto Internacional Tancredo Neves) e Quiport, Aeris e CAP (operadoras dos Aeroportos Internacionais de Quito, San Jose e Curaçao, respectivamente).

Fazem parte do Grupo CCR as seguintes empresas:

### Participações diretas da CCR

- Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (CCR NovaDutra)
- Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. (CCR AutoBAn)
- Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (CCR ViaLagos)
- Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. (CCR Ponte)
- RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (CCR RodoNorte)
- Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A. (CCR ViaOeste)
- Concessionária do RodoAnel Oeste S.A. (CCR RodoAnel Oeste)
- Companhia de Participações em Concessões (CPC)
- Parques Serviços Ltda. (Parques)
- CIIS – Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços. (CIIS) (Anteriormente Actua Assessoria)
- Samm – Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda. (Samm)
- Sociedade de Participação em Concessões Públicas S.A. (SPCP) (Anteriormente CPCSP)
- Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L de C.V. (CCR México)
- Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro)
- Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP) e suas controladas, Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. (CGMP) e Sociedade de Gestão de Meios de Pagamento Ltda. (SGMP)
- Concessionária ViaRio S.A. (ViaRio)

### **Participações indiretas da CCR por meio de sua controlada CPC**

- Renovias Concessionária S.A. (Renovias)
- Rodovias Integradas do Oeste S.A. (CCR SPVias)
- Controlar S.A. (Controlar) (em fase de liquidação)
- Inovap 5 Administração e Participações Ltda. (Inovap 5)
- CCR España - Concesiones y Participaciones S.L. (CCR España)
- CCR España Emprendimientos S.L.U. (CCR España Emprendimientos) (Anteriormente AG Concesiones y Participaciones S.L.U. – AG Concesiones)
- Alba Concessions Inc. (Alba Concessions) (Anteriormente AG Concessions Inc)
- Alba Participations Inc. (Alba Participations) (Anteriormente AGC Participations Inc)
- FTZ Development S.A. (FTZ)
- Barcas S.A. – Transportes Marítimos (CCR Barcas) e sua controlada ATP – Around The Pier Administração e Participações Ltda. (ATP)
- Green Airports Inc. (Green Airports) (anteriormente AGC Airports), sua controlada em conjunto, Inversiones Bancnat S.A. (IBSA BVI) e a controlada desta, IBSA Finance (Barbados) Inc. (IBSA Finance)
- Companhia do Metrô da Bahia (CCR Metrô Bahia)
- Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. (CCR MSVia)
- Instituto CCR
- SCCV – Sociedade de Comercialização de Créditos de Viagem S.A. (SCCV)
- Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A. (BH Airport)
- Sociedade de Participação no Aeroporto de Confins S.A. (Spac)

### **Participações indiretas da CCR por meio de sua controlada indireta CCR España Emprendimientos**

- Quiport Holdings S.A. (Quiport Holdings) e suas controladas, Ícaros Development Corporation S.A. (Ícaros) e Corporación Quiport S.A. (Quiport).

### **Participações indiretas da CCR por meio de sua controlada indireta CCR España**

- MTH Houdster En Maritien Transport B.V. (MTH)
- Companhia de Participações Aeroportuárias (CPA), sua controlada em conjunto Curaçao Airport Investments N.V. (CAI) e as controladas desta, Curaçao Airport Real Estate Enterprise N.V. (CARE) e Curaçao Airport Partners N.V. (CAP)
- CCR Costa Rica Emprendimientos S.A. (CCR Costa Rica) (anteriormente AGC Holding), suas controladas em conjunto, Grupo de Aeropuertos Internacional AAH SRL (Aeropuertos), Desarrollos de Aeropuertos AAH SRL (Desarrollos) e Terminal Aérea General AAH SRL (Terminal) e a controlada destas, Aeris Holding Costa Rica S.A. (Aeris)

### **Participações indiretas da CCR por meio de sua controlada CIIS**

- Concessionária do VLT Carioca S.A. (VLT Carioca)

### **Concessões do Grupo CCR**

Veja a seguir, mais detalhes das concessões do Grupo CCR:

**CCR NovaDutra (NovaDutra):** Rodovia BR-116/RJ/SP (Via Dutra) entre as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, num total de 402,2 quilômetros. O prazo do contrato de concessão vai até 1º de março de 2021;

**CCR AutoBAn (AutoBAn):** Sistema Anhanguera-Bandeirantes, composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, entre São Paulo e Limeira, sendo responsável pela administração (operação, conservação e manutenção) de 316,8 quilômetros, e manutenção e conservação de outros 5,9 quilômetros. O prazo do contrato de concessão vai até 1º de janeiro de 2027;

**CCR ViaLagos (ViaLagos):** Ligação viária entre os municípios de Rio Bonito, Araruama e São Pedro da Aldeia, abrangendo as rodovias RJ-124 e RJ-106, totalizando 56 quilômetros. Em 13 de dezembro de 2011, foi formalizada a extensão do prazo de concessão em 15 anos, sendo que a partir de janeiro de 2012, o prazo do contrato de concessão passou a ser até 12 de janeiro de 2037;

**CCR Ponte (Ponte):** Ponte Presidente Costa e Silva (Rio-Niterói), totalizando 23,3 quilômetros. O prazo do contrato de concessão vai até 1º de junho de 2015;

**CCR RodoNorte (RodoNorte):** Rodovia BR-376, de Apucarana a São Luís do Purunã; Rodovia BR-277, entre São Luís do Purunã e Curitiba; PR-151, de Jaguariaíva a Ponta Grossa; e BR-373, entre Ponta Grossa e o Trevo do Caetano. A concessionária é responsável pela administração (operação, conservação e manutenção) de 487,5 quilômetros e pela manutenção e conservação de outros 80,28 quilômetros. O prazo do contrato de concessão vai até 27 de novembro de 2021. A CCR tem 85,92% do capital social dessa concessionária;

**CCR ViaOeste (ViaOeste):** Rodovias Castello Branco (SP-280), Raposo Tavares (SP-270), Senador Jose Ermírio de Moraes (SP-075) e Dr. Celso Charuri (SP-091), ligando a capital paulista ao oeste do Estado. A concessionária é responsável pela administração de 168,62 quilômetros e pela manutenção e conservação de outros 4,4 quilômetros. O contrato de concessão vai até 30 de dezembro de 2022;

**CCR RodoAnel Oeste (RodoAnel Oeste):** Trecho oeste do Rodoanel Mário Covas, numa extensão total de 32 quilômetros, interligando os corredores de acesso à cidade de São Paulo (SP-348, SP-330, SP-280, SP-270 e BR-116) e os conectando ao trecho sul em direção ao Porto de Santos. O prazo do contrato de concessão vai até 1º de junho de 2038. A CCR tem 98,8034% do capital social da concessionária.

**CCR SPVias (SPVias):** Rodovias Castello Branco (SP-280), Raposo Tavares (SP-270), Francisco da Silva Pontes e Antonio Romano Schincariol (ambas SP-127), Francisco Alves Negrão (SP-258) e João Mellão (SP-255), num total de 515,68 quilômetros de extensão. O prazo da concessão vai até 10 de outubro de 2027.

**Renovias:** Rodovias SP-215, SP-340, SP-342, SP-344 e SP-350, entre Campinas e o sul de Minas Gerais, com extensão de 345,6 quilômetros. O prazo de concessão vai até 14 de junho de 2022. A CPC detém 40% do capital social da concessionária.

**ViaQuatro:** Linha 4-Amarela do Metrô de São Paulo, totalizando 12,8 quilômetros sobre trilhos e 11 estações, sendo 9 quilômetros (6 Estações) na fase I e os 3,8 restantes com a inclusão de mais cinco estações na fase II, que prevê ainda 3,5 quilômetros a serem operados por meio de ônibus entre a estação Vila Sônia e Taboão da Serra. A primeira fase do projeto já está concluída com a abertura das estações Luz, República, Butantã, Pinheiros, Faria Lima e Paulista. A vigência do contrato de concessão vai até novembro de 2038, podendo ser prorrogado até 2041, para completar 30 anos de operação. A CCR detém 58% do capital social dessa concessionária.

A concessão é feita no regime de Parceria Público-Privada (PPP) pela qual há o pagamento, pelo Poder Concedente, de contraprestações pecuniárias, assim como há a tarifação ao usuário pelo serviço de transporte. A concessionária é responsável pelo fornecimento dos trens, sistemas (sinalização, comunicação e controle) e pela operação e manutenção e o Poder Concedente pela infraestrutura metroviária.

**Controlar:** A concessão contemplava a implantação de centros de inspeção e a realização da inspeção obrigatória de veículos leves e pesados, com motores dos ciclos Otto e Diesel, registrados no município de São Paulo. A CPC detém, 49,0088% do capital social total da concessionária, correspondente a 50% das ações ordinárias. Em 31 de janeiro de 2014, a concessionária encerrou suas atividades e atualmente se encontra em fase de liquidação (vide nota explicativa 13c).

**CCR Barcas (Barcas) e ATP:** A concessão foi realizada por meio de licitação pública, em 1998, pela Companhia de Navegação do Estado do Rio de Janeiro e é a única concessionária de serviços públicos dedicada à operação de transporte de massa no modal aquaviário, com direito de atuação no Estado do Rio de Janeiro. O contrato de concessão tem prazo de 25 anos, com possibilidade de extensão por outros 25 anos. A concessão vai até 12 de fevereiro de 2023. Em 2 de julho de 2012, a CPC passou a deter 80% do capital social dessa concessionária.

A Barcas detém 99,99% do capital da ATP, empresa cujo principal objeto social é a administração de receitas acessórias da Barcas.

**Aeroporto Internacional de Quito, no Equador:** Em 25 de maio de 2012, a controlada CPC passou a deter indiretamente, aproximadamente 45,49% das ações da Quiport, com a aquisição de 100% do capital social da AG Concesiones (atualmente CCR España Emprendimientos).

A CCR España Emprendimientos é uma empresa com sede em Guipuzkoa – San Sebastian, na Espanha, que têm por objeto social a gestão e administração de outras sociedades. A empresa detém participação direta de 45,5% no capital social da Quiport Holdings e indireta de 99,95623% no capital social da Ícaros, sendo que estas detêm 75% e 25% do capital social da Quiport, respectivamente.

A Quiport Holdings e a Ícaros são empresas localizadas no Uruguai, que têm por objeto social a participação em outras sociedades.

A Quiport é responsável pela construção e operação do Novo Aeroporto Internacional de Quito (NQIA), localizado a aproximadamente 25 quilômetros da capital equatoriana e era responsável pela operação do antigo Aeroporto Internacional Mariscal Sucre (MSIA), em Quito. O prazo de concessão é de 35 anos, encerrando-se em janeiro de 2041. O início das operações no NQIA ocorreu em fevereiro de 2013.

Além das empresas acima, a CPC detém 100% da Alba Concessions, empresa localizada nas Ilhas Virgens Britânicas, que tem como objeto social a participação em outras sociedades, 45,5% da FTZ e 100% da Alba Participations, sendo que as duas últimas não possuem operações. A participação acionária nas referidas empresas faz parte do projeto referente ao Aeroporto Internacional de Quito (Projeto Quito), no Equador.

**Aeroporto Internacional de San Jose, na Costa Rica:** Em 10 de setembro de 2012, a controlada da CPC, através da CCR España, passou a deter indiretamente, aproximadamente 48,75% das ações da Aeris, com a aquisição da AGC Holdings (atualmente CCR Costa Rica). A CCR Costa Rica detém participação direta de 48,767% na Aeropuertos, de 51% na Desarrollos e de 50% na Terminal, sendo que estas detêm 42,5%, 52,4% e 2,6%, respectivamente, do capital social da Aeris.

A CCR Costa Rica, a Aeropuertos, a Desarrollos e a Terminal, são empresas localizadas na Costa Rica, que têm por objeto social a participação em outras sociedades.

A Aeris é responsável pela operação do Aeroporto Internacional de San Jose (Aeroporto Internacional Juan Santa Maria). O prazo de concessão vai até maio de 2026.

Além das empresas acima, a CPC detém 100% da Green Airports, a qual detém participação de 50% na IBSA BVI, ambas localizadas nas Ilhas Virgens Britânicas, sendo que a IBSA BVI detém participação de 100% na IBSA Finance, localizada em Barbados. As empresas têm como objeto

social a participação em outras sociedades. A participação acionária nas referidas empresas faz parte do projeto referente ao Aeroporto Internacional de San Jose (Projeto Costa Rica).

**Aeroporto Internacional de Curaçao:** Em 22 de outubro de 2012, a controlada CPC, por meio da CCR España, passou a deter indiretamente, aproximadamente 40,8% das ações da CAP, com a aquisição de 80% do capital social da CPA. A CPA detém participação direta de 51% na CAI, sendo que esta detém 100% do capital social da CARE e CAP. Em 12 de junho de 2013, a CCR España adquiriu diretamente, participação adicional de 39% do capital social da CAI, passando a deter, direta e indiretamente (através da CPA), 79,8% do Aeroporto Internacional de Curaçao.

A CPA é uma empresa localizada no Brasil, que tem por objeto social a participação em outras sociedades.

A CAI e a CARE, são empresas localizadas em Curaçao. A CARE não possui operações atualmente e a CAI tem por objeto social a participação em outras sociedades.

A CAP é responsável pela operação do Aeroporto Internacional de Curaçao (Aeroporto Internacional Hato). O prazo de concessão vai até abril de 2033.

**ViaRio:** Em 26 de abril de 2012, a ViaRio assinou o contrato de concessão para a outorga, mediante concessão, dos serviços de implantação, operação, manutenção, monitoração, conservação e realização de melhorias da Ligação Transolímpica. A construção da ligação faz parte do pacote de investimentos para a Olimpíada de 2016, que será realizada no Rio de Janeiro. A concessão tem prazo de 35 anos e a via concedida terá extensão de 13 quilômetros, ligando o bairro de Deodoro à Barra da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro. A via terá início na Avenida Brasil, estendendo-se até a Estrada dos Bandeirantes, em Jacarepaguá. A concessão tem prazo estimado de 4 anos para construção da via. A CCR detém 33,33% do capital social dessa concessionária.

**Metrô Bahia:** Em 15 de outubro de 2013, o Metrô Bahia assinou contrato para a exploração de concessão em regime de Parceria Público-Privada, na modalidade de concessão patrocinada, para implantação e operação do sistema metroviário de Salvador e Lauro de Freitas. O contrato de concessão que tem prazo de 30 anos, até 15 de outubro de 2043 e a CCR detém, diretamente e indiretamente, 100% do capital social dessa Concessionária.

Em 11 de junho de 2014, a Companhia iniciou a Operação Assistida na Linha 1, sem cobrança de tarifa e em horário reduzido, abrangendo as Estações Lapa, Campo da Pólvora, Brotas e Acesso Norte. Em 22 de Agosto de 2014 foi inaugurada a Estação Retiro, que passou a integrar a rede em Operação Assistida.

**VLT Carioca:** Em 14 de junho de 2013, a concessionária VLT Carioca assinou o contrato de concessão em regime de Parceria Público-Privada, na modalidade de concessão patrocinada dos serviços, fornecimentos e obras de implantação, operação e manutenção de sistema de transporte de passageiros através de Veículo Leve sobre Trilhos ("VLT"), na região portuária e central do Rio de Janeiro. A concessão tem prazo de 25 anos, contados a partir da emissão da ordem de início e contará com 42 estações e cerca de 28 quilômetros de vias. A CIIS detém 24,875% do capital social dessa concessionária.

**MSVia:** Em 20 de dezembro de 2013, a CPC foi declarada vencedora do processo de licitação da BR-163 (lote 6). Com essa conquista, a empresa ficará responsável por mais 847,2 quilômetros de rodovia ligando Mundo Novo (cidade em Mato Grosso do Sul, próximo à divisa com o estado do Paraná e a fronteira com o Paraguai) até Sonora/Pedro Gomes, na divisa com o Estado do Mato Grosso. O prazo de concessão é de 30 anos a partir da data da assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência de Bens, que ocorreu em 11 de abril de 2014.

**BH Airport:** Em 22 de janeiro de 2014, foi constituída a Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A. (BH Airport), companhia que será responsável pela ampliação, manutenção e

exploração do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, situado nos municípios de Confins e Lagoa Santa, no Estado de Minas Gerais. O contrato de concessão foi assinado em 7 de abril de 2014 e a concessão tem prazo de 30 anos. Em 12 de agosto de 2014, a Concessionária iniciou a operação assistida no Aeroporto pelo período de 3 meses, conforme previsto no contrato de concessão e, em 12 de janeiro de 2015, iniciou-se a operação plena do aeroporto. A CPC detém 38,25% da concessionária, indiretamente, através da Spac, na qual detém 75% do capital social.

### **Outras empresas do Grupo CCR**

**CPC:** Tem por objetivo avaliar as oportunidades de novos negócios, em processos de licitação, bem como realizar a administração direta de novos negócios. A CPC ainda conta com a Divisão Engelog e a Divisão Engelogtec, ambas com autonomia de gestão e foco nos resultados em suas áreas de atuação. A CCR e a CIIS detém 99% e 1% do capital da CPC, respectivamente.

**STP e suas controladas:** A STP opera os serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamentos Sem Parar, utilizados atualmente por cerca de 4,8 milhões de usuários. Responsável pela implementação do sistema de identificação automática de veículos (IAV) no Brasil, a STP está presente em 58 concessionárias de rodovias e em 227 estacionamentos nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Espírito Santo e no Distrito Federal.

Em 3 de outubro de 2013, foi concretizada a venda da participação societária de 10% das ações representativas do capital social da STP, pelo valor total de R\$ 250.000, sendo que a CCR vendeu ações representativas do capital social, de sua titularidade, correspondentes a 4,01280%, pelo valor de R\$100.320. Após a venda, a CCR passou a deter 34,2372% do capital social da empresa. Anteriormente, a participação era de 38,25%.

Em 2014, a investida consolidou o produto “Abastece” e passou a atuar em postos de combustíveis com o sistema de pagamento automático do serviço “Sem Parar”. Atualmente, existem 444 postos disponibilizando o serviço, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná.

**CIIS (anteriormente Actua Assessoria), Parques e Inovap 5:** Estas empresas têm por objetivo a prestação de serviços às empresas controladas da CCR, de acordo com os respectivos objetos sociais. A CIIS detém ainda participação minoritária em algumas das empresas pertencentes ao Grupo CCR, tais como a Ponte, ViaLagos, CPC, Samm e SPCP, além da participação de 24,875% no VLT Carioca.

**CCR México:** Tem como objetivo principal prospectar, no México e nos Estados Unidos da América, os mercados de concessões rodoviárias e de infraestrutura de trens metropolitanos (metrô). Atualmente esta controlada não detém nenhum contrato de concessão. A CCR detém, direta e indiretamente, por meio da CPC, 100% do capital social da empresa.

**Samm:** Tem como objeto social a exploração e prestação, por conta própria ou de terceiros, de serviços de telecomunicações, seja por meio de concessão, permissão ou autorização, bem como atividades correlatas e participação no capital social de outras sociedades. A empresa tem como negócio prestar serviços de transmissão de dados em alta capacidade por meio de fibras óticas instaladas ao longo de rodovias e linha 4 do metrô de São Paulo.

**SPCP (anteriormente CPCSP):** Tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades.

**CCR España Concesiones e CCR España Emprendimientos:** As empresas têm sede em Guipuzkoa – San Sebastian, na Espanha e têm por objeto social a gestão, administração e participação em outras sociedades, bem como a exploração, na Espanha ou no exterior, diretamente, indiretamente ou por meio de consórcios, de negócios relacionados a concessões de obras e serviços públicos. A CPC detém 100% do capital social das empresas. A CCR España Concesiones foi

constituída em 24 de fevereiro de 2012 e a CCR España Emprendimientos (anteriormente AG Concesiones) foi adquirida em 2012, juntamente com o Aeroporto Internacional de Quito, no qual detém participação indireta.

**MTH:** A empresa, com sede em Amsterdã, na Holanda, tem como principal objeto social a aquisição, a alienação, a importação, a exportação e o arrendamento mercantil de embarcações para o transporte marítimo regular de passageiros, equipamentos e outros ativos. A CCR España detém 100% do capital social da MTH, a qual foi constituída em 6 de setembro de 2012.

**Instituto CCR:** Em 19 de agosto de 2014, foi constituído o Instituto, com o objetivo de incentivar e promover atividades, programas e projetos nas áreas de cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, sem finalidade lucrativa. A CCR e algumas de suas controladas participam do Instituto.

**SCCV:** Em 30 de setembro de 2014, foi constituída a SCCV – Sociedade de Comercialização de Créditos de Viagem S/A (SCCV), com o objetivo de explorar a atividade de bilhetagem do Metrô Bahia. A CPC detém 100% do capital social da empresa de maneira direta e indireta.

### **Outras informações**

As concessões do Grupo CCR consistem na exploração de projetos de infraestrutura mediante arrecadação de tarifas e receitas provenientes da exploração dos bens concedidos, tais como as das faixas de domínio e de áreas comerciais. As concessionárias são responsáveis por construir, reparar, ampliar, conservar, manter e operar a infraestrutura concedida, na forma dos respectivos contratos de concessão. Os poderes concedentes transferiram às concessionárias os imóveis e demais bens que estavam em seu poder na assinatura dos contratos de concessão, sendo responsabilidade destas zelar pela integridade dos bens que lhes foram concedidos, além de fazer novos investimentos na construção ou melhorias da infraestrutura.

Apesar de os contratos de concessão não incluírem cláusulas de renovação, com exceção da ViaLagos e Barcas, a extensão do prazo de concessão pode ocorrer em caso de necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pactuado entre as partes.

Os contratos de concessão determinam reajustes anuais das tarifas básicas de acordo com fórmulas específicas neles descritas, que em geral são baseadas em índices de inflação também especificados nos contratos.

### **Bens reversíveis**

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações, com exceção de parte dos bens da Barcas. Entretanto, há previsão em alguns contratos de concessão rodoviária de direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

## **2. Principais práticas contábeis**

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras individuais da controladora e nas consolidadas.

#### **a) Base de consolidação**

- Combinações de negócios

A Companhia mensura o ágio como sendo o valor justo da contraprestação transferida (incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não controladora na companhia adquirida), deduzido do valor justo dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição. Se o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido imediatamente no resultado do exercício. No caso de aquisições de controle em negócios relacionados às atividades de concessão com prazos definidos, os ágios ou valores residuais são geralmente alocados ao direito de exploração da concessão e amortizados com base na expectativa de benefícios econômicos de cada negócio adquirido.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, incorridos em uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do exercício no qual essa combinação ocorreu, são registrados os valores justos provisórios conhecidos até então. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (1 ano), ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

- Controladas e controladas em conjunto

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que ele deixa de existir. As demonstrações financeiras de controladas em conjunto (empreendimentos que a Companhia controla, direta ou indiretamente, em conjunto com outro(s) investidor(es), por meio de acordo contratual) são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas através do método de equivalência patrimonial.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações financeiras de controladas são consolidadas de forma integral com destaque da participação de não controladores, caso a participação nas controladas não seja integral.

Nas demonstrações financeiras da controladora, as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

- Descrição dos principais procedimentos de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas mencionadas na nota explicativa nº 13 (Investimentos).

O Consórcio Operador Rodovias Integradas (CORI) foi considerado como uma extensão das atividades da Companhia e está sendo apresentado na proporção de 87% (99% no consolidado), de seus ativos, passivos e resultados integrados às demonstrações financeiras da Companhia (controladora).

Os principais procedimentos para consolidação são os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;



- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados das investidas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de transações entre as empresas que fazem parte da consolidação;
- Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado;
- Eliminação dos gastos pré-operacionais e suas respectivas amortizações; e
- As participações dos acionistas não controladores da RodoNorte, da Parques, do RodoAnel Oeste, da Barcas, da CAI, da BH Airport e da Spac, no patrimônio líquido e no resultado do exercício, foram destacadas na rubrica “Participação de acionistas não controladores”.

#### ***b) Moeda estrangeira***

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas, decorrentes de variações de investimentos no exterior, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, na conta de ajustes acumulados de conversão, e reconhecidos na demonstração de resultado quando esses investimentos forem alienados total ou parcialmente.

- Operações no exterior

As demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto no exterior são ajustadas às práticas contábeis do Brasil e às internacionais e posteriormente convertidas para reais, sendo que os ativos e passivos são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação e as receitas e as despesas de operações no exterior são convertidas em Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido.

#### ***c) Apuração do resultado***

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

#### ***d) Receitas de serviços***

As receitas de pedágio, metroviárias, aeroportuárias e de transporte aquaviário são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias, ponte, metrô, aeroporto e barcas.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento.

Receitas de construção: Segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 – Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

***e) Instrumentos financeiros***

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

- Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

- Instrumentos financeiros derivativos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício, exceto quando da aplicação do *hedge* de fluxo de caixa.

- Contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*)

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com moeda estrangeira e juros, como *hedge* de valor justo ou *hedge* de fluxo de caixa.

No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

A nota explicativa nº 25 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.

Hedge de valor justo: *hedge* de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do *hedge* é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir dessa data.

Hedge de fluxo de caixa: *hedge* de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que (i) seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido (tal como todos ou alguns dos futuros pagamentos de juros sobre uma dívida de taxa variável) ou a uma transação prevista altamente provável e que (ii) possa afetar o resultado.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica “Reserva de *hedge* de fluxo de caixa”. Os ganhos ou as perdas relacionados à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

A contabilização de *hedge* é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado.

- Capital social - ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

***f) Caixa e equivalentes de caixa***

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

***g) Custo de transação na emissão de títulos de dívida***

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

***h) Ativo imobilizado***

- **Reconhecimento e mensuração**

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessários para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- **Depreciação**

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 14.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

**i) Ativos intangíveis**

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil estimada.

- Direito de concessão gerado na aquisição de negócios e ágios.

Os direitos de concessão, gerados na aquisição total ou parcial das ações, refletem o custo de aquisição do direito de operar as concessões. Estes direitos estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados ao longo do prazo da concessão, linearmente ou pela curva de benefício econômico. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

Os ágios gerados nas aquisições das participações acionárias nas empresas STP e Siga Livre (incorporada), estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura dessas empresas. Os ativos intangíveis possuem vida útil indefinida e têm seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou em períodos menores, caso haja indicadores de perda de valor.

Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 15.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item “t”.

**j) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)**

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e suas reversões são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

#### ***k) Provisões***

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

#### ***l) Provisão de manutenção - contratos de concessão***

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

#### ***m) Receitas e despesas financeiras***

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

***n) Capitalização dos custos dos empréstimos***

Os custos de empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

***o) Benefícios a empregados***

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

- Plano de benefício definido

O passivo reconhecido no balanço relativo aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. O valor presente da obrigação é determinado utilizando-se premissas atuariais.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

***p) Pagamentos baseados em ações***

Os efeitos de pagamentos baseados em ações são calculados pelo valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e na demonstração do resultado, à medida que as condições contratuais sejam atendidas.

***q) Imposto de renda e contribuição social***

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração.

***r) Resultado por ação***

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

***s) Direito da concessão***

**BH Airport**

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (b) e 14 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de ativar o preço da delegação do serviço público, reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa nº 26d), baseado nos termos contratuais.

Neste tipo de contrato, o concessionário adquire um direito de exploração, uma licença para operar por prazo determinado e, consequentemente, a obrigação irrevogável de (a) efetuar pagamentos em caixa ao poder concedente e (b) realizar melhorias e expansões da infraestrutura. O passivo está apresentado pelo valor presente da obrigação.

**AutoBAn, ViaOeste e RodoAnel Oeste**

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa nº 26) com base nos termos contratuais, sob o entendimento dos contratos de



concessão destas investidas serem contratos executórios. A Administração da Companhia avalia que estes contratos de concessão podem ser encerrados sem custos relevantes que não sejam indenizados.

***t) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)***

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

***u) Informação por segmento***

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com outros componentes do Grupo CCR. Todos os resultados operacionais são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento, avaliação de seu desempenho e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

**v) Gastos pré-operacionais**

A partir de 1º de janeiro de 2009, os gastos pré-operacionais não podem mais ser capitalizados e, conseqüentemente, passaram a ser registrados como despesas operacionais, com exceção daqueles que se qualificam como composição do custo dos ativos, a exemplo de custos de pessoal diretamente vinculados ao processo de aquisição e preparação dos ativos para funcionamento, bem como custos de empréstimos relacionados à aquisição dos ativos enquanto estes estiverem em construção.

Os saldos existentes no ativo diferido em 31 de dezembro de 2008 estão sendo mantidos nesta conta até a sua completa amortização conforme opção descrita no item 20 do CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida para a Lei nº 11.941/09. Entretanto, para fins das demonstrações consolidadas, estes saldos e suas respectivas amortizações estão sendo eliminados conforme descrito no item “a” desta nota explicativa.

**w) Demonstrações de valor adicionado**

Foram elaboradas demonstrações do valor adicionado (DVA) da controladora e do consolidado, nos termos do CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

**x) Novos pronunciamentos e interpretações**

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2014 pelo International Accounting Standards Board – IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia e suas investidas, nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

| Pronunciamento   | Descrição  | Vigência |
|--|--|----------|
| Alterações à IAS 19 - Planos de benefícios definidos- Contribuições dos empregados                     | Esclarece como uma entidade deve contabilizar as contribuições feitas por empregados ou terceiros que estejam relacionadas aos serviços prestados aos planos de benefícios definidos, levando em consideração se essas contribuições dependem da quantidade de anos de serviços prestados pelo empregado | (a)      |
| Alterações à IFRS 11 - Contabilizações para aquisições de participações em operações em conjunto       | Fornecer as orientações sobre como contabilizar a aquisição de participação em uma operação conjunta na qual as atividades constituem um negócio conforme definido na IFRS 3 - Combinações de negócios   | (b)      |
| Alterações à IAS 16 a IAS 38 - Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização | As alterações à IAS 16 proíbem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações à IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível                   | (b)      |
| IFRS 15 - Receita de contratos com clientes  | Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes   | (c)      |
| IFRS 9 - Instrumentos financeiros  | Revisão em 2014, contém exigências para: (a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (b) metodologia de redução ao valor recuperável; (c) contabilização geral de <i>hegde</i>  | (d)      |

- (a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014;
- (b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016;
- (c) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017;
- (d) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

Adicionalmente, os pronunciamentos e as interpretações emitidos pelo IASB, listados a seguir, entraram em vigor no presente exercício e, portanto foram adotados pela Companhia em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, sem gerar efeitos.

| Pronunciamento  | Descrição   |
|---|---|
| Nova interpretação - IFRIC 21 - Tributos  | Aborda sobre quando reconhecer uma obrigação relativa a tributos  |
| Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - Entidades de investimentos   | As alterações à IFRS 10 definem entidades de investimento e introduzem exceção à exigência de consolidar as controladas de uma entidade de investimento. No que se refere à exceção, uma entidade de investimento deve mensurar sua participação nas controladas ao valor justo por meio do resultado.        |
| Alterações à IAS 32 - Instrumentos financeiros - compensação de ativos e passivos financeiros                     | Esclarece as exigências relacionadas à compensação de ativos e passivos financeiros.  |
| Alterações à IAS 36 - Divulgações do valor recuperável de ativos não financeiros                                  | Excluem a exigência de divulgação do valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), para a qual o ágio ou outros ativos intangíveis, com vidas úteis indefinidas, foram alocados, quando não houver redução ao valor recuperável ou reversão da redução ao valor recuperável da correspondente UGC |
| Alterações à IAS 39 - Instrumentos financeiros: novação de derivativos e continuação da contabilização do "hedge" | Trazem a injeção da exigência de descontinuidade da contabilização de <i>hedge</i> quando um derivativo, designado como instrumento de <i>hedge</i> , é novado sob determinadas circunstâncias  |

### 3. Apresentação das demonstrações financeiras

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei Federal nº 12.973/14, em conversão à MP nº 627/13, que alterou a legislação tributária federal para adequá-la à legislação societária e às novas normas contábeis, entre outras providências. A Administração não optou pela adoção de forma antecipada e, assim, quaisquer impactos tributários, se aplicáveis, ocorrerão a partir de janeiro de 2015.

#### ***Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)***

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP); e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

Entre as demonstrações consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e o BRGAAP e as demonstrações da controladora preparadas de acordo com o BRGAAP, há diferença no patrimônio líquido e no resultado do exercício, em decorrência da manutenção nas demonstrações financeiras individuais de saldos de ativo diferido oriundo de despesas pré-operacionais de suas controladas e controladas em conjunto, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07, enquanto que nas demonstrações financeiras consolidadas não é permitida a manutenção de tal saldo, conforme item 5 do Pronunciamento Técnico CPC 43 (R1) – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41. Os montantes das divergências geradas pelas diferenças de práticas contábeis estão demonstrados abaixo:

**Ajustes no patrimônio líquido**

|   | <b>2014</b>      | <b>2013</b>      |
|---|------------------|------------------|
| Patrimônio líquido da controladora                              | 3.496.130        | 3.475.447        |
| Baixa do ativo diferido   | (155.442)        | (161.588)        |
| Reversão da amortização do ativo diferido                       | 128.315          | 122.159          |
| Patrimônio líquido dos acionistas da controladora - consolidado | <u>3.469.003</u> | <u>3.436.018</u> |

**Ajustes no resultado do exercício**

|  | <b>2014</b>      | <b>2013</b>      |
|--|------------------|------------------|
| Resultado do exercício da controladora   | 1.336.539        | 1.339.571        |
| Reversão da amortização do ativo diferido                                      | 12.302           | 11.420           |
| Resultado do exercício consolidado (atribuível aos acionistas da controladora) | <u>1.348.841</u> | <u>1.350.991</u> |

Em 25 de fevereiro de 2015, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras individuais da controladora e as consolidadas.

***Base de mensuração***

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado.
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.
- Passivos para pagamentos com base em ações, liquidados em dinheiro, mensurados ao valor justo.

***Moeda funcional e moeda de apresentação***

As demonstrações financeiras da controladora e as consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

***Uso de estimativas e julgamentos***

A preparação das demonstrações financeiras individuais da controladora e as consolidadas, preparadas de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

**Nota**

- |     |   |
|-----|---|
| 2   | Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível – ICPC 01 (R1) |
| 8   | Provisão para devedores duvidosos   |
| 10b | Impostos diferidos  |
| 14  | Depreciação do ativo imobilizado  |

|    |                                    |
|----|------------------------------------|
| 15 | Amortização dos ativos intangíveis |
| 18 | Pagamento baseado em ações         |
| 20 | Provisão para riscos – consolidado |
| 21 | Provisão de manutenção             |
| 25 | Instrumentos financeiros           |

#### 4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Investimentos em títulos financeiros

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg).

- Derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de *swaps* de moeda, de taxa de juros, *NDF* (*non deliverable forward*) e opções de compra de Libor, que visam à proteção contra riscos cambiais e de taxas de juros.

Operações de *swap* de juros e/ou de moeda e *NDF*

Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.

Opções de compra de moeda com teto (*cap*)

O valor justo das opções de compra é calculado utilizando o modelo de Black-Scholes para precificação de opções cambiais.

- Transações de pagamentos baseados em ações

O valor justo das opções de pagamentos baseados em ações (incentivos de longo prazo) é mensurado utilizando-se da fórmula Black-Scholes-Merton. Os *inputs* de mensuração incluem o valor da Unidade Virtual de Valor (UVV) na data de mensuração, o valor de exercício do instrumento, a volatilidade esperada, a média ponderada dos prazos estimados destes instrumentos, dividendos esperados, taxa livre de risco, expectativa de postergação de resgate de cada tranche e expectativa de cancelamentos.

## 5. Segmentos operacionais

As informações por segmento são apresentadas, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 22 - Informações por Segmento e em relação aos negócios da Companhia e de suas controladas que foram identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos principais tomadores de decisão da Companhia.

Os resultados por segmento, assim como os ativos e passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis.

Os negócios da Companhia foram divididos em cinco segmentos operacionais principais: Concessões rodoviárias, de transporte de passageiros, de transporte marítimo, aeroportuárias e serviços/*holding*.

Nos segmentos operacionais, estão os seguintes negócios da Companhia:

- Concessões rodoviárias: AutoBAn, ViaOeste, NovaDutra, RodoNorte, SPVias, Ponte, ViaLagos, RodoAnel Oeste, Renovias, ViaRio e MSVia.
- Concessão de transporte de passageiros: Metrô Bahia, ViaQuatro e VLT Carioca.
- Concessão de transporte marítimo: Barcas e ATP.
- Concessões Aeroportuárias: BH Airport, Quiport, Aeris, CAP e todas as empresas relacionadas a estas concessões.
- Serviços/*holdings*: a Companhia, as sub-holdings CPC e CCR España (Concesiones e Emprendimientos) e os demais negócios não alocados aos segmentos anteriormente dispostos.

A Companhia possui substancialmente operações no Brasil, exceto as participações em aeroportos e suas respectivas *holdings*, sendo que a carteira de clientes é pulverizada, não apresentando concentração de receita.

A seguir, estão apresentadas as informações por segmento:

|   | Concessões rodoviárias | Concessão de transporte passageiros | Serviços/<br>Holdings | Concessões aeroportuárias | Concessão de transporte marítimo | Consolidado |
|---|------------------------|-------------------------------------|-----------------------|---------------------------|----------------------------------|-------------|
| <b>Informações relativas a 31 de dezembro de 2014</b>                               |                        |                                     |                       |                           |                                  |             |
| Receitas brutas   | 6.853.874              | 664.147                             | 46.422                | 190.524                   | 168.436                          | 7.923.403   |
| Receitas brutas entre segmentos   | -                      | -                                   | 19.850                | -                         | -                                | 19.850      |
| Receitas financeiras  | 250.063                | 49.346                              | 85.849                | 36.616                    | 8.592                            | 430.466     |
| Despesas financeiras  | (970.029)              | (59.400)                            | (208.907)             | (59.103)                  | (28.501)                         | (1.325.940) |
| Depreciação e amortização   | (610.563)              | (218)                               | (39.493)              | (22.534)                  | (21.686)                         | (694.494)   |
| Resultados dos segmentos divulgáveis após imposto de renda e da contribuição social | 1.618.778              | (47.397)                            | (205.222)             | 24.732                    | (41.198)                         | 1.349.693   |
| Imposto de renda e contribuição social  | (663.594)              | 24.303                              | 7.847                 | 12.053                    | 1.408                            | (617.983)   |
| Resultado de equivalência patrimonial   | 31.894                 | 44.483                              | 69.401                | 51.880                    | -                                | 197.658     |
| <b>Informações relativas a 31 de dezembro de 2013</b>                               |                        |                                     |                       |                           |                                  |             |
| Receitas brutas   | 6.232.431              | 4.934                               | 18.541                | 66.126                    | 175.998                          | 6.498.030   |
| Receitas brutas entre segmentos   | -                      | -                                   | 9.868                 | -                         | -                                | 9.868       |
| Receitas financeiras  | 161.965                | 18.159                              | 49.716                | 11.849                    | 3.904                            | 245.593     |
| Despesas financeiras  | (732.500)              | (11.741)                            | (117.586)             | (2.620)                   | (14.110)                         | (878.557)   |
| Depreciação e amortização   | (496.554)              | -                                   | (43.230)              | (7.399)                   | (17.930)                         | (565.113)   |
| Resultados dos segmentos divulgáveis após imposto de renda e da contribuição social | 1.406.974              | 1.311                               | (37.543)              | 51.838                    | (54.696)                         | 1.367.884   |
| Imposto de renda e contribuição social  | (708.801)              | (667)                               | (14.619)              | (83)                      | -                                | (724.170)   |
| Resultado de equivalência patrimonial   | 28.874                 | 41.534                              | (53.946)              | 36.353                    | -                                | 52.815      |

|   | Concessões<br>rodoviárias | Concessão de<br>transporte<br>passageiros | Serviços/<br>Holdings | Concessões<br>aeroportuárias | Concessão de<br>transporte<br>marítimo | Consolidado  |
|---|---------------------------|---|-----------------------|------------------------------|--|--------------|
| <b>Informações relativas a 31 de dezembro de 2014</b>                                 |                           |   |                       |                              |  |              |
| Ativos dos segmentos divulgáveis  | 12.563.008                | 1.008.911                                 | 1.097.244             | 2.191.127                    | 362.886                                | 17.223.176   |
| Investimentos líquidos de passivo a descoberto em coligadas e controladas em conjunto | 193.618                   | 133.096                                   | 88.572                | 367.549                      | -                                      | 782.835      |
| CAPEX   | 1.194.279                 | 437.915                                   | 78.007                | 27.889                       | 20.993                                 | 1.759.083    |
| Passivos dos segmentos divulgáveis  | (9.561.519)               | (725.178)                                 | (1.684.403)           | (1.247.720)                  | (334.143)                              | (13.552.963) |
| <b>Informações relativas a 31 de dezembro de 2013</b>                                 |                           |   |                       |                              |  |              |
| Ativos dos segmentos divulgáveis  | 11.659.342                | 303.205                                   | 1.100.691             | 649.935                      | 319.837                                | 14.033.010   |
| Investimentos líquidos de passivo a descoberto em coligadas e controladas em conjunto | 212.989                   | 90.404                                    | 49.598                | 230.633                      | -                                      | 583.624      |
| CAPEX   | 829.264                   | 17.619                                    | 101.542               | 19.486                       | 39.491                                 | 1.007.402    |
| Passivos dos segmentos divulgáveis  | (8.821.840)               | (6.523)                                   | (1.363.000)           | (75.047)                     | (281.059)                              | (10.547.469) |

## 6. Gerenciamento de riscos financeiros

### Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de taxas de juros e inflação;
- Risco de taxa de câmbio; e
- Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

#### a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas investidas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

#### b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia e suas investidas estão expostas a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da London Interbank Offered Rate (Libor); (2) da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativos aos empréstimos em reais; (3) da Cesta de Moedas (UMBNDDES) relativa a certos empréstimos em reais tomados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; (4) do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e CDI relativo às debêntures; e (5) IGP-M relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nºs 7, 16, 17, 25 e 26.

As tarifas das concessões do Grupo CCR são reajustadas por índices de inflação.

**c) Risco de taxas de câmbio**

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem investimentos em controladas e controladas em conjunto no exterior e tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto avaliam permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

As investidas brasileiras financiam parte de suas operações com empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira vinculados ao dólar norte-americano (USD) e à UMBNDES equivalentes, em 31 de dezembro de 2014, a R\$ 209.646 (R\$ 177.711 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R\$ 152.522 estão protegidos por contratos de *hedge*.

A Quiport possui operações com empréstimos e financiamentos em USD, que é a moeda oficial no Equador.

A Aeris e a CAP possuem operações com empréstimos e financiamentos em USD, que é a moeda funcional dessas investidas.

Para maiores detalhes vide notas explicativas nº 16 e 25.

**d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez**

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas investidas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

|   | Controladora   |                  | Consolidado    |                  |                  |                  |                 |
|---|----------------|------------------|----------------|------------------|------------------|------------------|-----------------|
|   | Menos de 1 ano | Entre 1 e 2 anos | Menos de 1 ano | Entre 1 e 2 anos | Entre 2 e 3 anos | Entre 3 e 4 anos | Acima de 4 anos |
| Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis | -              | -                | 262.677        | 360.269          | 53.456           | 43.227           | 2.338           |
| Debêntures e notas promissórias                       | 115.663        | 620.000          | 3.185.551      | 3.411.972        | 1.905.517        | 449.511          | 807.343         |

**(a) Valores brutos dos custos de transação.**

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 1.982.985 no consolidado, substancialmente composto por empréstimos, debêntures e notas promissórias a pagar, conforme mencionado nas notas explicativas nº 16 e 17. Essas dívidas são substancialmente formadas por captações aplicadas em projetos já performados, a exemplo de NovaDutra, RodoNorte, AutoBAn, ViaOeste e SPVias. Além da geração de caixa decorrente das atividades da Companhia e de suas investidas, está permanentemente reestruturando suas dívidas.



## 7. Caixa e equivalentes de caixa

|                         | <b>Controladora</b> |                | <b>Consolidado</b> |                  |
|-------------------------|---------------------|----------------|--------------------|------------------|
|                         | <b>2014</b>         | <b>2013</b>    | <b>2014</b>        | <b>2013</b>      |
| Caixas e bancos         | 374                 | 260            | 94.573             | 39.906           |
| Aplicações financeiras  |                     |                |                    |                  |
| Fundos de investimentos | 265.629             | 410.282        | 1.494.074          | 1.225.769        |
|                         | <u>266.003</u>      | <u>410.542</u> | <u>1.588.647</u>   | <u>1.265.675</u> |

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,74% do CDI, equivalente a 10,73% ao ano (8,02% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2013).

## 8. Contas a receber – Consolidado

|   | <b>2014</b>    | <b>2013</b>    |
|---|----------------|----------------|
| <b>Circulante</b>                                 |                |                |
| Recebíveis de aeroportos (a)                      | 39.988         | 12.034         |
| Receitas acessórias (b)                           | 14.190         | 16.426         |
| Pedágio eletrônico (c)                            | 15.786         | 12.235         |
| Poder Concedente - Metrô Bahia (d)                | 245.373        | -              |
| Receitas com multimídia (e)                       | 9.367          | 5.953          |
| Outros  | <u>1.065</u>   | <u>1.064</u>   |
|   | 325.769        | 47.712         |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa (g) | <u>(3.986)</u> | <u>(3.310)</u> |
|   | <u>321.783</u> | <u>44.402</u>  |
| <b>Não Circulante</b>                             |                |                |
| Poder Concedente - Metrô Bahia (d)                | 75.603         | -              |
| Poder Concedente - Barcas (f)                     | 31.669         | 23.061         |
| Receitas com multimídia (e)                       | 10.839         | 650            |
| Receitas acessórias                               | <u>2.118</u>   | <u>2.118</u>   |
|   | 120.229        | 25.829         |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa (g) | <u>(2.118)</u> | <u>(2.118)</u> |
|   | <u>118.111</u> | <u>23.711</u>  |

## Idade de Vencimentos dos Títulos

|                                       | <u>2014</u>    | <u>2013</u>   |
|---------------------------------------|----------------|---------------|
| Créditos a vencer                     | 402.604        | 54.840        |
| Créditos vencidos até 60 dias         | 32.033         | 10.336        |
| Créditos vencidos de 61 a 90 dias     | 5.257          | 2.937         |
| Créditos vencidos de 91 a 180 dias    | 1.430          | 1.496         |
| Créditos vencidos há mais de 180 dias | <u>4.674</u>   | <u>3.932</u>  |
|                                       | <u>445.998</u> | <u>73.541</u> |

- (a) Créditos a receber decorrentes de tarifas aeroportuárias, tais como tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem, capatazia e créditos de receitas acessórias como aluguéis de lojas e estacionamento;
- (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;
- (c) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
- (d) Refere-se ao direito contratual de receber aportes públicos e contraprestação pecuniária do Poder Concedente, como parte da remuneração de implantação de infraestrutura pela controlada, sendo que os valores são registrados a valor presente, calculados pela taxa interna de retorno do contrato, à medida da evolução física das melhorias efetuadas;
- (e) Créditos a receber decorrentes de serviços em atividades de multimídia, prestados a terceiros (Samm);
- (f) Refere-se ao direito contratual de receber caixa junto ao Poder Concedente em troca de melhorias na infraestrutura, no momento da reversão de bens, ao término do contrato de concessão; e
- (g) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) – É constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia.

## 9. Impostos a recuperar

|                          | Controladora   |               | Consolidado    |               |
|--------------------------|----------------|---------------|----------------|---------------|
|                          | 2014           | 2013          | 2014           | 2013          |
| <b>Circulante</b>        |                |               |                |               |
| IRPJ e CSLL              | 24.805         | 29.513        | 44.801         | 43.479        |
| COFINS                   | 6.451          | 12.422        | 6.912          | 12.828        |
| IRRF                     | 21.683         | 3.670         | 50.248         | 5.695         |
| PIS                      | 1.400          | 2.707         | 1.495          | 2.794         |
| CSLL                     | 1.272          | -             | 2.502          | 43            |
| ISS sobre pedágio        | -              | -             | 319            | 309           |
| Outros                   | 42             | 42            | 1.665          | 2.785         |
|                          | <u>55.653</u>  | <u>48.354</u> | <u>107.942</u> | <u>67.933</u> |
| <b>Não Circulante</b>    |                |               |                |               |
| IRPJ, CSLL, PIS e COFINS | 69.743         | 55.294        | 70.554         | 55.694        |
| IRRF sobre mútuos        | 53.275         | 41.982        | 53.683         | 42.207        |
| ICMS                     | -              | -             | 4.748          | -             |
|                          | <u>123.018</u> | <u>97.276</u> | <u>128.985</u> | <u>97.901</u> |

## 10. Imposto de renda e contribuição social

### a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

|   | Controladora  |                 | Consolidado      |                  |
|---|---------------|-----------------|------------------|------------------|
|   | 2014          | 2013            | 2014             | 2013             |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social     | 1.333.280     | 1.361.391       | 1.967.676        | 2.092.054        |
| Alíquota nominal  | 34%           | 34%             | 34%              | 34%              |
| Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal | (453.315)     | (462.873)       | (669.010)        | (711.298)        |
| Efeito tributário das adições e exclusões permanentes     |               |                 |                  |                  |
| Equivalência patrimonial                                  | 476.007       | 448.724         | 67.204           | 17.957           |
| Amortização ágio não incorporado sobre investimentos      | -             | -               | (7.220)          | (12.344)         |
| Despesas indedutíveis                                     | (640)         | (30)            | (14.044)         | (7.940)          |
| Despesas com brindes e associações de classe              | (414)         | (491)           | (2.040)          | (1.843)          |
| Provisão para participação nos resultados (PLR)           | (5.782)       | (7.266)         | (8.771)          | (11.546)         |
| Juros sobre capital próprio                               | (13.201)      | -               | (969)            | (894)            |
| Outros ajustes tributários                                | 604           | 116             | 16.867           | 3.738            |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social         | <u>3.259</u>  | <u>(21.820)</u> | <u>(617.983)</u> | <u>(724.170)</u> |
| Impostos correntes  | (264)         | (20.956)        | (741.528)        | (783.237)        |
| Impostos diferidos  | <u>3.523</u>  | <u>(864)</u>    | <u>123.545</u>   | <u>59.067</u>    |
|   | <u>3.259</u>  | <u>(21.820)</u> | <u>(617.983)</u> | <u>(724.170)</u> |
| Alíquota efetiva de impostos                              | <u>-0,24%</u> | <u>1,60%</u>    | <u>31,41%</u>    | <u>34,62%</u>    |

## b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

|  | <b>Controladora</b> |                | <b>Consolidado</b> |                  |
|--|---------------------|----------------|--------------------|------------------|
|  | <b>2014</b>         | <b>2013</b>    | <b>2014</b>        | <b>2013</b>      |
| <b>Bases ativas</b>  |                     |                |                    |                  |
| IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a) (b)  | 6.358               | 4.473          | 259.857            | 490.279          |
| Custos de transação na emissão de títulos  | 38                  | 73             | 826                | 1.033            |
| Variação cambial   | -                   | -              | -                  | 1.401            |
| Valor justo de operações com derivativos   | -                   | 8.501          | 38.435             | 24.095           |
| Despesas diferidas para fins fiscais - Lei 11.638/07   | -                   | -              | 46.196             | 5.011            |
| Provisão para participação nos resultados (PLR)  | 4.306               | 4.063          | 13.064             | 9.127            |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa  | -                   | -              | 2.075              | 3.497            |
| Perdas em operações com derivativos  | -                   | 49             | -                  | 952              |
| Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais   | 151                 | 261            | 10.646             | 6.932            |
| Plano de incentivo de longo prazo  | 10.446              | 8.439          | 10.446             | 8.439            |
| Depreciação de obras registradas no custo (c)  | -                   | -              | 109.757            | 104.665          |
| Depreciação de obras realizadas na provisão de manutenção (d)  | -                   | -              | 281.917            | 254.221          |
| Constituição de provisão de manutenção (e)   | -                   | -              | 141.225            | 131.199          |
| Outros   | 227                 | 588            | 21.978             | 11.538           |
|  | <u>21.526</u>       | <u>26.447</u>  | <u>936.422</u>     | <u>1.052.389</u> |
| <b>Bases passivas</b>  |                     |                |                    |                  |
| Amortização linear do Direito da Concessão gerado na aquisição de negócios (fiscal) <i>versus</i> amortização pela curva de benefício econômico (contábil) (f) | -                   | -              | (40.688)           | (34.976)         |
| Ajuste a valor presente da receita antecipada  | -                   | -              | -                  | (1.972)          |
| Valor justo de operações com derivativos   | -                   | (4.296)        | (41.574)           | (20.861)         |
| Pagamento de juros e principal - arrendamento mercantil financeiro   | (330)               | (330)          | (7.020)            | (6.580)          |
| Ganhos de operações com derivativos  | -                   | (4.126)        | (21.516)           | (7.577)          |
| Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) <i>versus</i> amortização do ativo intangível (contábil) (g)   | -                   | -              | (591.321)          | (577.510)        |
| Custos de empréstimos capitalizados (h)  | -                   | -              | (151.846)          | (132.328)        |
| Outros   | -                   | (22)           | (15.224)           | (1.717)          |
|  | <u>(330)</u>        | <u>(8.774)</u> | <u>(869.189)</u>   | <u>(783.521)</u> |
| <b>Total líquido</b>   | <u>21.196</u>       | <u>17.673</u>  | <u>67.233</u>      | <u>268.868</u>   |
| Ativo diferido líquido   | <u>21.196</u>       | <u>17.673</u>  | <u>320.744</u>     | <u>498.381</u>   |
| Passivo diferido líquido   | <u>-</u>            | <u>-</u>       | <u>(253.511)</u>   | <u>(229.513)</u> |
| <b>Total líquido</b>   | <u>21.196</u>       | <u>17.673</u>  | <u>67.233</u>      | <u>268.868</u>   |

- (a) Em 2014, houve a utilização de prejuízos fiscais e bases negativas para a quitação de parcelamentos de obrigações fiscais (vide nota explicativa 19b para maiores detalhes).
- (b) A Companhia e suas investidas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

|                   | <b>Controladora</b> | <b>Consolidado</b> |
|-------------------|---------------------|--------------------|
| 2015              | 6.358               | 10.058             |
| 2016              | -                   | 21.231             |
| 2017              | -                   | 31.505             |
| 2018              | -                   | 35.878             |
| de 2019 em diante | -                   | 161.185            |
|                   | <u>6.358</u>        | <u>259.857</u>     |

A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo inferior ao acima estimado, em função de reorganizações societárias e de estrutura de capital.

- (c) Diferenças temporárias oriundas das depreciações fiscais de obras qualificadas como custo, conforme legislação contábil e societária atual – Lei nº 11.638/07;
- (d) Diferença temporária oriunda da depreciação fiscal de obras qualificadas no escopo da provisão de manutenção, conforme legislação contábil e societária atual – Lei nº 11.638/07;

- (e) Constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do item "c", conforme legislação contábil e societária atual – Lei nº 11.638/07;
- (f) Diferença temporária entre a amortização fiscal (linear) e contábil (curva de benefício econômico) do direito de concessão gerado na aquisição de negócios, conforme legislação contábil e societária atual – Lei nº 11.638/07;
- (g) Diferença temporária entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de obras qualificadas como melhorias, conforme legislação contábil e societária atual – Lei nº 11.638/07; e
- (h) Diferença temporária entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação e/ou amortização oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis, conforme legislação contábil e societária atual – Lei nº 11.638/07.

A CPC não registrou os ativos diferidos sobre os prejuízos fiscais e base negativa da CSLL em 2014. Caso fossem registrados, os montantes seriam: R\$ 21.225 de IRPJ sobre uma base de cálculo de R\$ 84.899 e R\$ 8.095 de CSLL sobre uma base negativa de CSLL de R\$ 89.941.

## 11. Pagamentos antecipados relacionados à concessão – Consolidado

|                       | Início da concessão (1) |                  |                                    |                |                  |                  |
|-----------------------|-------------------------|------------------|------------------------------------|----------------|------------------|------------------|
|                       | 2014                    | 2013             |                                    |                |                  |                  |
| <b>Circulante</b>     |                         |                  |                                    |                |                  |                  |
| ViaLagos              | 430                     | 430              |                                    |                |                  |                  |
| AutoBAn               | 4.727                   | 4.727            |                                    |                |                  |                  |
| ViaOeste              | 3.297                   | 3.297            |                                    |                |                  |                  |
| RodoAnel Oeste        | 73.578                  | 73.578           |                                    |                |                  |                  |
|                       | <u>82.032</u>           | <u>82.032</u>    |                                    |                |                  |                  |
|                       | Início da concessão (1) |                  | Extensão do prazo da concessão (2) |                | Total            |                  |
|                       | 2014                    | 2013             | 2014                               | 2013           | 2014             | 2013             |
| <b>Não Circulante</b> |                         |                  |                                    |                |                  |                  |
| ViaLagos              | 9.070                   | 9.501            | -                                  | -              | 9.070            | 9.501            |
| AutoBAn               | 51.998                  | 56.724           | 831.238                            | 696.057        | 883.236          | 752.781          |
| ViaOeste              | 23.079                  | 26.376           | 120.159                            | 100.219        | 143.238          | 126.595          |
| RodoAnel Oeste        | 1.649.373               | 1.722.951        | -                                  | -              | 1.649.373        | 1.722.951        |
|                       | <u>1.733.520</u>        | <u>1.815.552</u> | <u>951.397</u>                     | <u>796.276</u> | <u>2.684.917</u> | <u>2.611.828</u> |

- (1) Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão e às indenizações de contratos sub-rogados nas controladas, foram ativados e estão sendo apropriados ao resultado pelo prazo de concessão.
- (2) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa nas controladas em que o prazo da concessão foi estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos está sendo ativado e será apropriado ao resultado no período de extensão do prazo das concessões.

## 12. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2014 e 2013, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras, controladas, controladas em conjunto, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

**a. Controladora**

|  | <b>2014</b>                   |                 |                                 |
|--|-------------------------------|-----------------|---------------------------------|
|  | <b>Serviços<br/>prestados</b> | <b>Receitas</b> | <b>Receitas<br/>financeiras</b> |
| <b>Controladas</b>                                 |                               |                 |                                 |
| RodoNorte (a)                                      | -                             | 5.096           | -                               |
| ViaOeste (a)                                       | -                             | 11.757          | -                               |
| RodoAnel Oeste (a) (b)                             | -                             | 192             | 76.294                          |
| Ponte (a)  | -                             | 3.778           | -                               |
| NovaDutra (a) (f)                                  | -                             | 18.898          | 169                             |
| ViaLagos (a)                                       | -                             | 2.762           | -                               |
| AutoBAAn (a)                                       | -                             | 20.884          | -                               |
| CPC (a)  | 208                           | 808             | -                               |
| SPVias (a) (e)                                     | -                             | 47.316          | -                               |
| Inovap 5 (a) (d)                                   | -                             | 353             | -                               |
| Samm (a) (e)                                       | -                             | 645             | -                               |
| Barcas (a)   | -                             | 2.951           | -                               |
| MSVia (a)  | -                             | 2.090           | -                               |
| Metrô Bahia (a)                                    | -                             | 1.606           | -                               |
| <b>Controladas em conjunto</b>                     |                               |                 |                                 |
| ViaQuatro (a)                                      | -                             | 3.439           | -                               |
| ViaRio (a)   | -                             | 391             | -                               |
| VLT Carioca (a)                                    | -                             | 513             | -                               |
| <b>Outras partes relacionadas</b>                  |                               |                 |                                 |
| Companhia Operadora de Rodovias (a)                | -                             | 702             | -                               |
| CORI (a)   | 230                           | 265             | -                               |
| Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (a) | -                             | 2.776           | -                               |
| Benito Roggio Transporte Ltda. (c)                 | -                             | -               | 584                             |
| RATP Developpment S.A. (c)                         | -                             | -               | 584                             |
| Total, 31 de dezembro 2014                         | <u>438</u>                    | <u>127.222</u>  | <u>77.631</u>                   |
| Total, 31 de dezembro 2013                         | <u>487</u>                    | <u>128.777</u>  | <u>58.634</u>                   |

|  | 2014             |         |         |         |                                    |
|--|------------------|---------|---------|---------|------------------------------------|
|  | Saldos           |         |         |         |                                    |
|  | Ativo            |         |         | Passivo |                                    |
|  | Contas a receber | AFAC    | Mútuos  | AFAC    | Fornecedores, contas a pagar e ILP |
| <b>Controladas</b>                                 |                  |         |         |         |                                    |
| RodoNorte (a)                                      | 399              | -       | -       | -       | -                                  |
| ViaOeste (a)                                       | 920              | 1.724   | -       | -       | -                                  |
| RodoAnel Oeste (a) (b)                             | 15               | -       | 670.787 | -       | -                                  |
| Ponte (a)  | 296              | -       | -       | -       | -                                  |
| NovaDutra (a) (f)                                  | 1.493            | -       | 20.131  | -       | -                                  |
| ViaLagos (a)                                       | 216              | -       | -       | -       | -                                  |
| AutoBA n (a)                                       | 1.618            | -       | -       | -       | 1                                  |
| CPC (a)  | 76               | -       | -       | -       | 179                                |
| SPVias (a) (d)                                     | 3.757            | -       | -       | -       | -                                  |
| Inovap 5 (a) (d)                                   | 28               | -       | -       | -       | 361                                |
| Samm (a)   | 50               | -       | -       | -       | 34                                 |
| Barcas (a)   | 231              | -       | -       | -       | -                                  |
| MSVia (a)  | 204              | -       | -       | -       | -                                  |
| Metrô Bahia (a)                                    | 123              | -       | -       | -       | -                                  |
| <b>Controladas em conjunto</b>                     |                  |         |         |         |                                    |
| ViaQuatro (a)                                      | 270              | -       | -       | -       | -                                  |
| VLT Carioca (a)                                    | 290              | -       | -       | -       | -                                  |
| ViaRio (a)   | 23               | -       | -       | -       | -                                  |
| <b>Controladoras</b>                               |                  |         |         |         |                                    |
| Camargo Corrêa Investimentos em Infraestrutura     | -                | -       | -       | 720     | 12                                 |
| Construtora Andrade Gutierrez                      | -                | -       | -       | 720     | -                                  |
| Soares Penido Concessões                           | -                | -       | -       | 287     | -                                  |
| Soares Penido Obras, Construções e Investimentos   | -                | -       | -       | 189     | -                                  |
| <b>Outras partes relacionadas</b>                  |                  |         |         |         |                                    |
| Companhia Operadora de Rodovias (a)                | 55               | -       | -       | -       | -                                  |
| CORI (a)   | 4                | -       | -       | -       | -                                  |
| Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (a) | 217              | -       | -       | -       | -                                  |
| Benito Roggio Transporte (c)                       | -                | -       | 3.423   | -       | -                                  |
| RATP Developpment (c)                              | -                | -       | 3.975   | -       | -                                  |
| Instituto CCR (a)                                  | 3                | -       | -       | -       | -                                  |
| Plano de incentivo de longo prazo (e)              | -                | -       | -       | -       | 32.119                             |
| Total circulante, 31 de dezembro de 2014           | 10.288           | -       | -       | -       | 6.607                              |
| Total não circulante, 31 de dezembro de 2014       | -                | 1.724   | 698.316 | 1.916   | 26.099                             |
| Total, 31 de dezembro de 2014                      | 10.288           | 1.724   | 698.316 | 1.916   | 32.706                             |
| Total, 31 de dezembro de 2013                      | 4.483            | 126.345 | 666.014 | 1.916   | 27.513                             |

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês.
- (b) Contrato de mútuo remunerado à variação acumulada de 105% do CDI. O vencimento previsto para o contrato é 15 de novembro de 2024;
- (c) Contratos de mútuos remunerados pelo IPC +1% a.m., com vencimento em 1º de fevereiro de 2015 e 1º de agosto de 2016;
- (d) Serviços de recuperação, melhoramento, conservação, manutenção, monitoramento e operação da Rodovia, com prazo vigente até o término da vigência do contrato de concessão para a SPVias;
- (e) Refere-se ao plano de incentivo de longo prazo a pagar aos profissionais chave da administração; e

- (f) Contrato de mútuo firmado em 04 de dezembro de 2014, remunerado à variação acumulada de 107,8% do CDI. O vencimento previsto para o contrato é 30 de janeiro de 2015.

**b. Consolidado**

|  | 2014                 |                    |                         |          |                      |                      |
|--|----------------------|--------------------|-------------------------|----------|----------------------|----------------------|
|  | Transações           |                    |                         |          |                      |                      |
|  | Custos de construção | Serviços Prestados | Imobilizado/ Intangível | Receitas | Receitas financeiras | Despesas financeiras |
| <b>Controladoras</b>   |                      |                    |                         |          |                      |                      |
| Camargo Corrêa (n)   | 193.706              | -                  | -                       | -        | -                    | 10                   |
| Andrade Gutierrez (n)  | 193.706              | -                  | -                       | -        | -                    | -                    |
| <b>Controladas</b>   |                      |                    |                         |          |                      |                      |
| AG Concessions   | -                    | -                  | -                       | -        | -                    | 2.428                |
| <b>Controladas em conjunto</b>                                   |                      |                    |                         |          |                      |                      |
| ViaRio (m)   | -                    | -                  | -                       | 391      | -                    | -                    |
| Corporación Quiport (g)  | -                    | -                  | -                       | -        | 4.171                | -                    |
| ViaQuatro (m)  | -                    | -                  | -                       | 6.302    | -                    | -                    |
| IBSA (j)   | -                    | -                  | -                       | -        | 8.685                | -                    |
| VLT Carioca  | -                    | -                  | -                       | 4.663    | -                    | -                    |
| <b>Outras partes relacionadas</b>                                |                      |                    |                         |          |                      |                      |
| Benito Roggio (e)  | -                    | -                  | -                       | -        | 584                  | -                    |
| CORI (d)   | -                    | 528                | -                       | 3        | -                    | -                    |
| Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (c)               | -                    | 269.936            | -                       | 2.973    | -                    | -                    |
| Companhia Operadora de Rodovias (c)                              | -                    | -                  | -                       | 747      | -                    | -                    |
| Encalco Construções (f)  | -                    | -                  | -                       | -        | -                    | 7.015                |
| Ratp Developpment (e)  | -                    | -                  | -                       | -        | 584                  | -                    |
| SPTA   | -                    | -                  | -                       | -        | -                    | 238                  |
| J.Malucelli Construtora de Obras (a)                             | -                    | -                  | 82.388                  | -        | -                    | -                    |
| Serveng - Cilvilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia (a) | -                    | -                  | 51.082                  | -        | -                    | -                    |
| Total, 31 de dezembro de 2014                                    | 387.412              | 270.464            | 133.470                 | 15.079   | 14.024               | 9.691                |
| Total, 31 de dezembro de 2013                                    | -                    | 255.062            | 113.750                 | 9.824    | 16.535               | 6.529                |



|  | 2014                |      |         |       |        | Fornecedores,<br>Contas a Pagar e<br>ILP |
|--|---------------------|------|---------|-------|--------|--|
|  | Saldos              |      |         |       |        |  |
|  | Ativo               |      | Passivo |       |        |  |
|  | Contas a<br>Receber | AFAC | Mútuos  | AFAC  | Mútuos |  |
| Controladoras  |                     |      |         |       |        |  |
| Andrade Gutierrez Concessões (a)                                 | -                   | -    | -       | -     | -      | 1.291                                    |
| Camargo Corrêa S.A. (a)  | -                   | -    | -       | -     | -      | 1.142                                    |
| Camargo Corrêa Transportes                                       | -                   | -    | -       | 720   | -      | 12                                       |
| Construtora Andrade Gutierrez                                    | -                   | -    | -       | 720   | -      | -  |
| Soares Penido Concessões   | -                   | -    | -       | 287   | -      | -  |
| Soares Penido Obras, Construções e Investimentos                 | -                   | -    | -       | 189   | -      | -  |
| Controladas em conjunto  |                     |      |         |       |        |  |
| CGMP (b)   | 322.294             | -    | -       | -     | -      | -  |
| VLT Carioca (m)  | 290                 | -    | -       | -     | -      | -  |
| Corporación Quiport (g)  | -                   | -    | 79.755  | -     | -      | -  |
| Icaros (g)   | -                   | -    | 1.254   | -     | -      | -  |
| ViaQuatro (m)  | 514                 | -    | -       | -     | -      | 45                                       |
| Controlar  | -                   | 20   | -       | -     | -      | -  |
| IBSA (j)   | -                   | 408  | 107.977 | -     | -      | -  |
| ViaRio (m)   | 23                  | -    | -       | -     | -      | -  |
| Outras partes relacionadas                                       |                     |      |         |       |        |  |
| Auto Viação 1001 (h)   | -                   | -    | -       | -     | -      | 28.289                                   |
| Benito Roggio (e)  | -                   | -    | 3.423   | -     | -      | -  |
| Cesbe  | -                   | -    | -       | -     | -      | 97                                       |
| CORI (d)   | 51                  | -    | -       | -     | -      | 41                                       |
| Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (c)               | 232                 | -    | -       | -     | -      | 22.243                                   |
| Companhia Operadora de Rodovias (c)                              | 74                  | -    | -       | -     | -      | 8  |
| Encalso Construções (f)  | -                   | -    | -       | -     | 64.847 | -  |
| J.Malucelli Construtora de Obras (a)                             | -                   | -    | -       | -     | -      | 6.584                                    |
| Ratp Developpment (e)  | -                   | -    | 3.975   | -     | -      | -  |
| Rodomar Administ e Partic. (h)                                   | -                   | -    | -       | -     | -      | 1.746                                    |
| Serveng - Cívilisan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia (a) | -                   | -    | -       | -     | -      | 8.807                                    |
| IBSA Bancnat   | -                   | 70   | -       | -     | -      | -  |
| Instituto CCR (m)  | 3                   | -    | -       | -     | -      | -  |
| Plano de incentivo de longo prazo (i)                            | -                   | -    | -       | -     | -      | 32.119                                   |
| Total circulante, 31 de dezembro de 2014                         | 323.481             | -    | -       | -     | -      | 46.290                                   |
| Total não circulante, 31 de dezembro de 2014                     | -                   | 498  | 196.384 | 1.916 | 64.847 | 56.134                                   |
| Total, 31 de dezembro de 2014                                    | 323.481             | 498  | 196.384 | 1.916 | 64.847 | 102.424                                  |
| Total, 31 de dezembro de 2013                                    | 292.172             | -    | 258.794 | 1.916 | 66.513 | 102.816                                  |

### c. Despesas com profissionais chave da administração

|  | Controladora |        | Consolidado |        |
|--|--------------|--------|-------------|--------|
|  | 2014         | 2013   | 2014        | 2013   |
| 1. Remuneração (k):                          |              |        |             |        |
| Benefícios de curto prazo - remuneração fixa | 13.954       | 12.350 | 34.352      | 24.763 |
| Outros benefícios:                           |              |        |             |        |
| Provisão de participação no resultado (l)    | 27.351       | 20.556 | 42.802      | 32.208 |
| Previdência privada                          | 976          | 869    | 2.358       | 1.783  |
| Seguro de vida                               | 36           | 35     | 106         | 90     |
| 2. Plano de incentivo de longo prazo (i)     | 17.536       | 4.771  | 17.536      | 4.771  |
|  | 59.853       | 38.581 | 97.154      | 63.615 |

### d. Saldo a pagar aos profissionais chave da administração

|                                     | Controladora |        | Consolidado |        |
|-------------------------------------|--------------|--------|-------------|--------|
|                                     | 2014         | 2013   | 2014        | 2013   |
| Remuneração dos administradores (k) | 9.423        | 10.525 | 16.951      | 17.288 |

Na AGO realizada em 15 de abril de 2014, foi fixada a remuneração anual dos membros do Conselho de Administração e diretoria da Companhia de até R\$ 32.000, a qual não inclui os encargos sociais.

Abaixo, apresentamos as notas relacionadas aos quadros b, c e d:

- (a) Prestação de serviços por empreitada a preço global com vigência de 17 de abril de 2014 a 11 de fevereiro de 2015;
- (b) Valores de tarifa de pedágio cobrados de usuários do sistema de pedágio eletrônico, os quais serão repassados para as concessionárias de rodovias em período subsequente;
- (c) Serviços de recuperação, melhoramento, conservação, manutenção, monitoramento e operação da rodovia Presidente Dutra, com prazo vigente até o término da vigência do contrato de concessão da NovaDutra;
- (d) Serviços de recuperação, melhoramento, conservação, manutenção, monitoramento e operação da Rodovia, com prazo vigente até 29 de setembro de 2015;
- (e) Contratos de mútuo remunerados pelo IPC + 1% a.m., com vencimentos em 1º de fevereiro de 2015 e 1º de agosto de 2016;
- (f) Contrato de mútuo remunerado à variação acumulada de 105% do CDI entre o RodoAnel Oeste e a sua acionista Encalso, com vencimento previsto em 15 de novembro de 2024;
- (g) Contratos de mútuos entre a Quiport e seus acionistas e outras partes relacionadas, remunerados em até 9,36% ao ano, com vencimentos entre 2037 e 2040;
- (h) Refere-se à parcela do preço, retida no contrato de compra e venda entre a CPC e os antigos acionistas da Barcas;
- (i) Refere-se ao plano de incentivo de longo prazo a pagar aos profissionais chave da administração;
- (j) Refere-se aos contratos de mútuo entre a Aeris e outras partes relacionadas, remuneradas a 9,89% ao ano, com vencimentos de principal entre 2018 e 2023;
- (k) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração: conselho de administração (somente remuneração fixa), diretoria estatutária e diretoria não estatutária;
- (l) Parte do valor refere-se ao adicional de provisão de participação no resultado de 2013, aprovado na Assembleia Geral Ordinária de abril de 2014;
- (m) Receitas e contas a receber referentes à prestação de serviços administrativos pela CCR – Divisão Actua às suas investidas; e
- (n) Refere-se ao contrato por administração sob regime de aliança para a prestação de serviços de obras de construção e melhorias no Metrô Bahia. Para atender aos prazos necessários para a entrega das duas linhas previstas no Sistema Metroviário Salvador-Lauro de Freitas e obter a máxima eficiência no processo construtivo, com a redução dos custos e a diminuição dos riscos, a CCR firmou um Contrato de Aliança com construtoras parceiras.

O principal diferencial do Contrato de Aliança é configurar uma parceria em que, em vez de apenas serem contratadas para as obras, as construtoras contribuem para a definição do orçamento de forma participativa e transparente – incluindo a predeterminação do lucro

esperado. Os Construtores poderão obter uma bonificação financeira se o resultado for melhor do que o projetado, ou serem penalizados até o limite de sua remuneração se houver perdas ou frustração dos resultados e cronogramas. Na prática, as empresas responsáveis pelo serviço podem obter um bônus de até 100% sobre o lucro acordado ou perdê-lo totalmente, no pior dos cenários. Essa formatação permite excluir do preço orçado, margens normalmente incluídas para fazer frente a eventuais imprevistos ou interferências, custos que, caso ocorram, são partilhados entre as partes.

Em atenção às melhores práticas de governança priorizadas pelo Novo Mercado e as práticas internas do próprio Grupo CCR, foi contratada empresa independente para avaliar o processo de previsão dos custos de modo a assegurar que os valores do orçamento são compatíveis com os preços de mercado. Foi também contratada empresa de assessoria específica, com experiência comprovada, para acompanhar o andamento das obras e sua aderência ao cronograma e orçamento, visando assegurar a performance esperada do Contrato de Aliança.

O modelo do Contrato de Aliança continua em fase de avaliação e não substituirá, necessariamente, a contratação convencional das construtoras em novos projetos.

### 13. Investimentos em controladas e empreendimentos controlados em conjunto

Em 31 de dezembro de 2013, devido ao encerramento das atividades da controlada em conjunto Controlar, a Companhia baixou o montante de R\$ 69.011, relativo ao saldo do Direito de concessão gerado na aquisição da investida, assim como reduziu o valor do investimento em R\$ 36.703, devido à constituição de provisão para desmobilização e baixa de ativos. O efeito desses registros no resultado da Companhia e no consolidado foi de R\$ 105.714.

#### a) Investimentos em controladas – Controladora

| Controladas        | Atividade principal  | Local de constituição<br>e operação | Percentual de participação |          |
|--------------------|----------------------|-------------------------------------|----------------------------|----------|
|                    |                      |                                     | 2014                       | 2013     |
| AutoBAn            | Concessão rodoviária | Brasil (SP)                         | 100,00%                    | 100,00%  |
| CCR México         | Concessão rodoviária | México / EUA                        | 100,00%                    | 100,00%  |
| CIIS               | Serviços             | Brasil (SP / RJ)                    | 100,00%                    | 100,00%  |
| CPC                | Holding              | América Latina e Espanha            | 99,00%                     | 99,00%   |
| SPCP               | Holding              | Brasil (RJ)                         | 99,90%                     | 99,90%   |
| NovaDutra          | Concessão rodoviária | Brasil (SP / RJ)                    | 100,00%                    | 100,00%  |
| Parques            | Serviços             | Brasil                              | 85,92%                     | 85,92%   |
| Ponte (b)          | Concessão rodoviária | Brasil (RJ)                         | 100,00%                    | 100,00%  |
| RodoAnel Oeste (a) | Concessão rodoviária | Brasil (SP)                         | 98,8034%                   | 98,5714% |
| RodoNorte          | Concessão rodoviária | Brasil (PR)                         | 85,92%                     | 85,92%   |
| Samm               | Serviços             | Brasil (SP / RJ)                    | 99,90%                     | 99,90%   |
| ViaLagos           | Concessão rodoviária | Brasil (RJ)                         | 100,00%                    | 100,00%  |
| ViaOeste           | Concessão rodoviária | Brasil (SP)                         | 100,00%                    | 100,00%  |

(a) Em 4 de novembro de 2014, foi aprovado o aumento de capital social subscrito e integralizado da controlada RodoAnel Oeste, no montante de R\$ 24.700. A integralização foi efetuada somente pela acionista CCR que elevou seu percentual de participação.

(b) Em 1º de junho de 2015, se encerrará o prazo de concessão da Ponte Rio-Niterói. Para fazer frente aos custos de encerramento das operações, em 31 de dezembro de 2014, foi provisionado o montante de R\$ 3.759, relativos a despesas com rescisão. Além disso, os

novos investimentos estão sendo alocados diretamente ao resultado, devido ao prazo restante da concessão ser menor que 1 ano.

***a.1) Composição dos investimentos em controladas e controladas em conjunto, líquido da provisão para passivo a descoberto – Controladora***

|   | Patrimônio líquido<br>(passivo a descoberto)<br>das investidas |           | Investimentos<br>(provisão para passivo a<br>descoberto) |           | Resultado líquido do<br>período das investidas |           | Resultado de equivalência<br>patrimonial |           |
|---|--|-----------|--|-----------|--|-----------|--|-----------|
|   | 2014   | 2013      | 2014   | 2013      | 2014   | 2013      | 2014                                     | 2013      |
| AutoBan (a)   | 586.785  | 670.409   | 586.785  | 670.409   | 669.376  | 661.043   | 669.376                                  | 661.043   |
| CCR México (a)  | 1.206  | 1.275     | 1.206  | 1.275     | (77)   | (102)     | (77)                                     | (102)     |
| CIIS  | 53.793   | 61.434    | 53.793   | 61.434    | (3.962)  | (618)     | (3.962)                                  | (618)     |
| CPC   | 1.293.368  | 1.098.994 | 1.280.434  | 1.088.004 | 51.180   | (52.236)  | 50.668                                   | (51.714)  |
| NovaDutra (a)   | 442.780  | 420.541   | 442.780  | 420.541   | 213.344  | 226.400   | 213.344                                  | 226.400   |
| Parques   | 2  | (37)      | 2  | (32)      | 40   | (170)     | 34                                       | (146)     |
| Ponte (a)   | 47.587   | 43.541    | 47.587   | 43.541    | 23.856   | 39.333    | 23.856                                   | 39.333    |
| RodoAnel Oeste  | (95.223)   | (74.534)  | (94.083)   | (73.469)  | (156.263)                                      | (120.766) | (154.393)                                | (119.041) |
| RodoNorte   | 211.373  | 204.376   | 181.612  | 175.600   | 223.311  | 213.829   | 191.869                                  | 183.722   |
| RodoNorte (Dir. concessão gerado na aquisição)                      | -  | -         | 8.142  | 9.123     | -  | -         | (981)                                    | (916)     |
| Samm  | 30.446   | 12.423    | 30.416   | 12.411    | (11.977)                                       | (17.874)  | (11.965)                                 | (17.856)  |
| SPCP  | 845  | 98        | 844  | 98        | (4.253)  | (4.899)   | (4.249)                                  | (4.894)   |
| STP   | 239.541  | 150.243   | 82.012   | 57.468    | 201.678  | 170.162   | 69.049                                   | 65.087    |
| STP (Ágio)  | -  | -         | 3.883  | 3.883     | -  | -         | -  | -         |
| ViaLagos (a)  | 27.235   | 20.696    | 27.235   | 20.696    | 29.218   | 24.841    | 29.218                                   | 24.841    |
| ViaOeste  | 231.091  | 314.648   | 231.091  | 314.648   | 285.049  | 277.784   | 285.049                                  | 277.784   |
| ViaQuatro   | 246.381  | 160.910   | 142.901  | 93.328    | 81.029   | 66.752    | 46.997                                   | 38.716    |
| ViaRio  | 47.978   | 59.412    | 15.991   | 19.802    | (11.434)                                       | (5.584)   | (3.811)                                  | (1.861)   |
| Total de investimento líquido de provisão para passivo a descoberto | 3.365.188  | 3.144.429 | 3.042.631  | 2.918.760 | 1.590.115                                      | 1.477.895 | 1.400.022                                | 1.319.778 |

- (a) Existe participação irrelevante de acionistas não controladores, a qual não impacta o cálculo de equivalência patrimonial na controladora.

***a.2) Movimentação dos investimentos, líquido do passivo a descoberto – Controladora***

|  | Saldo inicial | Resultado de<br>equivalência<br>patrimonial | Aumento de<br>capital | Dividendos e<br>juros sobre<br>capital próprio | Ajuste<br>de avaliação<br>patrimonial | Saldo final |
|--|---------------|---|-----------------------|--|---------------------------------------|-------------|
|  | 2013          |   |                       | 2014   |                                       |             |
| AutoBan  | 670.409       | 669.376                                     | -                     | (753.000)                                      | -                                     | 586.785     |
| CCR México                                     | 1.275         | (77)  | -                     | -  | 8                                     | 1.206       |
| CIIS   | 61.434        | (3.962)                                     | -                     | -  | (3.679)                               | 53.793      |
| CPC  | 1.088.004     | 50.668                                      | 89.100                | (20.580)                                       | 73.242                                | 1.280.434   |
| NovaDutra                                      | 420.541       | 213.344                                     | -                     | (191.105)                                      | -                                     | 442.780     |
| Parques  | (32)          | 34  | -                     | -  | -                                     | 2           |
| Ponte  | 43.541        | 23.856                                      | -                     | (19.810)                                       | -                                     | 47.587      |
| RodoAnel Oeste                                 | (73.469)      | (154.393)                                   | 133.779               | -  | -                                     | (94.083)    |
| RodoNorte                                      | 175.600       | 191.869                                     | -                     | (185.857)                                      | -                                     | 181.612     |
| RodoNorte (Dir. concessão gerado na aquisição) | 9.123         | (981)                                       | -                     | -  | -                                     | 8.142       |
| Samm   | 12.411        | (11.965)                                    | 29.970                | -  | -                                     | 30.416      |
| SPCP   | 98            | (4.249)                                     | 4.995                 | -  | -                                     | 844         |
| STP  | 57.468        | 69.049                                      | -                     | (44.505)                                       | -                                     | 82.012      |
| STP (Ágio)                                     | 3.883         | -   | -                     | -  | -                                     | 3.883       |
| ViaLagos                                       | 20.696        | 29.218                                      | -                     | (22.679)                                       | -                                     | 27.235      |
| ViaOeste                                       | 314.648       | 285.049                                     | -                     | (368.606)                                      | -                                     | 231.091     |
| ViaQuatro                                      | 93.328        | 46.997                                      | -                     | (13.989)                                       | 16.565                                | 142.901     |
| ViaRio   | 19.802        | (3.811)                                     | -                     | -  | -                                     | 15.991      |
| Total  | 2.918.760     | 1.400.022                                   | 257.844               | (1.620.131)                                    | 86.136                                | 3.042.631   |

|  | Saldo inicial | Resultado de<br>e equivalência<br>patrimonial | Aumento de<br>capital | Dividendos e<br>juros sobre<br>capital próprio | Ajuste<br>de avaliação<br>patrimonial | Baixa por<br>venda de<br>participação | Saldo final |
|--|---------------|---|-----------------------|--|---------------------------------------|---------------------------------------|-------------|
|  | 2012          | 2013  |                       |  |                                       |                                       |             |
| AutoBA   | 604.366       | 661.043                                       | -                     | (595.000)                                      | -                                     | -                                     | 670.409     |
| CCR México                                     | 1.223         | (102)   | -                     | -  | 154                                   | -                                     | 1.275       |
| CIIS   | 10.863        | (618)   | 50.460                | (20)   | 749                                   | -                                     | 61.434      |
| CPC  | 1.017.556     | (51.714)                                      | 45.540                | -  | 76.622                                | -                                     | 1.088.004   |
| NovaDutra                                      | 446.752       | 226.400                                       | -                     | (252.611)                                      | -                                     | -                                     | 420.541     |
| Parques  | 114           | (146)   | -                     | -  | -                                     | -                                     | (32)        |
| Ponte  | 43.245        | 39.333  | -                     | (39.037)                                       | -                                     | -                                     | 43.541      |
| RodoAnel Oeste                                 | 45.572        | (119.041)                                     | -                     | -  | -                                     | -                                     | (73.469)    |
| RodoNorte                                      | 157.214       | 183.722                                       | -                     | (165.336)                                      | -                                     | -                                     | 175.600     |
| RodoNorte (Dir. concessão gerado na aquisição) | 10.039        | (916)   | -                     | -  | -                                     | -                                     | 9.123       |
| Samm   | 30.267        | (17.856)                                      | -                     | -  | -                                     | -                                     | 12.411      |
| SPCP   | (1.827)       | (4.894)                                       | 6.819                 | -  | -                                     | -                                     | 98          |
| STP  | 61.720        | 65.087  | -                     | (64.540)                                       | -                                     | (4.799)                               | 57.468      |
| STP (Ágio)                                     | 4.362         | -   | -                     | -  | -                                     | (479)                                 | 3.883       |
| ViaLagos                                       | 21.954        | 24.841  | -                     | (26.099)                                       | -                                     | -                                     | 20.696      |
| ViaOeste                                       | 239.489       | 277.784                                       | -                     | (202.625)                                      | -                                     | -                                     | 314.648     |
| ViaQuatro                                      | 54.612        | 38.716  | -                     | -  | -                                     | -                                     | 93.328      |
| ViaRio   | 15.497        | (1.861)                                       | 6.166                 | -  | -                                     | -                                     | 19.802      |
| Total  | 2.763.018     | 1.319.778                                     | 108.985               | (1.345.268)                                    | 77.525                                | (5.278)                               | 2.918.760   |

### a.3) Informações financeiras resumidas das controladas – Controladora e Consolidado

|                            | 2014           |  |  |   | 2013           |  |  |   |
|----------------------------|----------------|--|--|---|----------------|--|--|---|
|                            | Total do ativo | Total do passivo<br>circulante e não<br>circulante | Total das<br>receitas brutas<br>do exercício | Lucro (prejuízo)<br>líquido do<br>exercício | Total do ativo | Total do passivo<br>circulante e não<br>circulante | Total das<br>receitas brutas<br>do exercício | Lucro (prejuízo)<br>líquido do<br>exercício |
| Alba Concessions           | 182.170        | 7.956  | -  | 661   | 161.676        | 9.073  | -  | 6.986                                       |
| Alba Participations        | 1.715          | 3.468  | -  | (1.602)                                     | -              | -  | -  | -   |
| ATP                        | 4.462          | 6.944  | 5.769  | (757)                                       | 2.334          | 4.059  | 8.550  | (659)                                       |
| AutoBA                     | 3.532.694      | 2.945.909  | 2.184.719                                    | 669.376                                     | 3.163.095      | 2.492.685  | 2.175.280                                    | 661.043                                     |
| Barcas                     | 365.046        | 337.317  | 164.912                                      | (54.472)                                    | 321.308        | 305.109  | 170.058                                      | (54.696)                                    |
| BH Airport                 | 1.395.812      | 1.156.597  | 82.587                                       | (24.255)                                    | -              | -  | -  | -   |
| CAI                        | 68.453         | 5.913  | -  | 1.219                                       | 63.831         | 5.214  | -  | (1.302)                                     |
| CAP                        | 156.108        | 87.656   | 107.940                                      | 1.219                                       | 131.257        | 67.427   | 66.126                                       | (1.250)                                     |
| CARE                       | 3              | 3.243  | -  | -   | 2              | 2.859  | -  | -   |
| CCR Costa Rica             | 4.450          | -  | -  | (1.509)                                     | 5.289          | -  | -  | 639   |
| CCR España                 | 149.425        | 477  | -  | (2.734)                                     | 142.213        | 262  | -  | (395)                                       |
| CCR España Emprendimientos | 326.152        | 78.652   | -  | 53.402                                      | 162.972        | 14   | -  | 36.301                                      |
| CCR México                 | 1.244          | 38   | -  | (77)  | 1.231          | 32   | -  | (102)                                       |
| CIIS                       | 62.362         | 8.569  | -  | (3.964)                                     | 61.659         | 200  | -  | (618)                                       |
| CPA                        | 68.008         | 2.751  | -  | (1.835)                                     | 65.623         | 3.303  | -  | (1.045)                                     |
| CPC                        | 2.046.673      | 753.305  | 120.715                                      | 51.180                                      | 1.586.545      | 487.575  | 105.262                                      | (52.236)                                    |
| Green Airports             | 121.544        | 360  | -  | 8.914                                       | 98.261         | 271  | -  | 7.920                                       |
| Inovap 5                   | 1.742          | 1.823  | 1.055  | (82)  | 2.887          | 2.886  | 1.293  | (115)                                       |
| Metrô Bahia                | 868.424        | 718.289  | 664.145                                      | (50.825)                                    | 212.908        | 11.597   | 4.934  | 1.311                                       |
| MSVia                      | 532.915        | 313.241  | 149.518                                      | (14.326)                                    | -              | -  | -  | -   |
| MTH                        | 37.523         | 55   | 4.985  | 3.999                                       | 33.382         | 53   | 3.366  | 2.068                                       |
| NovaDutra                  | 1.688.641      | 1.245.861  | 1.389.262                                    | 213.344                                     | 1.629.245      | 1.208.704  | 1.319.930                                    | 226.400                                     |
| Parques                    | 190            | 188  | -  | 39  | 176            | 214  | -  | (170)                                       |
| Ponte                      | 68.889         | 21.302   | 164.932                                      | 23.856                                      | 65.028         | 21.488   | 167.248                                      | 39.333                                      |
| RodoAnel Oeste             | 2.614.849      | 2.710.072  | 241.615                                      | (156.389)                                   | 2.587.391      | 2.661.925  | 233.085                                      | (120.766)                                   |
| RodoNorte                  | 662.201        | 450.828  | 747.099                                      | 223.311                                     | 630.279        | 425.904  | 649.512                                      | 213.829                                     |
| Samm                       | 189.928        | 159.482  | 45.970                                       | (11.977)                                    | 156.552        | 144.129  | 18.541                                       | (17.874)                                    |
| Spac                       | 122.083        | 1  | -  | (22.287)                                    | -              | -  | -  | -   |
| SPCP                       | 1.734          | 889  | -  | (4.253)                                     | 933            | 835  | -  | (4.899)                                     |
| SPVias                     | 1.990.622      | 1.528.902  | 763.688                                      | 88.845                                      | 1.800.629      | 1.427.755  | 641.158                                      | 78.637                                      |
| ViaLagos                   | 272.055        | 244.820  | 205.295                                      | 29.218                                      | 177.063        | 156.292  | 130.994                                      | 24.841                                      |
| ViaOeste                   | 1.396.677      | 1.165.586  | 1.011.679                                    | 285.047                                     | 1.475.813      | 1.161.164  | 918.982                                      | 277.784                                     |
| Subtotal                   | 18.934.794     | 13.960.494   | 8.055.885                                    | 1.302.286                                   | 14.739.582     | 10.601.029   | 6.614.319                                    | 1.320.965                                   |
| Controladora               | 4.404.239      | 908.109  | 127.222                                      | 1.336.539                                   | 4.418.256      | 942.809  | 128.777                                      | 1.339.571                                   |
| Eliminações                | (6.115.857)    | (1.315.640)  | (239.854)                                    | (1.289.132)                                 | (5.124.828)    | (996.369)  | (235.198)                                    | (1.292.652)                                 |
| Consolidado                | 17.223.176     | 13.552.963   | 7.943.253                                    | 1.349.693                                   | 14.033.010     | 10.547.469   | 6.507.898                                    | 1.367.884                                   |

A SPCP, Metrô Bahia, ATP, Barcas, Inovap 5, SPVias, Green Airports, CCR España, CCR España Emprendimientos, Alba Concessions, MSVia e Spac são consolidadas na CPC. A CAI, CAP, CARE, CCR Costa Rica, CPA e a MTH são consolidadas na CCR España. A BH Airport é consolidada na Spac.

**b) Investimentos em empreendimentos controlados em conjunto – Consolidado**

| Empreendimentos controlados em conjunto (1) | Local de constituição e operação | Percentual de participação |          | Atividade principal                    |
|---|----------------------------------|----------------------------|----------|--|
|   |                                  | 2014                       | 2013     |  |
| ViaQuatro                                   | Brasil (SP)                      | 58%                        | 58%      | Concessão de transporte de passageiros |
| Quiport Holdings                            | Uruguai                          | 45,5%                      | 45,5%    | Holding                                |
| FTZ   | Equador                          | 45,5%                      | 45,5%    | Investimentos                          |
| Aeropuertos                                 | Costa Rica                       | 48,767%                    | 48,767%  | Holding - Aeroportos                   |
| Desarrollos                                 | Costa Rica                       | 51%                        | 51%      | Holding - Aeroportos                   |
| Terminal                                    | Costa Rica                       | 50%                        | 50%      | Holding - Aeroportos                   |
| IBSA  | Ilhas Virgens Britânicas         | 50%                        | 50%      | Holding - Aeroportos                   |
| ViaRio                                      | Brasil (RJ)                      | 33,33%                     | 33,33%   | Concessão rodoviária                   |
| STP   | Brasil                           | 34,2372%                   | 34,2372% | Serviços                               |
| Renovias                                    | Brasil (SP)                      | 40%                        | 40%      | Concessão rodoviária                   |
| Controlar (a)                               | Brasil (SP)                      | 49,0088%                   | 45%      | Serviços                               |
| VLT Carioca (b)                             | Brasil (RJ)                      | 24,875%                    | 24,4375% | Concessão de transporte de passageiros |

- (a) Em 02 de dezembro de 2014, a CPC aumentou o capital da investida Controlar, passando a deter 49,0088% do capital social.
- (b) Em 18 de setembro de 2014, a CIIS adquiriu 273.087 ações ordinárias da concessionária, pelo montante de R\$ 649, passando a deter 24,875% do capital social.

**b.1) Composição dos investimentos em controladas e controladas em conjunto – Consolidado**

|   | Patrimônio líquido (passivo a descoberto) das controladas em conjunto |          | Investimentos (provisão para passivo a descoberto) |          | Resultado líquido do período das controladas em conjunto |          | Resultado de equivalência patrimonial |           |
|---|---|----------|--|----------|--|----------|---------------------------------------|-----------|
|   | 2014  | 2013     | 2014   | 2013     | 2014   | 2013     | 2014                                  | 2013      |
| ViaQuatro   | 246.380   | 147.909  | 140.386  | 85.787   | 81.030   | 75.421   | 52.024                                | 43.744    |
| Quiport Holdings  | 667.057   | 358.536  | 303.511  | 163.134  | 123.149  | 79.756   | 56.033                                | 36.289    |
| Aeropuertos   | 3.878   | 4.610    | 1.891  | 2.248    | (1.314)  | 556      | (641)                                 | 271       |
| Desarrollos   | 4.782   | 5.684    | 2.439  | 2.899    | (1.622)  | 688      | (827)                                 | 351       |
| Terminal  | 238   | 282      | 119  | 141      | (80)   | 34       | (40)                                  | 17        |
| IBSA  | (720)   | (542)    | (360)  | (271)    | (92)   | (52)     | (46)                                  | (26)      |
| CAI (2)   | -   | -        | -  | -        | -  | 3.675    | -                                     | 1.874     |
| ViaRio  | 47.978  | 59.412   | 15.991   | 19.802   | (11.434)   | (5.584)  | (3.811)                               | (1.861)   |
| STP   | 239.546   | 182.594  | 82.014   | 57.468   | 201.678  | 175.226  | 69.049                                | 65.087    |
| Renovias  | 110.730   | 114.735  | 44.292   | 45.894   | 123.583  | 109.405  | 49.433                                | 43.762    |
| Controlar   | 6.160   | (25.551) | 3.019  | (11.498) | 812  | (76.758) | 398                                   | (34.541)  |
| VLT Carioca   | (29.733)  | 13.852   | (7.396)  | 4.617    | (30.316)   | (6.121)  | (7.541)                               | (2.040)   |
| Total   | 1.296.296   | 861.521  | 585.906  | 370.221  | 485.394  | 356.246  | 214.031                               | 152.927   |
| Direito da concessão gerado na aquisição de negócio                 | -   | -        | 196.929  | 213.403  | -  | -        | (16.373)                              | (100.112) |
| Total de investimento líquido de provisão para passivo a descoberto | 1.296.296   | 861.521  | 782.835  | 583.624  | 485.394  | 356.246  | 197.658                               | 52.815    |

- (1) A mensuração dos investimentos é feita pelo método de equivalência patrimonial;
- (2) A partir de 12 de junho de 2013, com a aquisição adicional de 39% do capital social da investida, a mesma passou a ser controlada.

***b.2) Movimentação dos investimentos em controladas em conjunto – Consolidado***

|   | Saldo inicial | Baixas  | Resultado de equivalência patrimonial | Aumento de capital | Dividendos e juros sobre capital próprio | Ajuste de avaliação patrimonial | Saldo final |
|---|---------------|---------|---------------------------------------|--------------------|--|---------------------------------|-------------|
|   | 2013          |         |                                       |                    | 2014                                     |                                 |             |
| ViaQuatro   | 85.787        | -       | 52.024                                | -                  | (13.989)                                 | 16.564                          | 140.386     |
| Quiport Holdings  | 163.134       | -       | 56.033                                | 76.149             | (22.645)                                 | 30.840                          | 303.511     |
| FTZ   | -             | -       | -                                     | -                  | -  | -                               | -           |
| Aeropuertos   | 2.248         | -       | (641)                                 | -                  | -  | 284                             | 1.891       |
| Desarrollos   | 2.899         | -       | (827)                                 | -                  | -  | 367                             | 2.439       |
| Terminal  | 141           | -       | (40)                                  | -                  | -  | 18                              | 119         |
| IBSA  | (271)         | -       | (46)                                  | -                  | -  | (43)                            | (360)       |
| ViaRio  | 19.802        | -       | (3.811)                               | -                  | -  | -                               | 15.991      |
| STP   | 57.468        | -       | 69.049                                | -                  | (44.503)                                 | -                               | 82.014      |
| Renovias  | 45.894        | -       | 49.433                                | -                  | (51.035)                                 | -                               | 44.292      |
| Controlar   | (11.498)      | (1.181) | 398                                   | 15.300             | -  | -                               | 3.019       |
| VLT Carioca   | 4.617         | -       | (7.541)                               | -                  | -  | (4.472)                         | (7.396)     |
| Total   | 370.221       | (1.181) | 214.031                               | 91.449             | (132.172)                                | 43.558                          | 585.906     |
| Direito da concessão gerado na aquisição de negócio                 | 213.403       | 106     | (16.373)                              | -                  | -  | (207)                           | 196.929     |
| Total de investimento líquido de provisão para passivo a descoberto | 583.624       | (1.075) | 197.658                               | 91.449             | (132.172)                                | 43.351                          | 782.835     |

  

|   | 2012    |          |           |        | 2013      |         |          |
|---|---------|----------|-----------|--------|-----------|---------|----------|
| ViaQuatro   | 42.043  | -        | 43.744    | -      | -         | -       | 85.787   |
| Quiport Holdings  | 107.731 | -        | 36.289    | -      | -         | 19.114  | 163.134  |
| FTZ   | 1       | -        | -         | -      | -         | (1)     | -        |
| Aeropuertos   | 1.737   | -        | 271       | -      | -         | 240     | 2.248    |
| Desarrollos   | 2.239   | -        | 351       | -      | -         | 309     | 2.899    |
| Terminal  | 109     | -        | 17        | -      | -         | 15      | 141      |
| IBSA  | (212)   | -        | (26)      | -      | -         | (33)    | (271)    |
| CAI (a)   | 20.164  | (20.373) | 1.874     | -      | -         | (1.665) | -        |
| ViaRio  | 15.497  | -        | (1.861)   | 6.166  | -         | -       | 19.802   |
| STP   | 61.720  | (4.799)  | 65.087    | -      | (64.540)  | -       | 57.468   |
| Renovias  | 46.608  | -        | 43.762    | -      | (44.476)  | -       | 45.894   |
| Controlar   | 23.043  | -        | (34.541)  | -      | -         | -       | (11.498) |
| VLT Carioca   | -       | -        | (2.040)   | 6.657  | -         | -       | 4.617    |
| Total   | 320.680 | (25.172) | 152.927   | 12.823 | (109.016) | 17.979  | 370.221  |
| Direito da concessão gerado na aquisição de negócio (b)             | 355.614 | (44.056) | (100.112) | -      | -         | 1.957   | 213.403  |
| Total de investimento líquido de provisão para passivo a descoberto | 676.294 | (69.228) | 52.815    | 12.823 | (109.016) | 19.936  | 583.624  |

- (a) Baixa de investimento, pois em decorrência da aquisição de controle, em 12 de junho de 2013, o valor passou a ser eliminado no processo de consolidação;
- (b) O valor indicado na coluna “baixa” refere-se a transferência para o ativo intangível, em virtude da aquisição de controle, através da compra de 39% de participação adicional em 12 de junho de 2013 (vide notas explicativas 1 e 15).

***b.3) Informações financeiras resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto***

A seguir estão apresentadas as informações financeiras resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto que são registrados utilizando o método de equivalência patrimonial. Os valores apresentados são proporcionais à participação da Companhia, direta ou indiretamente, nestas investidas.

## Balanço patrimonial resumido

2014

|   | ViaQuatro      | Corporación<br>Quiport | Icaros        | Quiport<br>Holdings | Aeris          | IBSA<br>Finance | IBSA           | ViaRio         | STP            | Renovias       | Controlar    | VLT Carioca    | Outros<br>investimentos |
|---|----------------|------------------------|---------------|---------------------|----------------|-----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|--------------|----------------|-------------------------|
| <b>Ativo</b>  |                |                        |               |                     |                |                 |                |                |                |                |              |                |                         |
| Ativo circulante  |                |                        |               |                     |                |                 |                |                |                |                |              |                |                         |
| Caixa e equivalentes de caixa                                       | 71.416         | 18.318                 | -             | -                   | 39.204         | -               | 99             | 28.917         | 80.224         | 5.638          | 24           | 26.723         | 4                       |
| Outros ativos   | 57.906         | 61.917                 | 12            | 14                  | 11.834         | -               | -              | 78             | 253.627        | 9.369          | 341          | 36.408         | -                       |
| <b>Total do ativo circulante</b>                                    | <b>129.322</b> | <b>80.235</b>          | <b>12</b>     | <b>14</b>           | <b>51.038</b>  | <b>-</b>        | <b>99</b>      | <b>28.995</b>  | <b>333.851</b> | <b>15.007</b>  | <b>365</b>   | <b>63.131</b>  | <b>4</b>                |
| <b>Ativo não circulante</b>   | <b>461.203</b> | <b>959.112</b>         | <b>96.268</b> | <b>303.581</b>      | <b>191.993</b> | <b>107.976</b>  | <b>108.069</b> | <b>110.646</b> | <b>91.101</b>  | <b>130.968</b> | <b>6.967</b> | <b>116.602</b> | <b>72.902</b>           |
| <b>Total ativo</b>  | <b>590.525</b> | <b>1.039.347</b>       | <b>96.280</b> | <b>303.595</b>      | <b>243.031</b> | <b>107.976</b>  | <b>108.168</b> | <b>139.641</b> | <b>424.952</b> | <b>145.975</b> | <b>7.332</b> | <b>179.733</b> | <b>72.906</b>           |
| <b>Passivo</b>  |                |                        |               |                     |                |                 |                |                |                |                |              |                |                         |
| Passivo circulante  |                |                        |               |                     |                |                 |                |                |                |                |              |                |                         |
| Passivos financeiros (1)  | 61.257         | 43.011                 | -             | -                   | 18.442         | 10.230          | 10.228         | 122.542        | -              | 29.818         | -            | 83.032         | -                       |
| Outros passivos   | 45.076         | 30.695                 | 360           | 84                  | 5.751          | -               | -              | 1.108          | 342.589        | 20.655         | 3.921        | 102.270        | 5.692                   |
| <b>Total do passivo circulante</b>                                  | <b>106.333</b> | <b>73.706</b>          | <b>360</b>    | <b>84</b>           | <b>24.193</b>  | <b>10.230</b>   | <b>10.228</b>  | <b>123.650</b> | <b>342.589</b> | <b>50.473</b>  | <b>3.921</b> | <b>185.302</b> | <b>5.692</b>            |
| <b>Passivo não circulante</b>                                       |                |                        |               |                     |                |                 |                |                |                |                |              |                |                         |
| Passivos financeiros (1)  | 293.868        | 369.720                | 1.252         | -                   | 197.267        | 97.746          | 97.746         | -              | -              | 33.148         | -            | 1.539          | -                       |
| Outros passivos   | 47.425         | 317.415                | -             | -                   | 17.121         | 72              | 551            | -              | 349            | 18.072         | 392          | 288            | 3.466                   |
| <b>Total do passivo não circulante</b>                              | <b>341.293</b> | <b>687.135</b>         | <b>1.252</b>  | <b>-</b>            | <b>214.388</b> | <b>97.818</b>   | <b>98.297</b>  | <b>-</b>       | <b>349</b>     | <b>51.220</b>  | <b>392</b>   | <b>1.827</b>   | <b>3.466</b>            |
| <b>Patrimônio líquido (passivo a descoberto)</b>                    | <b>142.899</b> | <b>278.506</b>         | <b>94.668</b> | <b>303.511</b>      | <b>4.450</b>   | <b>(72)</b>     | <b>(357)</b>   | <b>15.991</b>  | <b>82.014</b>  | <b>44.282</b>  | <b>3.019</b> | <b>(7.396)</b> | <b>63.748</b>           |
| <b>Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)</b> | <b>590.525</b> | <b>1.039.347</b>       | <b>96.280</b> | <b>303.595</b>      | <b>243.031</b> | <b>107.976</b>  | <b>108.168</b> | <b>139.641</b> | <b>424.952</b> | <b>145.975</b> | <b>7.332</b> | <b>179.733</b> | <b>72.906</b>           |



2013

|   | ViaQuatro      | Corporación<br>Quiport | Icaros        | Quiport<br>Holdings | Aeris          | IBSA<br>Finance | IBSA          | ViaRio        | STP            | Renovias       | Controlar       | VLT Carioca   | Outros<br>investimentos |
|---|----------------|------------------------|---------------|---------------------|----------------|-----------------|---------------|---------------|----------------|----------------|-----------------|---------------|-------------------------|
| <b>Ativo</b>  |                |                        |               |                     |                |                 |               |               |                |                |                 |               |                         |
| Ativo circulante  |                |                        |               |                     |                |                 |               |               |                |                |                 |               |                         |
| Caixa e equivalentes de caixa                                       | 78.656         | 77.459                 | -             | -                   | 34.065         | 29              | 84            | 43.572        | 79.195         | 7.312          | 3.347           | 11.766        | 3                       |
| Outros ativos   | 31.283         | 31.501                 | 10            | 12                  | 9.668          | -               | 29            | 551           | 223.917        | 7.980          | 892             | 3.080         | -                       |
| <b>Total do ativo circulante</b>                                    | <b>109.939</b> | <b>108.960</b>         | <b>10</b>     | <b>12</b>           | <b>43.733</b>  | <b>29</b>       | <b>113</b>    | <b>44.123</b> | <b>303.112</b> | <b>15.292</b>  | <b>4.239</b>    | <b>14.846</b> | <b>3</b>                |
| Ativo não circulante  | 386.236        | 850.733                | 62.465        | 163.172             | 166.644        | 90.919          | 90.919        | 42.219        | 50.702         | 141.763        | 7.261           | 12.504        | 69.119                  |
| <b>Total ativo</b>  | <b>496.175</b> | <b>959.693</b>         | <b>62.475</b> | <b>163.184</b>      | <b>210.377</b> | <b>90.948</b>   | <b>91.032</b> | <b>86.342</b> | <b>353.814</b> | <b>157.055</b> | <b>11.500</b>   | <b>27.350</b> | <b>69.122</b>           |
| Passivo circulante  |                |                        |               |                     |                |                 |               |               |                |                |                 |               |                         |
| Passivos financeiros (1)  | 54.176         | 35.210                 | -             | -                   | 10.707         | 4.713           | 4.500         | 65.645        | -              | 17.477         | -               | 19.855        | -                       |
| Outros passivos   | 27.173         | 17.256                 | 314           | 50                  | 3.330          | 91              | 507           | 597           | 295.078        | 13.758         | 21.863          | 1.434         | 3.421                   |
| <b>Total do passivo circulante</b>                                  | <b>81.349</b>  | <b>52.466</b>          | <b>314</b>    | <b>50</b>           | <b>14.037</b>  | <b>4.804</b>    | <b>5.007</b>  | <b>66.242</b> | <b>295.078</b> | <b>31.235</b>  | <b>21.863</b>   | <b>21.289</b> | <b>3.421</b>            |
| Passivo não circulante  |                |                        |               |                     |                |                 |               |               |                |                |                 |               |                         |
| Passivos financeiros (1)  | 310.151        | 475.456                | 1.105         | -                   | 179.847        | 86.206          | 86.235        | -             | -              | 62.664         | -               | -             | -                       |
| Outros passivos   | 11.347         | 296.001                | -             | -                   | 11.203         | -               | 61            | 298           | 1.268          | 17.262         | 17              | 1.444         | 4.653                   |
| <b>Total do passivo não circulante</b>                              | <b>321.498</b> | <b>771.457</b>         | <b>1.105</b>  | <b>-</b>            | <b>191.050</b> | <b>86.206</b>   | <b>86.296</b> | <b>298</b>    | <b>1.268</b>   | <b>79.926</b>  | <b>17</b>       | <b>1.444</b>  | <b>4.653</b>            |
| <b>Patrimônio líquido (passivo a descoberto)</b>                    | <b>93.328</b>  | <b>135.770</b>         | <b>61.056</b> | <b>163.134</b>      | <b>5.290</b>   | <b>(62)</b>     | <b>(271)</b>  | <b>19.802</b> | <b>57.468</b>  | <b>45.894</b>  | <b>(10.380)</b> | <b>4.617</b>  | <b>61.048</b>           |
| <b>Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)</b> | <b>496.175</b> | <b>959.693</b>         | <b>62.475</b> | <b>163.184</b>      | <b>210.377</b> | <b>90.948</b>   | <b>91.032</b> | <b>86.342</b> | <b>353.814</b> | <b>157.055</b> | <b>11.500</b>   | <b>27.350</b> | <b>69.122</b>           |

(1) Refere-se ao saldo de empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil, contas a pagar com operações de *hedge* e mútuos – partes relacionadas.

## Demonstração do resultado resumida

2014

|  | Corporación   |               |               | Quiport       | Aeris          | IBSA       |             |                |                |               |            | Outros                    |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|----------------|------------|-------------|----------------|----------------|---------------|------------|---------------------------|
|  | ViaQuatro     | Quiport       | Icaros        | Holdings      | Holding        | Finance    | IBSA        | ViaRio         | STP            | Renovias      | Controlar  | VLT Carioca investimentos |
| Receita  | 244.352       | 196.400       | -             | -             | 71.176         | -          | -           | 173.116        | 260.521        | 158.385       | 3.043      | 9.424                     |
| Depreciação e amortização                                    | (23.921)      | (33.215)      | -             | -             | (14.083)       | -          | -           | (88)           | (19.541)       | (12.723)      | (625)      | (2)                       |
| Receita financeira   | 77.726        | -             | 1.436         | -             | 191            | 8.685      | 8.685       | 5.616          | 13.193         | 1.722         | 138        | 4.743                     |
| Despesa financeira   | (118.751)     | (33.592)      | -             | -             | (16.802)       | (8.685)    | (8.685)     | (7.642)        | (952)          | (8.367)       | (60)       | (11.196)                  |
| <b>Resultado de operações continuadas antes dos impostos</b> | <b>71.019</b> | <b>54.598</b> | <b>15.081</b> | <b>56.033</b> | <b>2.694</b>   | <b>-</b>   | <b>(46)</b> | <b>(5.665)</b> | <b>103.979</b> | <b>72.542</b> | <b>405</b> | <b>(11.258)</b>           |
| IR e CS  | (24.022)      | -             | -             | -             | (4.203)        | -          | -           | 1.854          | (34.930)       | (23.109)      | (7)        | 3.717                     |
| <b>Resultado de operações continuadas</b>                    | <b>46.997</b> | <b>54.598</b> | <b>15.081</b> | <b>56.033</b> | <b>(1.509)</b> | <b>-</b>   | <b>(46)</b> | <b>(3.811)</b> | <b>69.049</b>  | <b>49.433</b> | <b>398</b> | <b>(7.541)</b>            |
| Outros resultados abrangentes                                | 16.564        | 43.951        | 14.803        | 30.840        | 670            | (8)        | (43)        | -              | -              | -             | -          | (4.472)                   |
| <b>Resultado abrangente do exercício</b>                     | <b>63.561</b> | <b>98.549</b> | <b>29.884</b> | <b>86.873</b> | <b>(839)</b>   | <b>(8)</b> | <b>(89)</b> | <b>(3.811)</b> | <b>69.049</b>  | <b>49.433</b> | <b>398</b> | <b>(12.013)</b>           |
| <b>Dividendo declarado/pago</b>                              | <b>13.989</b> | <b>15.710</b> | <b>11.255</b> | <b>22.645</b> | <b>-</b>       | <b>-</b>   | <b>-</b>    | <b>-</b>       | <b>44.503</b>  | <b>51.035</b> | <b>-</b>   | <b>-</b>                  |

2013

|  | Corporación   |               |               | Quiport       | Aeris        | IBSA       |             |                |               |               |                 | Outros                    |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------|------------|-------------|----------------|---------------|---------------|-----------------|---------------------------|
|  | ViaQuatro     | Quiport       | Icaros        | Holdings      | Holding      | Finance    | IBSA        | ViaRio         | STP           | Renovias      | Controlar       | VLT Carioca investimentos |
| Receita líquida  | 222.320       | 169.275       | -             | -             | 68.437       | -          | -           | 70.392         | 233.154       | 149.103       | 67.873          | 429                       |
| Depreciação e amortização                                    | (22.253)      | (25.145)      | -             | -             | (14.092)     | -          | -           | (55)           | (18.146)      | (11.804)      | (6.492)         | -                         |
| Receita financeira   | 70.063        | 298           | 1.253         | -             | 250          | 7.966      | 7.958       | 1.675          | 10.525        | 2.446         | 462             | 3.903                     |
| Despesa financeira   | (118.805)     | (29.062)      | -             | -             | (15.309)     | (7.966)    | (7.958)     | (1.977)        | (982)         | (7.435)       | (1.785)         | (5.154)                   |
| <b>Resultado de operações continuadas antes dos impostos</b> | <b>58.273</b> | <b>35.223</b> | <b>10.045</b> | <b>36.289</b> | <b>(260)</b> | <b>(1)</b> | <b>(26)</b> | <b>(2.798)</b> | <b>97.882</b> | <b>63.839</b> | <b>(30.101)</b> | <b>(3.092)</b>            |
| IR e CS  | (19.556)      | (1)           | -             | -             | 901          | -          | -           | 937            | (32.795)      | (20.077)      | (4.667)         | 1.051                     |
| <b>Resultado de operações continuadas</b>                    | <b>38.717</b> | <b>35.222</b> | <b>10.045</b> | <b>36.289</b> | <b>641</b>   | <b>(1)</b> | <b>(26)</b> | <b>(1.861)</b> | <b>65.087</b> | <b>43.762</b> | <b>(34.768)</b> | <b>(2.041)</b>            |
| Outros resultados abrangentes                                | -             | 15.270        | 7.214         | 19.114        | 563          | (8)        | (33)        | -              | -             | -             | -               | -                         |
| <b>Resultado abrangente do exercício</b>                     | <b>38.717</b> | <b>50.492</b> | <b>17.259</b> | <b>55.403</b> | <b>1.204</b> | <b>(9)</b> | <b>(59)</b> | <b>(1.861)</b> | <b>65.087</b> | <b>43.762</b> | <b>(34.768)</b> | <b>(2.041)</b>            |
| <b>Dividendo declarado/pago</b>                              | <b>-</b>      | <b>-</b>      | <b>-</b>      | <b>-</b>      | <b>-</b>     | <b>-</b>   | <b>-</b>    | <b>-</b>       | <b>64.540</b> | <b>44.476</b> | <b>-</b>        | <b>-</b>                  |

### ***c) Outras informações relevantes***

A Companhia e suas investidas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles:

#### **a) RodoNorte**

##### **i. Anulação de aditivos ao contrato de concessão (2000 e 2002)**

A ação visa à anulação dos termos aditivos ao contrato de concessão (2000 e 2002), os quais restabeleceram as tarifas de pedágio e reequilibraram o Contrato de Concessão. De início, o processo teve seu andamento suspenso, condicionado ao julgamento definitivo da ação sobre redução unilateral de tarifa, que já foi julgada definitivamente sem resolução de mérito. Em 07 de março de 2014, foi deferido novo prazo de suspensão do feito pelo prazo de 180 dias, diante da possibilidade de acordo entre as partes. Encerrado o prazo de suspensão do feito sem que as partes chegassem a um acordo, o processo retomou seu curso normal e atualmente encontra-se em fase de instrução.

##### **ii. Processo de encampação**

Em 04 de julho de 2003, foi publicada a Lei nº 14.065, autorizando o Estado do Paraná a encampar a Controlada, nos termos da legislação e contrato de concessão.

A Controlada propôs ação judicial em 22 de agosto de 2003, contra a União, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR). Os trabalhos da Comissão de Encampação estão suspensos com base em liminares concedidas em ações similares propostas pelas outras concessionárias paranaenses.

Em 14 de agosto de 2014, foi deferido novo prazo de suspensão do feito por 60 dias diante da possibilidade de acordo, que não ocorreu. Processo terá seguimento normal.

##### **iii. Decreto expropriatório**

Em 08 de janeiro de 2004, o Governo do Paraná promulgou o Decreto nº 2.462, declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação e aquisição do controle acionário, 100% das ações com direito a voto da RodoNorte. Em razão disso, os acionistas e a investida ajuizaram ação em 14 de janeiro de 2004, contra a União, o DNIT, o Estado do Paraná e o DER/PR.

Em 10 de fevereiro de 2004, uma medida liminar suspendeu a eficácia do referido decreto até o julgamento final da ação. O Estado do Paraná recorreu dessa decisão liminar em três oportunidades (no STJ em 05 de maio de 2004; no pleno do STJ em 06 de maio de 2004 e na corte especial do STJ em 17 de novembro de 2004), sem resultado favorável, mantendo-se suspenso o decreto nº 2.462/04.

O processo encontrava-se suspenso por requerimento das partes, diante da possibilidade de acordo. Em 23 de setembro de 2013, o processo voltou a ter andamento normal e atualmente encontra-se em fase de instrução.

##### **iv. Reajustes tarifários de 2003 a 2010**

Entre os anos de 2003 e 2010, a Controlada encontrou dificuldades em conseguir junto ao DER do Estado do Paraná a autorização para aplicação do reajuste tarifário contratual,

cujas datas base são 1º de dezembro de cada ano; tendo sido necessário o ajuizamento de medidas judiciais para garantir esse direito. Os reajustes de 2011 a 2013 foram autorizados sem a necessidade de ação judicial.

Todos os reajustes tarifários no referido período foram aplicados de acordo com o percentual previsto em contrato, após a obtenção de liminares. As ações referentes aos reajustes de 2003 a 2009 tiveram sentenças favoráveis à Controlada. A ação relativa ao reajuste de 2010 aguarda sentença. Os recursos interpostos contra as sentenças proferidas nas ações referentes aos reajustes de 2003 e 2005 a 2009 estão pendentes de julgamento. O recurso referente ao reajuste de 2004 foi julgado, tendo sido mantida a sentença de procedência da ação.

O contrato de concessão prevê o reequilíbrio econômico-financeiro, ressarcindo a Controlada pelo período em que a tarifa vigorou sem o reajuste contratual.

Todas as ações encontram-se no CEJUSCON - Centro Judiciário de Soluções e Conflitos e Cidadania da Justiça Federal visando celebração de acordo em todos os casos.

#### **v. Procedimentos administrativos e Ações Judiciais sobre pavimento**

O DER/PR expediu autos de infração contra a RodoNorte, no primeiro semestre de 2004, por supostas irregularidades de pavimento, que desatenderiam ao índice IGG (Índice de Gravidade Global). A mesma se defendeu, alegando que esse índice contratual somente é aplicável aos trechos rodoviários restaurados, o que não era o caso dos trechos fiscalizados. Além disso, demonstrou o cumprimento do cronograma de restauração de pavimentos. O DER/PR negou provimento e aplicou multas no valor aproximado de R\$ 16.000. A RodoNorte ajuizou ação e as multas encontram-se suspensas, liminarmente, desde 22 de agosto de 2005. O processo encontra-se na fase de instrução.

Em dezembro de 2004, o DER/PR abriu processo administrativo (Portaria nº 732/2004-DER-PR) para apuração das mesmas irregularidades, mas visando declarar a caducidade do contrato de concessão.

A RodoNorte ingressou com duas ações judiciais, sendo uma para declarar a nulidade da Portaria nº 732/2004-DER-PR a qual indevidamente instaurou processo administrativo para o fim de decretar a caducidade do contrato de concessão, e a outra para declarar a inexistência das infrações invocadas pela Portaria, alegando a duplicidade de procedimentos e penalidades decorrentes dos mesmos fatos, além de vícios formais na constituição da comissão julgadora do procedimento. Em 03 de fevereiro de 2005, foi deferida liminar na primeira ação para suspender o processo administrativo e a exigibilidade das multas aplicadas. Ambos os processos permaneceram suspensos por dois anos, período em que as partes mantiveram tratativas para um acordo nas referidas ações. Em razão do tempo decorrido, a ação que trata da nulidade da Portaria nº 732/2004-DER-PR foi julgada extinta, tendo sido interposto recurso de apelação em 10 de julho de 2013, que aguarda julgamento. Com relação à segunda ação, que trata da inexistência das infrações invocadas na Portaria, foi proferido despacho em 16 de setembro de 2013, suspendendo o processo por 90 (noventa) dias. O processo encontra-se concluso.

#### **vi. Redução de tarifa – receita maior**

O DER propôs ação civil pública, em maio de 2007, pleiteando redução das tarifas de pedágio, sob alegação de que a Controlada auferiu receitas alternativas e financeiras superiores e custos inferiores ao previsto, em montante que superou as perdas de receita

decorrentes da não autorização tempestiva de reajustes e o valor dos investimentos adicionais ainda não reequilibrados. O pedido de liminar foi negado. A Justiça Federal não se reconheceu competente para julgar a causa, contra o que, foi interposto recurso pela concessionária e ao qual foi dado provimento. Foi mantida a competência da Justiça Federal, em virtude da União e DNIT serem partes no processo. Proferidos sentença em primeira instância e acórdão em segunda instância pela extinção da ação sem julgamento do mérito. O DER apresentou recursos aos Tribunais Superiores, que estão pendentes de julgamento.

## **b) ViaOeste**

### **i. Procedimento administrativo - Termo Aditivo Modificativo nº 12/06**

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela ViaOeste solicitação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo, referente ao Termo Aditivo Modificativo nº 12/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a ViaOeste foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até 20 de setembro de 2013. Em 26 de setembro de 2013, a ViaOeste apresentou seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 13 de janeiro de 2014, a ViaOeste apresentou suas alegações finais. Em 05 de maio de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações sobre referida controvérsia que estão sob sigilo de justiça.

### **ii. Reajuste Tarifário de 2014**

A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido à compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável).

Em 1º de julho 2014, a concessionária propôs ação ordinária de desconstituição de ato administrativo, com pedido de condenação em obrigação de fazer e antecipação de tutela, visando à regularidade do Contrato com aplicação do índice contratual, e, em sede liminar, aplicação, a partir de 1º de julho de 2014, do índice previsto no respectivo Contrato de Concessão às tarifas de pedágio. Em 02 de julho de 2014, foi proferida decisão indeferindo o pedido de antecipação dos efeitos da tutela pleiteado pela ViaOeste. Em 11 de agosto de 2014 foi proferida decisão reconsiderando a decisão anterior e deferindo a antecipação de tutela. Em 13 de agosto de 2014 foi juntado ofício comunicando a suspensão da antecipação da tutela pelo Presidente do Tribunal de Justiça. Referida suspensão foi mantida pela maioria do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em julgamento ocorrido em 03 de setembro de 2014. Em primeira instância, o processo encontra-se em fase de instrução.

## **c) RodoAnel Oeste**

### **i. Ação Popular – Lei Estadual nº 2.481/53 que limita instalações de pedágio no raio de 35 km do marco zero da Capital de São Paulo**

Trata-se de ação popular proposta por único autor em face do Estado de São Paulo, da ARTESP e dos acionistas do RodoAnel Oeste, CCR e Encalso Construções Ltda., com pedido de anulação das cláusulas do contrato de concessão, protocolada em 15 de dezembro de 2008.

Em 08 de janeiro de 2009, foi deferida liminar determinando a paralisação da cobrança de pedágio, tendo a controlada RodoAnel Oeste recebido e acatado determinação da Agência Reguladora neste sentido, por não ser parte da ação. Em 09 de janeiro de 2009, em virtude de Suspensão de Liminar apresentada pelo Estado de São Paulo, o Tribunal de Justiça suspendeu tal decisão, restabelecendo a cobrança de pedágio até trânsito em julgado do processo.

A ação foi julgada procedente. O Governo de São Paulo/Fazenda do Estado de São Paulo e a ARTESP interpuseram recurso perante o Tribunal de Justiça de São Paulo inclusive contra a aplicação imediata da sentença, tendo em vista a anterior decisão do Tribunal de Justiça, que suspendeu os efeitos até o trânsito em julgado da ação, o que foi deferido. O recurso de apelação do Estado de São Paulo foi provido para anular o processo desde a citação, a fim de que o autor emende a petição inicial. A CCR e a Encalço interpuseram embargos de declaração, que foram rejeitados. Em 16 de fevereiro de 2012, foram interpostos os recursos ao STJ e STF, que aguardam juízo de admissibilidade. Negado seguimento aos recursos, foi apresentado recurso dessa decisão em 28 de janeiro de 2015.

## **ii. Reajuste 2014**

A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido à compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável).

Em 1º de julho de 2014, a concessionária propôs ação ordinária de desconstituição de ato administrativo, com pedido de condenação em obrigação de fazer e antecipação de tutela, visando, em sede liminar, aplicação, a partir de 1º de julho de 2014, do índice previsto no respectivo Contrato de Concessão às tarifas de pedágio.

No caso do RodoAnel Oeste, o índice não contratual foi superior ao contratual. Todavia, pela irregularidade, a Companhia requereu o índice correto. Em 02 de julho de 2014, foi proferida decisão indeferindo o pedido de antecipação dos efeitos da tutela pleiteado pela concessionária. Em 11 de agosto de 2014, foi proferida decisão reconsiderando a anterior e deferindo a antecipação de tutela. Em 13 de agosto de 2014 foi juntado ofício comunicando a suspensão da antecipação da tutela pelo Presidente do Tribunal de Justiça. Referida suspensão foi mantida pela maioria do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em julgamento ocorrido em 03 de setembro de 2014. Em primeira instância, o processo encontra-se em fase de instrução.

## **d) ViaQuatro**

### **i. Processo nº. 05306107038-4 – 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo**

Trata-se de ação popular, distribuída em 17 de março de 2006 e proposta por vários autores (pessoas físicas) em face da Fazenda Estadual de São Paulo, da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô e outros, visando à anulação de atos e procedimentos da Concorrência Internacional nº 42325212, relativa à Concessão Patrocinada para Exploração da Operação dos Serviços de Transportes de passageiros da Linha 4 – Amarela do Metrô de São Paulo. Em 12 de março de 2013 o Tribunal de Justiça de São Paulo manteve o deferimento do pedido do Ministério Público de inclusão das pessoas físicas signatárias do Contrato de Concessão no polo passivo da ação. Contra essa decisão foram interpostos recursos aos Tribunais Superiores, que aguardam juízo de admissibilidade.

## **ii. Processo nº. 0532006117119-0 – 9ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo**

Trata-se de ação popular, distribuída em 30 de junho de 2006 e proposta por vários autores (pessoas físicas) em face da Fazenda Estadual de São Paulo, da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô e outros, visando à anulação de todos os atos e procedimentos relacionados com a Concorrência Internacional nº 42325212, relativa à Concessão Patrocinada para Exploração da Operação dos Serviços de Transportes de passageiros da Linha 4 – Amarela do Metrô de São Paulo.

Em 29 de outubro de 2009 foi proferida decisão determinando a conexão com a ação popular nº 05306107038-4, em curso na 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Em razão da referida conexão, o andamento desta ação segue o da referida ação popular (item “i” acima).

### **e) Controlar**

- i.** Ação Civil Pública nº 1429/1997 ajuizada em 04 de dezembro de 1997 pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Controlar S/A, a SPTrans e outros, perante a 6ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, visando à declaração de nulidade do termo de convênio de cooperação firmado pelas empresas réas para a utilização do Centro Integrado de Táxis, por 90 (noventa) dias, para experimentação do programa de inspeção veicular na frota de uso intenso. A ação foi julgada parcialmente procedente, em 29 de fevereiro de 2000, para o fim de: (i) reconhecer a nulidade do termo de convênio de cooperação; (ii) condenar o Município de São Paulo a abster-se de conceder, a qualquer título, bem integrante do patrimônio público para a Controlar instalar os seus centros de inspeção; e (iii) condenar os então administradores da SPTrans e da Controlar ao pagamento de multa civil, ao ressarcimento integral dos danos causados, à suspensão dos seus direitos políticos por três anos e à proibição de contratar com o Poder Público pelo mesmo período. O Tribunal de Justiça negou provimento ao recurso de apelação da Controlar em 08 de abril de 2003. Aguarda-se o juízo de admissibilidade dos recursos interpostos pela Controlar aos Tribunais Superiores (STJ e STF).
- ii.** Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa nº 0044586-80.2011.8.26.0053, ajuizada pelo Ministério Público de São Paulo em 25 de novembro de 2011, perante a 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, contra a Controlar e outros, com pedido de liminar para a suspensão da execução do contrato de concessão da Controlar S/A, sequestro de bens dos Requeridos como garantia de futura reparação dos danos supostamente causados e afastamento do cargo do Sr. Prefeito. O Juiz de 1º. Grau concedeu em parte a liminar requerida, determinando (i) a realização de nova licitação, em 90 dias, dos serviços objeto do contrato da Controlar, e (ii) a indisponibilidade de veículos e imóveis de todos os Requeridos.

A referida liminar foi parcialmente suspensa pelo Superior Tribunal de Justiça, em 11 de janeiro de 2012, em decisão confirmada pela Corte Especial do mesmo Tribunal, em 18 de abril de 2012. O Juízo de 1º. Grau, em razão da decisão do STJ, retirou a indisponibilidade de bens de todos os Requeridos.

Em 26 de junho de 2012, foram julgados pelo Tribunal de Justiça de São Paulo recursos anteriores, da CCR, Controlar e outros, interpostos contra a mesma liminar, que foram acatados para cassar a parte restante da liminar, relativa à realização de nova licitação.

Em 27 de junho de 2012, o Juízo de 1º Grau proferiu decisão reafirmando o desbloqueio dos bens de todos os Requeridos.



O novo Juiz designado para processar e julgar o feito, em 29 de julho de 2014 proferiu decisão revigorando a determinação de bloqueio dos bens dos requeridos. Em 15 de agosto de 2014, o Tribunal de Justiça de São Paulo suspendeu referida decisão, mantendo o desbloqueio dos bens dos requeridos.

Em primeira instância, aguarda-se a intimação de todos os Requeridos, após o que serão apresentadas defesas prévias.

- iii. Ação Ordinária nº 0001123-54.2012.8.26.0053, ajuizada em 12 de janeiro de 2012, pela Controlar contra a Municipalidade de São Paulo, em trâmite perante a 10ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo, visando à declaração de nulidade de decisão administrativa que determinou a redução unilateral de aproximadamente 30% da tarifa dos serviços de inspeção veicular, requerendo liminar para suspender os efeitos da referida decisão, a qual foi indeferida pelo Juiz de primeiro grau e pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Em 28 de março de 2014, a Controlar protocolou petição requerendo a extinção do feito, por superveniente perda de interesse processual, em face do encerramento da prestação do serviço de inspeção veicular em 31 de janeiro de 2014. Sentença proferida em 24 de setembro de 2014, extinguindo o feito sem julgamento do mérito. A Controlar passou a buscar judicialmente apenas a indenização pelos danos causados com a extinção prematura do Contrato, nos autos da ação pelo Procedimento Ordinário nº 1011663-13.2013.8.26.0053.
- iv. Ação Cautelar nº 1006718-80.2013.8.26.0053, ajuizada em 11 de outubro de 2013, tramitando perante a 11ª Vara da Fazenda Pública da Capital-SP. A medida foi proposta pela Controlar S/A contra a Municipalidade de São Paulo, em vista da decretação de encerramento do Contrato de Concessão, por parte da Administração. A ordem cautelar foi concedida liminarmente, autorizando-se a continuidade da prestação dos serviços até o final do exercício de 2013 (31 de janeiro de 2014). A Municipalidade interpôs recurso de Agravo de Instrumento, mas não obteve êxito no respectivo efeito suspensivo pleiteado (liminar). Posteriormente, a Controlar pleiteou a extensão da medida cautelar para que permanecesse prestando o serviço até que a Municipalidade concluisse a licitação do novo modelo de inspeção veicular e as novas empresas contratadas estivessem aptas a operar o referido serviço, o que foi indeferido pelo Juiz da causa. Por determinação do Juízo, a ação será julgada em conjunto com o processo principal, nº 1011663-13.2013.8.26.0053 (abaixo).
- v. Ação Ordinária nº 1011663-13.2013.8.26.0053, ajuizada em 14 de novembro de 2013, tramitando perante a 11ª Vara da Fazenda Pública da Capital-SP. A ação foi proposta pela Controlar S/A contra a Municipalidade de São Paulo visando seja reconhecida a extinção do Contrato nº 34/SVMA/95, por culpa exclusiva da Ré, condenando-se a Municipalidade a indenizar pelos prejuízos causados com o rompimento antecipado, incluindo ressarcimento pelos bens não-amortizados (reversíveis ou não), custos de desmobilização, multas rescisórias (contratos civis e trabalhistas), e lucros cessantes pela execução dos serviços até 2018, considerando o valor integral da tarifa. O processo encontra-se em fase de instrução.

#### **f) AutoBAN**

##### **i. Processo nº 053.02.022800-0**

Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa nº 053.02.022800-0, ajuizada em 28 de fevereiro de 2002, pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a AutoBAN e outros, visando à declaração de nulidade da Concorrência 007/CIC/97 e do correspondente Contrato de Concessão. Os Requeridos apresentaram defesa prévia nos termos da Lei 8.429/92. Em abril de 2011, o Juiz proferiu despacho rejeitando a defesa prévia da AutoBAN, na qual se defendia, entre outros argumentos, que a AutoBAN foi



incluída posteriormente no polo passivo da ação, após ocorrida a prescrição do direito de ação conforme inciso I do artigo 23 da Lei de Improbidade (até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança). Contra essa decisão, a AutoBAN apresentou recursos aos Tribunais Superiores, que aguardam juízo de admissibilidade. Em primeira instância, a AutoBAN apresentou contestação em 10 de julho de 2014. O processo encontra-se em fase de instrução.

## **ii. Procedimento Administrativo – Termo Aditivo Modificativo nº 16/06**

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela CCR AutoBAN, solicitação da ARTESP para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo referente ao Termo Aditivo Modificativo nº 16/06 de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a CCR AutoBAN foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até que, em 16 de dezembro de 2013, a AutoBAN apresentou o seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 17 de julho de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações sobre referida controvérsia que estão sob sigilo de justiça.

## **iii. Reajuste 2014**

A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido à compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável).

Em 1º de julho de 2014 a concessionária propôs ação ordinária de desconstituição de ato administrativo, com pedido de condenação em obrigação de fazer e antecipação de tutela, visando, em sede liminar, aplicação, a partir de 1º de julho de 2014, do índice previsto no respectivo Contrato de Concessão às tarifas de pedágio. Em 2 de julho de 2014, foi proferida decisão indeferindo o pedido de antecipação dos efeitos da tutela pleiteado pela AutoBAN. Contra essa decisão a AutoBAN interpôs recurso de Agravo de Instrumento em 10 de julho de 2014. Em 16 de julho de 2014, foi concedida a antecipação dos efeitos da tutela requerida nos autos do Agravo de Instrumento. A ARTESP e o Estado requereram a reconsideração da decisão, que foi negada em 23 de julho de 2014. O julgamento do Agravo de Instrumento foi iniciado em 07 de outubro de 2014 com o voto do relator pelo provimento do recurso. Os demais Desembargadores pediram vista do recurso suspendendo o julgamento. O julgamento foi retomado em 28 de outubro de 2014, tendo sido negado provimento ao recurso por maioria de votos, aguarda-se a publicação dessa decisão.

## **g) SPVias**

### **i. Procedimento Administrativo – Termo Aditivo Modificativo nº 14/06**

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela SPVias solicitação da ARTESP para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo, referente ao Termo Aditivo Modificativo nº 14/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a SPVias foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até que, em 02 de dezembro de 2013, a SPVias apresentou o seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 13 de janeiro de 2014, a SPVias apresentou suas alegações finais. Em 25 de março de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações sobre referida controvérsia que estão sob sigilo de justiça.

## **ii. Reajuste 2014**

A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido à compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável).

Em 1º de julho de 2014, a concessionária propôs ação ordinária de desconstituição de ato administrativo, com pedido de condenação em obrigação de fazer e antecipação de tutela, visando, em sede liminar, aplicação, a partir de 1º de julho de 2014, do índice previsto no respectivo Contrato de Concessão às tarifas de pedágio. Em 02 de julho de 2014, foi proferida decisão indeferindo o pedido de antecipação dos efeitos da tutela pleiteado pela concessionária. Contra essa decisão, a concessionária interpôs recurso de agravo de instrumento em 10 de julho de 2014. Em 14 de julho de 2014, foi proferida decisão indeferindo a liminar requerida em sede de Agravo de Instrumento. Em 11 de agosto de 2014, foi proferida decisão reconsiderando a anterior e deferindo a antecipação de tutela. Em 13 de agosto de 2014, o Presidente do Tribunal de Justiça determinou a suspensão da antecipação da tutela. Essa determinação do Presidente do Tribunal de Justiça restou prejudicada tendo em vista que a 8ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça também determinou a suspensão da antecipação de tutela, em 02 de setembro de 2014, nos autos do Agravo de Instrumento específico, interposto pelo Estado de São Paulo. Em primeira instância, o processo encontra-se em fase de instrução.

## **h) Renovias**

### **i. Procedimento Administrativo – Termo Aditivo Modificativo nº 13/06**

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela Renovias solicitação da ARTESP para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo, referente ao Termo Aditivo Modificativo nº 13/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012 a Renovias foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso, por decisão da ARTESP, até que, com a retomada da fluência do prazo, a Renovias, em 13 de maio de 2013, apresentou seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 09 de janeiro de 2014, a Renovias apresentou suas alegações finais. Em 19 de fevereiro de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações sobre referida controvérsia que estão sob segredo de justiça.

## **i) Barcas**

- i.** Ação Civil Pública nº 2004.001.000961-5 proposta pelo Ministério Público em 19 de janeiro de 2014, em face do Estado do Rio de Janeiro e da Barcas S/A, em trâmite na 4ª Vara da Fazenda Pública do Rio de Janeiro requerendo, a rescisão do contrato de concessão firmado entre o Estado do Rio de Janeiro e a concessionária e a realização de novo procedimento licitatório. O pedido de liminar foi indeferido. O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro manteve o indeferimento da liminar. O processo está em fase de perícia.
- ii.** Ação Civil Pública movida pela Associação Brasileira de Consumidor e Trabalhador (Abrecont) nº 0082365-89.2012.8.19.0001, ajuizada em 15 de março de 2012, que requer a suspensão da cobrança do acréscimo de tarifa no trecho Praça XV - Arariboia - Praça XV, decorrente do reequilíbrio do contrato de concessão, conforme Decreto 43.441 de 30 de abril de 2012, retornando ao valor anterior ou, alternativamente, que a tarifa seja reajustada em 6%, índice aplicado ao salário mínimo vigente no país. O pedido de liminar foi indeferido. A Autora interpôs agravo de instrumento que teve

provimento negado. O processo encontra-se em fase de alegações finais.

- iii. Ação Popular nº 0056005-06.2001.8.19.0001, ajuizada em 27 de abril de 2001, em face do Estado do Rio de Janeiro, Barcas S/A e outros, visando à declaração de inconstitucionalidade do Decreto 28.177/2001 e a declaração de caducidade do contrato de concessão. Em primeira instância foi julgada procedente para declarar a caducidade da concessão das linhas Praça XV – Charitas, Praça XV - São Gonçalo, Praça XV - Guia de Pacobayba, Praça XV - Barra da Tijuca e Rio de Janeiro - São Gonçalo (seletiva especial), e reconhecer o direito do Poder Concedente reaver e licitá-las livremente. Interposto recurso de apelação, este foi provido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, revertendo totalmente a decisão de primeiro grau. O Autor interpôs Recurso Especial ao STJ em 11 de julho de 2012, que não foi admitido. Em 18 de dezembro de 2012, os autores da ação interpuseram recurso de Agravo de Instrumento, que aguarda julgamento pelo STJ.
- iv. Ação Civil Pública nº 0030179-65.2007.8.19.0001, ajuizada em 15 de março de 2007, pela Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro em face de Barcas S/A e da Agetransp, na qual questiona a legalidade do reajuste da tarifa ocorrido em 2007, requerendo concessão de liminar para suspender o aludido reajuste. O pedido de liminar foi indeferido. Em 03 de novembro de 2012, a ação foi julgada improcedente. Sentença transitada em julgado.
- v. Ação Popular nº 0120322-27.2012.8.19.0001, ajuizada em 28 de março de 2012, em face do Estado do Rio de Janeiro, CCR, CPC, Barcas e outros, requerendo: a) a declaração de nulidade do reajuste da tarifa ocorrido em 2012; b) a declaração de nulidade da redução da base de cálculo do ICMS, c) declaração de caducidade do contrato de concessão pela transferência do controle acionário da concessionária e abertura de nova licitação; d) o deferimento de antecipação de tutela para que a tarifa cobrada seja aquela anterior ao reajuste. O pedido de liminar foi indeferido. Em 10 de dezembro de 2012, as rés Barcas, CCR e CPC apresentaram suas contestações. O processo encontra-se em fase de instrução.

Os acionistas controladores e a administração das investidas reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão e mantêm a expectativa de um desfecho favorável para todos os casos.

As demonstrações financeiras das investidas e da controladora não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles.

#### 14. Ativo Imobilizado - Consolidado

| 2014                       |                                   |                  |                  | 2013           |                |                  |                |
|----------------------------|-----------------------------------|------------------|------------------|----------------|----------------|------------------|----------------|
|                            | Taxa média anual de depreciação % | Custo            | Depreciação      | Líquido        | Custo          | Depreciação      | Líquido        |
| Móveis e utensílios        | 12                                | 34.460           | (14.785)         | 19.675         | 30.562         | (13.766)         | 16.796         |
| Máquinas e equipamentos    | 17                                | 201.315          | (93.702)         | 107.613        | 176.498        | (88.193)         | 88.305         |
| Veículos                   | 21                                | 114.405          | (53.673)         | 60.732         | 91.070         | (54.465)         | 36.605         |
| Instalações e edificações  | 18                                | 36.254           | (8.754)          | 27.500         | 30.540         | (6.709)          | 23.831         |
| Equipamentos operacionais  | 16                                | 466.074          | (248.105)        | 217.969        | 467.037        | (239.393)        | 227.644        |
| Embarcações                | 2                                 | 28.750           | (1.620)          | 27.130         | 28.746         | (662)            | 28.084         |
| Fibra óptica               | 5                                 | 7.285            | (1.406)          | 5.879          | -              | -                | -              |
| Imobilizações em andamento | -                                 | 182.682          | -                | 182.682        | 129.685        | -                | 129.685        |
|                            |                                   | <u>1.071.225</u> | <u>(422.045)</u> | <u>649.180</u> | <u>954.138</u> | <u>(403.188)</u> | <u>550.950</u> |

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, a equipamentos e sistemas em fase de instalação.

## Movimentação do custo

|                            | 2013          |         | 2014     |                    |                  |             |
|----------------------------|---------------|---------|----------|--------------------|------------------|-------------|
|                            | Saldo inicial | Adições | Baixas   | Transferências (a) | Variação cambial | Saldo final |
| Móveis e utensílios        | 30.562        | 541     | (2.775)  | 6.132              | -                | 34.460      |
| Máquinas e equipamentos    | 176.498       | 389     | (17.484) | 41.912             | -                | 201.315     |
| Veículos                   | 91.070        | 278     | (15.070) | 38.127             | -                | 114.405     |
| Instalações e edificações  | 30.540        | 126     | (315)    | 5.903              | -                | 36.254      |
| Equipamentos operacionais  | 467.037       | 452     | (52.532) | 51.117             | -                | 466.074     |
| Embarcações                | 28.746        | -       | -        | -                  | 4                | 28.750      |
| Fibra óptica               | -             | -       | -        | 7.285              | -                | 7.285       |
| Imobilizações em andamento | 129.685       | 227.105 | (527)    | (173.581)          | -                | 182.682     |
|                            | 954.138       | 228.891 | (88.703) | (23.105)           | 4                | 1.071.225   |

  

|                            | 2012          |         | 2013     |                    |                  |             |
|----------------------------|---------------|---------|----------|--------------------|------------------|-------------|
|                            | Saldo inicial | Adições | Baixas   | Transferências (a) | Variação cambial | Saldo final |
| Móveis e utensílios        | 28.666        | 373     | (1.680)  | 3.203              | -                | 30.562      |
| Máquinas e equipamentos    | 157.538       | 271     | (4.690)  | 23.379             | -                | 176.498     |
| Veículos                   | 83.391        | -       | (7.034)  | 14.713             | -                | 91.070      |
| Instalações e edificações  | 24.231        | -       | (8.045)  | 14.354             | -                | 30.540      |
| Equipamentos operacionais  | 370.497       | 351     | (14.555) | 110.744            | -                | 467.037     |
| Embarcações                | -             | 15.638  | -        | 17.608             | (4.500)          | 28.746      |
| Imobilizações em andamento | 161.105       | 182.547 | (4.640)  | (207.914)          | (1.413)          | 129.685     |
|                            | 825.428       | 199.180 | (40.644) | (23.913)           | (5.913)          | 954.138     |

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 9.509 em 2014 (R\$ 6.053 em 2013). A taxa média de capitalização em 2014 foi de 8,58% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 9,12% a.a. em 2013.

## Movimentação da depreciação

|                           | 2013          |          | 2014   |                    |            |                  |             |
|---------------------------|---------------|----------|--------|--------------------|------------|------------------|-------------|
|                           | Saldo inicial | Adições  | Baixas | Transferências (a) | Outros (b) | Variação cambial | Saldo final |
| Móveis e utensílios       | (13.766)      | (3.173)  | 2.140  | 14                 | -          | -                | (14.785)    |
| Máquinas e equipamentos   | (88.193)      | (21.985) | 16.491 | (15)               | -          | -                | (93.702)    |
| Veículos                  | (54.465)      | (11.128) | 12.332 | -                  | (412)      | -                | (53.673)    |
| Instalações e edificações | (6.709)       | (1.743)  | 225    | (527)              | -          | -                | (8.754)     |
| Sistemas operacionais     | (239.393)     | (59.914) | 50.028 | 1.174              | -          | -                | (248.105)   |
| Fibra óptica              | -             | (29)     | -      | (1.377)            | -          | -                | (1.406)     |
| Embarcações               | (662)         | (927)    | -      | -                  | -          | (31)             | (1.620)     |
|                           | (403.188)     | (98.899) | 81.216 | (731)              | (412)      | (31)             | (422.045)   |

  

|                           | 2012          |          | 2013   |                    |                  |             |  |
|---------------------------|---------------|----------|--------|--------------------|------------------|-------------|--|
|                           | Saldo inicial | Adições  | Baixas | Transferências (a) | Variação cambial | Saldo final |  |
| Móveis e utensílios       | (12.364)      | (2.627)  | 1.363  | (138)              | -                | (13.766)    |  |
| Máquinas e equipamentos   | (74.434)      | (18.221) | 4.298  | 164                | -                | (88.193)    |  |
| Veículos                  | (51.721)      | (8.535)  | 5.743  | 48                 | -                | (54.465)    |  |
| Instalações e edificações | (5.900)       | (839)    | 30     | -                  | -                | (6.709)     |  |
| Equipamentos operacionais | (206.965)     | (45.628) | 13.423 | (223)              | -                | (239.393)   |  |
| Embarcações               | -             | (609)    | -      | -                  | (53)             | (662)       |  |
|                           | (351.384)     | (76.459) | 24.857 | (149)              | (53)             | (403.188)   |  |

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.
- (b) Refere-se à depreciação de bens do ativo imobilizado ativadas como intangível devido à utilização dos mesmos em obras de construção e melhorias.

## 15. Ativos Intangíveis - Consolidado

|  | Taxa média anual de amortização % | 2014              |                    |                  | 2013              |                    |                  |
|--|-----------------------------------|-------------------|--------------------|------------------|-------------------|--------------------|------------------|
|  |                                   | Custo             | Amortização        | Líquido          | Custo             | Amortização        | Líquido          |
| Direitos de exploração da infraestrutura concedida           | (a)                               | 10.346.616        | (3.013.107)        | 7.333.509        | 8.695.820         | (2.500.666)        | 6.195.154        |
| Direitos de uso de sistemas informatizados                   | 22                                | 95.032            | (54.456)           | 40.576           | 75.172            | (41.636)           | 33.536           |
| Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados         | 21                                | 32.392            | (20.085)           | 12.307           | 28.479            | (15.580)           | 12.899           |
| Cessão de fibra óptica                                       | 14                                | 39.150            | (12.557)           | 26.593           | 21.672            | (5.511)            | 16.161           |
| Direito de concessão (outorga fixa - BH Airport)             | (a)                               | 1.069.119         | (5.233)            | 1.063.886        | -                 | -                  | -                |
| Direito da concessão gerado na aquisição de negócios e ágios | (a)                               | 1.530.552         | (301.940)          | 1.228.612        | 1.531.415         | (232.463)          | 1.298.952        |
| Transmissão de dados de radiofrequência                      | 31                                | 2.505             | (882)              | 1.623            | 1.088             | (155)              | 933              |
|  |                                   | <u>13.115.366</u> | <u>(3.408.260)</u> | <u>9.707.106</u> | <u>10.353.646</u> | <u>(2.796.011)</u> | <u>7.557.635</u> |

(a) Amortização pela curva do benefício econômico.

### Movimentação do custo

|  | 2013              |                                       | 2014           |                    |                    |                  |                   |                   |
|--|-------------------|---------------------------------------|----------------|--------------------|--------------------|------------------|-------------------|-------------------|
|  | Saldo inicial     | Adições                               | Baixas         | Transferências (b) | Outros (d)         | Variação cambial | Saldo final       |                   |
| Direitos de exploração da infraestrutura concedida           | 8.695.820         | 1.623.409                             | (7.749)        | 9.151              | 412                | 25.573           | 10.346.616        |                   |
| Direitos de uso de sistemas informatizados                   | 75.172            | 9.643                                 | -              | 10.217             | -                  | -                | 95.032            |                   |
| Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados         | 28.479            | 1                                     | -              | 3.912              | -                  | -                | 32.392            |                   |
| Cessão de fibra óptica                                       | 21.672            | 17.481                                | -              | (3)                | -                  | -                | 39.150            |                   |
| Direito de concessão (outorga fixa - BH Airport)             | -                 | 1.069.119                             | -              | -                  | -                  | -                | 1.069.119         |                   |
| Transmissão de dados de radiofrequência                      | 1.088             | 1.589                                 | -              | (172)              | -                  | -                | 2.505             |                   |
| Direito da concessão gerado na aquisição de negócios e ágios | 1.531.415         | -                                     | -              | -                  | -                  | (863)            | 1.530.552         |                   |
|  | <u>10.353.646</u> | <u>2.721.242</u>                      | <u>(7.749)</u> | <u>23.105</u>      | <u>412</u>         | <u>24.710</u>    | <u>13.115.366</u> |                   |
|  | 2012              | 2013                                  |                |                    |                    |                  |                   |                   |
|  | Saldo inicial     | Aquisição de participação Curaçao (c) | Adições        | Baixas             | Transferências (b) | Outros (e)       | Variação cambial  | Saldo final       |
| Direitos de exploração da infraestrutura concedida           | 7.668.795         | 162.200                               | 853.103        | (2.370)            | 6.187              | (6.289)          | 14.194            | 8.695.820         |
| Direitos de uso de sistemas informatizados                   | 61.881            | -                                     | 38             | (86)               | 13.339             | -                | -                 | 75.172            |
| Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados         | 24.092            | -                                     | -              | -                  | 4.387              | -                | -                 | 28.479            |
| Cessão de fibra óptica                                       | 12.055            | -                                     | 9.639          | -                  | (22)               | -                | -                 | 21.672            |
| Transmissão de dados de radiofrequência                      | -                 | -                                     | 1.066          | -                  | 22                 | -                | -                 | 1.088             |
| Direito da concessão gerado na aquisição de negócios e ágios | 1.449.583         | 69.859                                | 8.606          | -                  | -                  | -                | 3.367             | 1.531.415         |
|  | <u>9.216.406</u>  | <u>232.059</u>                        | <u>872.452</u> | <u>(2.456)</u>     | <u>23.913</u>      | <u>(6.289)</u>   | <u>17.561</u>     | <u>10.353.646</u> |

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 86.197 em 2014 (R\$ 38.683 em 2013). A taxa média de capitalização em 2014 foi de 8,58% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 6,46% a.a. em 2013.

### Movimentação da amortização

|  | 2013          |           | 2014   |                    |                  |             |
|--|---------------|-----------|--------|--------------------|------------------|-------------|
|  | Saldo inicial | Adições   | Baixas | Transferências (b) | Variação cambial | Saldo final |
| Direitos de exploração da infraestrutura concedida           | (2.500.666)   | (495.580) | 3.647  | 590                | (21.098)         | (3.013.107) |
| Direitos de uso de sistemas informatizados                   | (41.636)      | (12.804)  | -      | (16)               | -                | (54.456)    |
| Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados         | (15.580)      | (4.506)   | -      | 1                  | -                | (20.085)    |
| Cessão de fibra óptica                                       | (5.511)       | (7.218)   | -      | 172                | -                | (12.557)    |
| Direito de concessão (outorga fixa - BH Airport)             | -             | (5.233)   | -      | -                  | -                | (5.233)     |
| Transmissão de dados de radiofrequência                      | (155)         | (711)     | -      | (16)               | -                | (882)       |
| Direito da concessão gerado na aquisição de negócios e ágios | (232.463)     | (69.543)  | -      | -                  | 66               | (301.940)   |
|  | (2.796.011)   | (595.595) | 3.647  | 731                | (21.032)         | (3.408.260) |

|  | 2012          |                                       | 2013      |        |                    |                  |             |
|--|---------------|---------------------------------------|-----------|--------|--------------------|------------------|-------------|
|  | Saldo inicial | Aquisição de participação Curaçao (c) | Adições   | Baixas | Transferências (b) | Variação cambial | Saldo final |
| Direitos de exploração da infraestrutura concedida           | (2.023.974)   | (64.120)                              | (407.551) | 701    | 152                | (5.874)          | (2.500.666) |
| Direitos de uso de sistemas informatizados                   | (32.273)      | -                                     | (9.424)   | 64     | (3)                | -                | (41.636)    |
| Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados         | (11.258)      | -                                     | (4.322)   | -      | -                  | -                | (15.580)    |
| Cessão de fibra óptica                                       | (1.219)       | -                                     | (4.292)   | -      | -                  | -                | (5.511)     |
| Transmissão de dados de radiofrequência                      | -             | -                                     | (155)     | -      | -                  | -                | (155)       |
| Direito da concessão gerado na aquisição de negócios e ágios | (162.465)     | (5.326)                               | (62.910)  | -      | -                  | (1.762)          | (232.463)   |
|  | (2.231.189)   | (69.446)                              | (488.654) | 765    | 149                | (7.636)          | (2.796.011) |

- (b) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível;
- (c) Dos montantes indicados na coluna “Aquisição de participação Curaçao”, R\$ 48.903 referem-se à transferência de custo e R\$ 5.326 à transferência de amortização. Os valores eram classificados como investimentos em função da investida ser uma controlada em conjunto até 12 de junho de 2013, quando foi adquirido controle e os valores foram reclassificados para o ativo intangível (vide notas explicativas 1 e 13 b.2);
- (d) Refere-se à ativação como intangível da depreciação de bens do ativo imobilizado utilizados em obras de construção e melhorias;
- (e) Refere-se à parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras que estão sendo realizadas pela ViaOeste, conforme Termo Aditivo Modificativo nº 20.

### Composição do direito de concessão gerado na aquisição de controle de negócios

|  | 2014             |                  |                  | 2013             |                  |                  |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
|  | Custo            | Amortização      | Líquido          | Custo            | Amortização      | Líquido          |
| Inovap 5 (a)                           | 3.087            | (899)            | 2.188            | 3.087            | (364)            | 2.723            |
| RodoNorte (b)                          | 14.988           | (6.861)          | 8.127            | 14.988           | (5.880)          | 9.108            |
| SPVias (b)                             | 1.177.136        | (175.710)        | 1.001.426        | 1.177.136        | (126.398)        | 1.050.738        |
| ViaOeste (b)                           | 251.709          | (102.910)        | 148.799          | 251.709          | (88.736)         | 162.973          |
| Barcas (a)                             | 11.382           | (2.600)          | 8.782            | 11.382           | (1.389)          | 9.993            |
| Aeroporto Internacional de Curaçao (a) | 72.250           | (12.960)         | 59.290           | 73.113           | (9.696)          | 63.417           |
|  | <u>1.530.552</u> | <u>(301.940)</u> | <u>1.228.612</u> | <u>1.531.415</u> | <u>(232.463)</u> | <u>1.298.952</u> |

- (a) Amortização linear;
- (b) Amortização pela curva de benefício econômico.

## 16. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros

|   |                                       |                                       | Taxa efetiva<br>do custo de<br>transação<br>(% a.a) | Custos de<br>transação<br>incorridos | Saldos dos<br>custos a<br>apropriar |                   |                |                |
|---|---------------------------------------|---------------------------------------|---|--------------------------------------|-------------------------------------|-------------------|----------------|----------------|
| Empresa   | Instituições financeiras              | Taxas contratuais                     |   |                                      | 2014                                | Vencimento final  | 2014           | 2013           |
| <b>Em moeda nacional</b>  |                                       |                                       |   |                                      |                                     |                   |                |                |
| 1. AutoBAn  | BNDES - FINEM III                     | TJLP + 2,12% a.a.                     | 0,0530% (a)   | 535                                  | 45                                  | Fevereiro de 2017 | 89.500         | 130.752 (c)    |
| 1. AutoBAn  | BNDES - FINEM IV                      | TJLP + 2,12% a.a.                     | N/I   | -                                    | -                                   | Fevereiro de 2017 | 8.444          | 12.338 (c)     |
| 2. SPVias   | BNDES - FINEM III                     | TJLP + 2,80% a.a.                     | N/I   | -                                    | -                                   | Janeiro de 2019   | 139.379        | 31.236 (d)     |
| 3. MSV ia   | BNDES - FINEM I                       | TJLP + 2,00% a.a.                     | 0,5494% (a)   | 2.210                                | 1.965                               | Abril de 2016     | 271.507        | - (e)          |
| 6. Diversos   | Diversos (Finame)                     | TJLP + 2% a.a.                        | N/I   | -                                    | -                                   | Julho de 2015     | -              | 559 (e)        |
| 6. Diversos   | Alfa S.A. (Finame)                    | 5,50% a 7,70% a.a.                    | N/I   | -                                    | -                                   | Julho de 2017     | 1.479          | 2.272 (e)      |
| Diversos  | Bradesco S.A. (Arrend. Mercantil)     | 1,14% a 2,77% a.m.                    | N/I   | -                                    | -                                   | Janeiro de 2015   | 2              | 840 (e)        |
| Diversos  | Itaú Leasing S.A. (Arrend. Mercantil) | 1,0916% a.m. a 1,2321% a.m.           | N/I   | -                                    | -                                   | Dezembro de 2014  | -              | 446 (e)        |
| <b>Subtotal em moeda nacional</b>                                 |                                       |                                       |   |                                      | <b>2.010</b>                        |                   | <b>510.311</b> | <b>178.443</b> |
| <b>Em moeda estrangeira</b>                                       |                                       |                                       |   |                                      |                                     |                   |                |                |
| 4a. CAP   | DVB Bank AG                           | US\$ + LIBOR + 2,75% a.a. a 3,5% a.a. | N/I   | -                                    | -                                   | Dezembro de 2018  | 41.016         | 44.804 (f)     |
| 4b. CAP   | Maduro and Curie's Bank               | US\$ + 5,5% a.a.                      | N/I   | -                                    | -                                   | Outubro de 2015   | 16.108         | - (g)          |
| 5. ViaLagos   | Merrill Lynch (b)                     | US\$ + LIBOR 3M + 1,4% a.a.           | N/I   | -                                    | -                                   | Agosto de 2015    | 152.522        | 132.907 (g)    |
| <b>Subtotal em moeda estrangeira</b>                              |                                       |                                       |   |                                      | <b>-</b>                            |                   | <b>209.646</b> | <b>177.711</b> |
| <b>Total geral</b>  |                                       |                                       |   |                                      | <b>2.010</b>                        |                   | <b>719.957</b> | <b>356.154</b> |
| <b>Consolidado</b>  |                                       |                                       |   |                                      |                                     |                   |                |                |
|   |                                       |                                       |   |                                      |                                     |                   | <b>2014</b>    | <b>2013</b>    |
| <b>Circulante</b>   |                                       |                                       |   |                                      |                                     |                   |                |                |
| Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros |                                       |                                       |   |                                      |                                     |                   | 262.677        | 64.011         |
| Custos de transação   |                                       |                                       |   |                                      |                                     |                   | (1.505)        | (50)           |
|   |                                       |                                       |   |                                      |                                     |                   | <b>261.172</b> | <b>63.961</b>  |
| <b>Não Circulante</b>   |                                       |                                       |   |                                      |                                     |                   |                |                |
| Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros |                                       |                                       |   |                                      |                                     |                   | 459.290        | 292.237        |
| Custos de transação   |                                       |                                       |   |                                      |                                     |                   | (505)          | (44)           |
|   |                                       |                                       |   |                                      |                                     |                   | <b>458.785</b> | <b>292.193</b> |

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas

somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.

- (b) Por entender ser informação mais relevante, dado que as operações estão integralmente protegidas por contratos de *swap*, a Companhia decidiu mensurar estas operações ao valor justo através do resultado (vide nota explicativa nº 25 para maiores detalhes).

**Garantias:**

- (c) Fiança bancária.
- (d) Fiança bancária com aval do acionista controlador.
- (e) Fiança/aval do acionista controlador.
- (f) Bens financiados.
- (g) Não existem garantias.

**Cronograma de desembolsos (não circulante)**

|       | <b>Consolidado</b> |
|-------|--------------------|
|       | <b>2014</b>        |
| 2016  | 360.269            |
| 2017  | 53.456             |
| 2018  | 43.227             |
| 2019  | 2.338              |
| Total | <u>459.290</u>     |

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

**1. AutoBAn**

Em 05 de fevereiro de 2009, foi contratado financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no valor total de R\$ 267.353, liberado em 6 parcelas, entre 2009 e 2011.

O principal está sendo amortizado em 72 parcelas mensais, de 15 de março de 2011 até 15 de fevereiro de 2017.

Os juros foram pagos trimestralmente nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, entre 15 de maio de 2009 e 15 de fevereiro de 2011. Desde 15 de março de 2011, os juros estão sendo pagos mensalmente, sendo que a última parcela será paga em 15 de fevereiro de 2017.

**2. SPVias**

Em 07 de julho de 2008, a SPVias contratou financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no valor total de R\$ 174.456 dividido em subcrédito A e B.

O subcrédito A, no montante nominal de R\$ 52.526, está sendo amortizado em 93 parcelas mensais, desde 15 de novembro de 2010 até 15 de julho de 2018, sendo que os juros são pagos mensalmente desde novembro de 2010, até o vencimento final do subcrédito.

O subcrédito B foi liberado, totalmente, nos dias 26 de junho, 26 de novembro de 2014 e 17 de dezembro de 2014, nos montantes de R\$ 60.000, R\$ 55.000 e R\$ 7.219, respectivamente. O principal e os juros estão sendo pagos a partir do mês subsequente às liberações e o vencimento final será em 15 de janeiro de 2019.

As garantias e taxas permanecem as mesmas das demais tranches em aberto.

### **3. MSVia**

Em 18 de setembro de 2014, foi assinado contrato de empréstimo ponte junto ao BNDES, no valor total de R\$ 646.636, com vencimento em 15 de abril de 2016 ou na data de recebimento da 1ª parcela do crédito de contrato de financiamento de longo prazo, o que ocorrer primeiro.

A dívida é remunerada pela TJLP + 2% ao ano.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:

- A alteração ou extinção do contrato de concessão, sem prévio conhecimento do BNDES, independentemente de culpa por parte da controlada;
- Redução do capital social da controlada, sem a prévia anuência do BNDES.

Adicionalmente, a CCR, garantidora da operação, obriga-se a manter durante a vigência do contrato de empréstimo ponte, índice Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 3,5, apurado anualmente, em 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas. Caso não atendido o índice acima, a CCR deve apresentar carta fiança do saldo do empréstimo ponte.

Em 24 de outubro de 2014, ocorreu a primeira liberação da tranche do empréstimo ponte, no valor de R\$ 270.000, nas condições apresentadas acima.

### **4. Curação**

- a. A investida tem contratado com o DVB Bank AG, financiamento de USD 37.000 mil para desenvolvimento, desenho e construção de novo terminal no Aeroporto Internacional de Curação. O principal e os juros estão sendo pagos semestralmente em junho e dezembro de cada ano, até o vencimento final da operação em dezembro de 2018. O pagamento do principal segue um intervalo definido no contrato que varia de 2,62% a 5,70% do valor nominal do financiamento.

Os financiamentos são garantidos pelos direitos presentes e futuros sobre ativos, contrato de seguros, contas a receber intragrupo, saldos de contas bancárias, licenças, entre outros.

Os financiamentos dessa investida foram captados em dólares norte-americanos, moeda funcional da investida.

- b. Em 17 de outubro de 2014, foi contratado empréstimo de capital de giro com o Maduro and Curiel's Bank, no montante de USD 6.000 mil, à taxa de 5,5% a.a., com vencimento em 17 de outubro de 2015.

### **5. ViaLagos**

- a. Em 15 de agosto de 2013, foi firmado contrato de financiamento em moeda estrangeira (dólar americano), através da resolução 4131 do BACEN, com o Bank of America Merrill Lynch no montante de USD 56.980 mil, equivalente a R\$ 130.000, com vencimento em 17 de agosto de 2015, sendo que há incidência da variação cambial e a taxa de juros é a Libor de 3 meses + 1,40% a.a.. O pagamento de juros é trimestral e o pagamento de principal no



final da operação. Na mesma data, foi firmado contrato de *swap*, trocando a remuneração da dívida por 109,95% do CDI.

## 6. Finares

Contratados ao longo dos anos de 2007 a 2011, com taxas remuneratórias de TJLP + 2% a.a., nas investidas AutoBAn, RodoNorte, RodoAnel Oeste, ViaOeste e NovaDutra no valor nominal total de R\$ 3.224, destinaram-se substancialmente à compra de caminhões, guinchos, plataformas de autosocorro, cesta aérea, ambulância e equipamentos de demarcação viária.

## 17. Debêntures e notas promissórias

| Empresa                         | Série                        | Taxas contratuais  | Taxa efetiva do custo de transação (% a.a) | Custos de transação incorridos | Saldos dos custos a apropriar 2014 | Vencimento final  | 2014               | 2013             |
|---------------------------------|------------------------------|--------------------|--|--------------------------------|------------------------------------|-------------------|--------------------|------------------|
| 1a. CCR                         | 5a Emissão - Série 2         | IPCA + 7,5% a.a.   | 0,6210% (a)                                | 1.188                          | -                                  | Agosto de 2014    | -                  | 65.376 (f)       |
| 1b. CCR                         | 6a Emissão - Série 1         | 105% do CDI        | 0,1223% (a)                                | 1.110                          | 423                                | Abril de 2016     | 530.323            | 528.421 (e)      |
| 1c. CCR                         | 7a Emissão - Série 1         | 106,50% do CDI     | N/I  | -                              | -                                  | Outubro de 2015   | 102.452            | 102.054 (e)      |
| 1c. CCR                         | 7a Emissão - Série 2         | 107,05% do CDI     | N/I  | -                              | -                                  | Outubro de 2016   | 102.465            | 102.064 (e)      |
| <b>SubTotal Controladora</b>    |                              |                    |  |                                | <b>423</b>                         |                   | <b>735.240</b>     | <b>797.915</b>   |
| 2a. AutoBAn                     | 1a Emissão - Série 1         | IGPM + 10,65% a.a. | 0,1630% (a)                                | 877                            | -                                  | Abril de 2014     | -                  | 28.195 (g)       |
| 2b. AutoBAn                     | 4a Emissão - Série 1         | 109% do CDI        | 0,1217% (b)                                | 4.151                          | 2.221                              | Setembro de 2017  | 967.824            | 965.531 (e)      |
| 2b. AutoBAn                     | 4a Emissão - Série 2 (c)     | IPCA + 2,71% a.a.  | 0,0983% (b)                                | 1.100                          | 375                                | Outubro de 2017   | 142.670            | 131.059 (e)      |
| 2c. AutoBAn                     | 5a Emissão - Série única (d) | IPCA + 4,88% a.a.  | 0,4115% (a)                                | 9.147                          | 7.006                              | Outubro de 2018   | 465.385            | 434.862 (e)      |
| 2d. AutoBAn                     | 6a Emissão - Série única (c) | IPCA + 5,428% a.a. | 0,2831% (a)                                | 7.650                          | 7.397                              | Outubro de 2019   | 241.182            | - (e)            |
| 2d. AutoBAn                     | 6a Emissão - Série única     | IPCA + 5,428% a.a. | N/I  | -                              | -                                  | Outubro de 2019   | 300.999            | - (e)            |
| 3a. Barcas                      | Cetip (Notas promissórias)   | 110% do CDI        | 0,6674% (a)                                | 631                            | -                                  | Abril de 2014     | -                  | 193.686 (h)      |
| 3b. Barcas                      | Cetip (Notas promissórias)   | 107,50% do CDI     | 0,6537% (a)                                | 859                            | 585                                | Abril de 2015     | 270.545            | - (h)            |
| 4. Metrô Bahia                  | 1a Emissão - Série única     | 109,50 do CDI      | 0,2056% (b)                                | 3.748                          | 2.813                              | Março de 2017     | 666.611            | - (h)            |
| 5a. CPC                         | Cetip (Notas promissórias)   | 105% do CDI        | 0,3195% (a)                                | 319                            | -                                  | Março de 2014     | -                  | 205.119 (h)      |
| 5b. CPC                         | 2a Emissão - Série 1         | 106% do CDI        | 0,1749% (a)                                | 653                            | 100                                | Fevereiro de 2015 | 380.687            | - (h)            |
| 5b. CPC                         | 2a Emissão - Série 2         | 106% do CDI        | 0,1799% (a)                                | 418                            | 65                                 | Fevereiro de 2015 | 234.585            | - (h)            |
| 6a. NovaDutra                   | 2a Emissão - Série 1         | 110,50% do CDI     | 0,1648% (b)                                | 1.683                          | 82                                 | Setembro de 2015  | 87.545             | 174.214 (f)      |
| 6a. NovaDutra                   | 2a Emissão - Série 2         | 112,50% do CDI     | 0,1648% (b)                                | 1.122                          | 55                                 | Setembro de 2015  | 58.386             | 116.179 (e)      |
| 6b. NovaDutra                   | 3a Emissão - Série única     | 105,60% do CDI     | N/I  | -                              | -                                  | Dezembro de 2015  | 117.675            | 234.936 (e)      |
| 6c. NovaDutra                   | Cetip (Notas promissórias)   | 104,40% do CDI     | 0,0547% (a)                                | 71                             | -                                  | Abril de 2014     | -                  | 132.298 (e)      |
| 6d. NovaDutra                   | Cetip (Notas promissórias)   | 104,90% do CDI     | N/I  | -                              | -                                  | Abril de 2014     | -                  | 233.955 (e)      |
| 6e. NovaDutra                   | Cetip (Notas promissórias)   | 104,75% do CDI     | 0,0873% (a)                                | 357                            | 119                                | Abril de 2015     | 442.765            | - (e)            |
| 6f. NovaDutra                   | Cetip (Notas promissórias)   | 104,90% do CDI     | 0,0012% (a)                                | 1                              | 1                                  | Abril de 2015     | 183.715            | - (e)            |
| 7a. RodoAnel Oeste              | 2a Emissão - Série 1         | 109,20% do CDI     | 0,1120% (b)                                | 1.735                          | -                                  | Maio de 2014      | -                  | 507.339 (h)      |
| 7a. RodoAnel Oeste              | 2a Emissão - Série 2         | 111,00% do CDI     | 0,1157% (b)                                | 2.539                          | 265                                | Maio de 2015      | 559.957            | 557.575 (h)      |
| 7a. RodoAnel Oeste              | 2a Emissão - Série 3         | 112,00% do CDI     | 0,1146% (b)                                | 4.281                          | 1.215                              | Maio de 2016      | 762.850            | 759.590 (h)      |
| 7b. RodoAnel Oeste              | 3a Emissão - Série única     | 108,67% do CDI     | 0,0422% (b)                                | 688                            | 551                                | Abril de 2017     | 573.465            | - (h)            |
| 8a. RodoNorte                   | 2a Emissão - Série única     | 115,50% do CDI     | 0,2020% (a)                                | 243                            | -                                  | Maio de 2014      | -                  | 121.440 (e)      |
| 8b. RodoNorte                   | 3a Emissão - Série única     | 106,40% do CDI     | 0,1353% (b)                                | 1.647                          | 111                                | Novembro de 2015  | 121.809            | 115.445 (e)      |
| 8c. RodoNorte                   | 4a Emissão - Série 1         | IPCA + 5,691% a.a  | 0,1941% (a)                                | 1.254                          | 1.213                              | Outubro de 2019   | 131.919            | - (h)            |
| 9a. Samm                        | Cetip (Notas promissórias)   | 106% do CDI        | 0,2217% (a)                                | 89                             | -                                  | Abril de 2014     | -                  | 81.423 (h)       |
| 9b. Samm                        | Cetip (Notas promissórias)   | 105% do CDI        | 0,0057% (a)                                | 2                              | 1                                  | Abril de 2015     | 72.777             | - (h)            |
| 10a. SPVias                     | 2a Emissão - Série única     | 109,30% do CDI     | 0,0803% (b)                                | 1.284                          | 509                                | Julho de 2016     | 422.922            | 418.083 (h)      |
| 10b. SPVias                     | 3a Emissão - Série única     | 105% do CDI        | 0,0787% (b)                                | 1.884                          | 891                                | Maio de 2016      | 806.771            | 805.037 (h)      |
| 11. Vialagos                    | 1a Emissão - Série única     | 109,50 do CDI      | 0,1088% (b)                                | 146                            | 97                                 | Abril de 2016     | 68.685             | - (e)            |
| 12a. ViaOeste                   | 3a Emissão - Série única     | 110,50% do CDI     | 0,2201% (b)                                | 740                            | 7                                  | Fevereiro de 2015 | 22.232             | 66.451 (e)       |
| 12b. ViaOeste                   | 4a Emissão - Série única     | 108,30% do CDI     | 0,1723% (b)                                | 3.862                          | 980                                | Maio de 2017      | 444.755            | 621.216 (e)      |
| 12c. ViaOeste                   | 5a Emissão - Série 1         | 106,10% do CDI     | 0,1611% (b)                                | 835                            | 757                                | Setembro de 2017  | 297.357            | - (e)            |
| 12c. ViaOeste                   | 5a Emissão - Série 2 (c)     | IPCA + 5,67% a.a   | 0,336% (b)                                 | 1.334                          | 1.251                              | Setembro de 2019  | 149.491            | - (e)            |
| 12d. ViaOeste                   | Cetip (Notas promissórias)   | 104,45% do CDI     | 0,1629% (a)                                | 325                            | -                                  | Outubro de 2014   | -                  | 203.906 (e)      |
| <b>Total geral</b>              |                              |                    |  |                                | <b>29.090</b>                      |                   | <b>9.730.804</b>   | <b>7.905.454</b> |
|                                 |                              |                    |  |                                | <b>Controladora</b>                |                   | <b>Consolidado</b> |                  |
|                                 |                              |                    |  |                                | <b>2014</b>                        | <b>2013</b>       | <b>2014</b>        | <b>2013</b>      |
| <b>Circulante</b>               |                              |                    |  |                                |                                    |                   |                    |                  |
| Debêntures e notas promissórias |                              |                    |  |                                | 115.663                            | 78.721            | 3.185.551          | 2.274.030        |
| Custos de transação             |                              |                    |  |                                | (317)                              | (383)             | (10.450)           | (8.684)          |
|                                 |                              |                    |  |                                | <b>115.346</b>                     | <b>78.338</b>     | <b>3.175.101</b>   | <b>2.265.346</b> |
| <b>Não Circulante</b>           |                              |                    |  |                                |                                    |                   |                    |                  |
| Debêntures e notas promissórias |                              |                    |  |                                | 620.000                            | 720.000           | 6.574.343          | 5.654.343        |
| Custos de transação             |                              |                    |  |                                | (106)                              | (423)             | (18.640)           | (14.235)         |
|                                 |                              |                    |  |                                | <b>619.894</b>                     | <b>719.577</b>    | <b>6.555.703</b>   | <b>5.640.108</b> |

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

- (c) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 25.
- (d) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado (*fair value option*).

**Garantias:**

- (e) Não existem garantias.
- (f) Flutuante.
- (g) Penhor de 55% das ações e das contas bancárias e cessão da indenização e dos recebíveis.
- (h) Fidejussória do acionista controlador.

**Cronograma de desembolsos (não circulante)**

|       | 2014         |             |
|-------|--------------|-------------|
|       | Controladora | Consolidado |
| 2016  | 620.000      | 3.411.972   |
| 2017  | -            | 1.905.517   |
| 2018  | -            | 449.511     |
| 2019  | -            | 807.343     |
| Total | 620.000      | 6.574.343   |

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de debêntures e notas promissórias, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

**1. CCR**

- a.** Em 1º de agosto de 2009, a Companhia emitiu 598.156 debêntures simples da 5ª emissão, não-conversíveis em ações, da espécie com garantia flutuante, em duas séries, todas nominativas e escriturais, com valor nominal total de R\$ 598.156. No dia 1º de agosto de 2012, ocorreu o pagamento da última parcela da 1ª série, que possuía valor nominal total de R\$ 448.156.

A 2ª série, no valor nominal total de R\$ 150.000, é remunerada pela variação do IPCA + 7,50% a.a., sendo que os juros e o principal foram pagos anualmente, em 1º de agosto de cada ano e o vencimento final foi em 1º de agosto de 2014.

Um dos principais eventos de vencimento antecipado era a não manutenção, por dois trimestres consecutivos de índices financeiros apurados trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da CCR, feita a anualização, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores, sendo estes índices: Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e/ou EBITDA/Despesas financeiras que não deverá ser inferior a 2.

Esta emissão foi integralmente liquidada em agosto de 2014.

- b.** Em 25 de abril de 2013, a Companhia realizou a 6ª emissão pública de 52.000 debêntures, simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública, com valor nominal total de R\$ 520.000.

O principal será pago em parcela única na data de vencimento e os juros estão sendo pagos semestralmente, entre 25 de outubro de 2013 e 25 de abril de 2016.

Os juros remuneratórios correspondem à variação acumulada de 105% do CDI.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente e/ou amortizadas parcialmente, a qualquer momento, a critério da emissora, sem prêmio.

Esta emissão não conta com garantias.

O principal critério para o vencimento antecipado é a redução do capital social da emissora, que represente mais de 10% (dez por cento) do patrimônio líquido (conforme última demonstração financeira auditada da emissora), sem que haja prévia anuência da maioria dos debenturistas, manifestada em assembleia especialmente convocada para esse fim.

- c. Em 15 de outubro de 2013, foi realizada a 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.

O montante nominal total da emissão foi de R\$ 200.000, dividido em duas séries, sendo a primeira série no valor de R\$ 100.000, com remuneração de 106,50% do CDI e vencimento em 15 de outubro de 2015 e a segunda série foi no valor nominal de R\$ 100.000, com remuneração de 107,05% do CDI e vencimento em 15 de outubro de 2016. Ambas as séries apresentam pagamentos semestrais de juros a partir de 15 de abril de 2014, sendo o principal amortizado no vencimento.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente e/ou amortizadas parcialmente, a qualquer momento, a critério da emissora, sem prêmio.

O principal critério para o vencimento antecipado é a redução do capital social da emissora, que represente mais de 10% (dez por cento) do patrimônio líquido (conforme última demonstração financeira auditada da emissora) sem que haja prévia anuência da maioria dos debenturistas, manifestada em assembleia, especialmente convocada para esse fim.

## **2. AutoBAn**

- a. Em 31 de março de 2014, foi liquidada integralmente a 1ª série da 1ª emissão de debêntures, não restando mais debêntures vigentes desta emissão.
- b. Em 15 de outubro de 2012, foi realizada a 4ª emissão pública de debêntures, num total de 1.100.000 debêntures simples, em duas séries, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública, com valor nominal total de R\$ 1.100.000, na data de emissão.

Foram emitidas 965.000 debêntures da 1ª série, ao valor nominal total de R\$ 965.000 na data da emissão.

As debêntures da 1ª série são remuneradas a 109% do CDI.

O valor nominal das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: em 8 parcelas trimestrais, iguais e consecutivas, sendo a primeira amortização em 15 de dezembro de 2015 e a última, na data de vencimento, em 15 de setembro de 2017;

- Juros: trimestralmente, entre 15 de junho de 2013 e 15 de setembro de 2017.

As debêntures da 1ª série poderão ser facultativamente resgatadas, total ou parcialmente, a qualquer momento, a critério da emissora mediante pagamento de prêmio.

Foram emitidas 135.000 debêntures da 2ª série, com valor nominal total de R\$ 135.000 na data da emissão. As debêntures têm seu valor nominal atualizado pelo IPCA mais juros remuneratórios de 2,71% a.a. sobre o valor atualizado.

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: em uma única parcela, na data de vencimento, em 15 de outubro de 2017;
- Juros: semestralmente, entre 15 de abril de 2013 e 15 de outubro de 2017.

As debêntures da 2ª série não podem ser resgatadas antecipadamente.

O principal critério para vencimento antecipado das debêntures desta emissão é a distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA da emissora seja superior a 4.

Em 28 de maio de 2013, foi contratada operação de *swap*, onde houve a troca do indexador IPCA + 2,71% a.a., para todos os vencimentos de juros e principal referentes à 4ª emissão de debêntures da 2ª série, pelo percentual de 88,95% do CDI.

- c. Em 17 de outubro de 2013, foi realizada a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, nos termos da Instrução da CVM nº 400, no valor nominal total de R\$ 450.000, não podendo ser facultativamente resgatadas.

Os juros serão pagos semestralmente, a partir de 15 de abril de 2014, sendo o principal amortizado no vencimento da operação, em 15 de outubro de 2018.

As debêntures têm seu valor nominal atualizado pelo IPCA e juros remuneratórios de 4,88% a.a. sobre o valor atualizado.

O principal critério para vencimento antecipado das debêntures desta emissão é a distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela emissora, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da emissora seja superior a 4.

Em 17 de outubro de 2013, foi contratada operação de *swap*, onde houve a troca do indexador IPCA + 4,88% a.a., para todos os vencimentos de juros e principal, pelo percentual de 98% do CDI.

- d. Em 27 de outubro de 2014, foi realizada a 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, nos termos da Instrução da CVM nº 400, no valor nominal total de R\$ 545.000, não podendo ser facultativamente resgatadas.

Os juros serão pagos semestralmente, a partir de 15 de abril de 2015, sendo o principal amortizado no vencimento da operação, em 15 de outubro de 2019.

As debêntures têm seu valor nominal atualizado pelo IPCA e juros remuneratórios 5,428% a.a., incidentes sobre o valor nominal atualizado.

O principal critério para vencimento antecipado das debêntures desta emissão é a distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela emissora, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da emissora seja superior a 4, exceto se a AutoBAn optar por contratar e apresentar ao Agente Fiduciário carta(s) de fiança bancária no valor correspondente à dívida representada pelas debêntures em circulação, emitida por uma instituição financeira autorizada, conforme definição expressa na escritura de emissão desta debênture.

Em 27 de outubro de 2014, foi contratada operação de *swap* para R\$ 250.000, onde houve a troca do indexador IPCA + 5,428% a.a., para todos os vencimentos de juros e principal, pelo percentual de aproximadamente 98% do CDI.

### **3. Barcas**

- a. Em 11 de abril de 2014, ocorreu o pagamento da totalidade da 2ª emissão de notas comerciais;
- b. Em 08 de outubro de 2014, ocorreu a 4ª emissão de notas promissórias comerciais, no total de 20 notas, com valor nominal total de R\$ 264.000. O vencimento de juros e principal será em 06 de abril de 2015 e a remuneração é de 107,5% do CDI. A emissão conta com garantia fidejussória através de fiança dos acionistas, proporcionalmente às suas participações societárias.

### **4. Metrô Bahia**

Em 10 de março de 2014, foi realizada a 1ª emissão pública de debêntures, num total de 61.000 debêntures simples, em série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, com garantia adicional fidejussória através de fiança da CCR e com valor nominal total de R\$ 610.000 na data de emissão.

O principal e os juros de 109,50% do CDI serão pagos em 10 de março de 2017, sendo permitido o resgate antecipado nos termos da escritura.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:

- Pagamento de dividendos pela emissora e/ou de juros sobre capital próprio, caso a emissora esteja inadimplente nos pagamentos de principal e/ou juros nos termos da escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 (Lei da SA), e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios;
- Redução do capital social da emissora, que represente mais de 10% (dez por cento) do seu patrimônio líquido (conforme última demonstração financeira auditada da emissora) sem que haja prévia anuência de debenturistas representando ao menos maioria simples das debêntures em circulação, manifestada em assembleia especialmente convocada para esse fim.

Em 03 de abril de 2014, foi realizada a 1ª liberação no montante de R\$ 312.444, correspondente ao valor nominal de R\$ 310.000. Em 11 de setembro de 2014, foi realizada a 2ª liberação no

valor de R\$ 317.703, correspondente ao valor nominal original de R\$ 300.000 na data de emissão das mesmas.

## **5. CPC**

- a. Em 20 de setembro de 2013, a CPC realizou a 1ª emissão de notas promissórias, no valor total de R\$ 200.000, remuneradas a 105% do CDI. O principal e os juros foram pagos no vencimento da operação, em 19 de março de 2014. Esta emissão contou com o aval da CCR.
- b. Em 03 de fevereiro de 2014, foi realizada a 2ª emissão pública de debêntures, com esforços restritos, num total de 56.000 debêntures simples, em duas séries, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória e não conversíveis em ações, com valor nominal total de R\$ 560.000, sendo 34.500 debêntures da 1ª série e 21.500 da 2ª série, as quais têm remuneração de 106% do CDI.

O valor nominal das debêntures e os juros foram pagos integralmente em 03 de fevereiro de 2015, sendo permitido o resgate antecipado nos termos da escritura.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:

- Distribuir aos acionistas dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a investida tiver sido constituída em mora com relação às debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no estatuto social e os juros sobre capital próprio imputados a tais dividendos mínimos obrigatórios;
- Redução do capital social da emissora, que represente mais de 10% do seu patrimônio líquido sem que haja prévia anuência de debenturistas representando ao menos maioria simples das debêntures em circulação, manifestadas em assembleia especialmente convocada para este fim.

## **6. NovaDutra**

- a. Em 1º de outubro de 2010, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, no total de 500.000, divididas em duas séries, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos e valor nominal total de R\$ 500.000, podendo ser totalmente resgatadas a qualquer momento, a critério da emissora, com pagamento de prêmio definido na escritura.

As séries das debêntures emitidas possuem as seguintes características:

As debêntures da 1ª série, no total de 300.000, são da espécie com garantia flutuante e tem valor nominal total de R\$ 300.000. Os pagamentos dos juros são semestrais, entre 15 de setembro de 2011 e de 2015 e a amortização do principal será realizada em parcelas anuais, entre 15 de setembro de 2012 e de 2015. As debêntures têm remuneração de 110,50% do CDI.

As debêntures da 2ª série, no total de 200.000, são da espécie subordinada e tem valor nominal total de R\$ 200.000. Os pagamentos dos juros são semestrais, entre 15 de setembro de 2011 e de 2015 e a amortização do principal será realizada em parcelas anuais, entre 15 de setembro de 2012 e de 2015. As debêntures têm remuneração de 112,50% do CDI.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:

- Distribuição de dividendos em valor superior ao mínimo legal caso, o ICSD seja menor ou igual a 1,2 e/ou o resultado da divisão Dívida líquida/EBITDA, seja maior ou igual a 4;
  - Redução do capital social da emissora após a data de emissão das debêntures, para um valor inferior a R\$ 100.000, sem que haja anuência prévia de no mínimo 2/3 (dois terços) dos titulares das debêntures em circulação, manifestada em assembleia geral de debenturistas especialmente convocada para esse fim.
- b.** Em 05 de dezembro de 2012, foram emitidas 35.000 debêntures simples, da 3ª emissão, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária para distribuição pública com esforços restritos de colocação, com valor nominal total de R\$ 350.000, as quais são remuneradas por 105,60% do CDI.

A amortização do principal e os juros serão pagos em parcelas semestrais, entre 05 de junho de 2013 e 05 de dezembro de 2015.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissora.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:

- Distribuição de dividendos, pela NovaDutra, em valor superior ao mínimo legal, caso o ICSD seja inferior a 1,20 ou o resultado da divisão dívida líquida/EBITDA, seja superior a 4.
  - Redução do capital social da NovaDutra após a data de emissão para um valor inferior a R\$ 100.000, sem que haja anuência prévia de, no mínimo, 2/3 dos titulares das debêntures em circulação, manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.
- c.** Em 26 de abril de 2013, foi realizada a 3ª emissão de notas comerciais, sendo 130 notas comerciais, série única, sem garantia, para distribuição pública restrita, sob regime de garantia firme, com valor nominal total de R\$ 130.000 e juros remuneratórios de 104,40% CDI, pagos semestralmente entre outubro de 2013 e abril de 2014.

Em 22 de abril de 2014, ocorreu o pagamento da totalidade das notas comerciais desta referida 3ª emissão.

- d.** Em 25 de outubro de 2013, foi realizada a 4ª emissão de notas promissórias comerciais, com valor nominal total de R\$ 230.000 e com vencimento de juros e principal em 23 de abril de 2014. Os juros são de 104,90% do CDI.

Em 22 de abril de 2014, ocorreu o pagamento da totalidade destas notas comerciais.

- e.** Em 17 de abril de 2014, foi realizada a 5ª emissão de notas promissórias comerciais, no total de 82 notas, com valor nominal total de R\$ 410.000, vencimento de juros e principal em 12 de abril de 2015 e remuneração de 104,75% do CDI. A emissão não conta com garantias.
- f.** Em 27 de outubro de 2014, foi realizada a 6ª emissão de notas promissórias comerciais, no total de 36 notas, com valor nominal total de R\$ 180.000, vencimento de juros e principal em 25 de abril de 2015 e remuneração de 104,90% do CDI. A emissão não conta com garantias.

## **7. RodoAnel Oeste**

- a.** Em 05 de maio de 2011, foi realizada a 2ª emissão pública de debêntures, no total de 180.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em três séries.

As debêntures da 1ª série, com valor nominal total de R\$ 500.000, e remuneração de 109,20% do CDI, e as da 2ª série, com valor nominal total de R\$ 550.000, e remuneração de 111,00% do CDI foram totalmente subscritas e integralizadas em 10 de maio de 2011 pelo mesmo montante.

As debêntures da 3ª série, com remuneração de 112,00% do CDI, valor nominal total de R\$ 750.000 foram subscritas e integralizadas em 28 de julho de 2011.

As debêntures das três séries foram garantidas por fianças prestadas pelos acionistas na proporção de suas participações à época da emissão, sendo CCR (95%) e Encalço (5%).

Os juros estão sendo pagos semestralmente para todas as séries, sendo seus vencimentos de novembro de 2011 até maio de 2014, de 2015 e de 2016, respectivamente, para a 1ª, 2ª e 3ª séries.

O principal será liquidado em parcela única, em maio de 2014, maio de 2015 e maio de 2016, para a 1ª, 2ª e 3ª séries, respectivamente.

As debêntures podem ser resgatadas antecipadamente mediante o pagamento de prêmio.

Um dos principais eventos de vencimento antecipado é a não manutenção, por dois trimestres consecutivos de índices financeiros apurados trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da CCR, feita a atualização, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores. Os índices são: Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 4,0 e/ou EBITDA/Despesas financeiras que não deverá ser inferior a 2.

Em 02 de maio de 2014, foi liquidada a série 1 da 2ª emissão de debêntures.

- b.** Em 15 de abril de 2014, foi realizada a 3ª emissão pública de debêntures, com esforços restritos, num total de 56.000 debêntures simples não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, com valor nominal total de R\$ 560.000, as quais têm remuneração de 108,67% do CDI.

Os juros serão pagos semestralmente nos meses de abril e outubro e o valor nominal das debêntures será pago integralmente em 15 de abril de 2017, sendo permitido o resgate antecipado nos termos da escritura.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:

- Distribuir aos acionistas dividendos, inclusive a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a investida tiver sido constituída em mora com relação às debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no estatuto social e os juros sobre capital próprio imputados a tais dividendos mínimos obrigatórios;
- Redução do capital social da emissora, que represente mais de 10% do seu patrimônio líquido sem que haja prévia anuência dos debenturistas representando ao menos maioria simples das debêntures em circulação, manifestadas em assembleia especialmente convocada para este fim;



- O índice Dívida Líquida dividido pelo EBITDA, obtido nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CCR, seja superior a 4 por dois trimestres consecutivos.

## **8. RodoNorte**

- a. Em 15 de maio de 2014, foi liquidada a série única da 2ª emissão de debêntures.
- b. Em 11 de novembro de 2013, foi emitida a 3ª emissão de debêntures simples, em série única, com valor nominal total de R\$ 120.000, com remuneração correspondente à variação acumulada de 106,40% do CDI.

O pagamento de juros é semestral e o do principal será em 11 de novembro de 2015, no final da operação.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente e/ou amortizadas parcialmente, a qualquer momento, a critério da emissora, sem prêmio.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:

- Redução do capital social da emissora seja de forma individual ou por reduções agregadas, em um montante superior a R\$100.000 sem que haja anuência prévia de ao menos 2/3 (dois terços) dos titulares das debêntures, manifestada em assembleia especialmente convocada para este fim;
  - Distribuição de dividendos, pela emissora, em valor superior ao mínimo legal, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA seja superior a 4 vezes
- c. Em 09 de outubro de 2014, foi realizada a 4ª emissão de debêntures simples, da espécie quirografária, em série única e não conversíveis em ações, com valor nominal de R\$ 130.000, não podendo ser facultativamente resgatadas.

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos em parcelas semestrais, no dia 15 dos meses de abril e outubro de cada ano, com o primeiro pagamento em 15 de abril de 2015 e o último na data de vencimento, sendo o principal amortizado no vencimento da operação, em 15 de outubro de 2019. As debêntures têm seu valor nominal atualizado pelo IPCA e juros remuneratórios 5,691% a.a. sobre o valor atualizado.

O principal critério para o vencimento antecipado é distribuição de dividendos, pela Emissora, em valor superior ao mínimo legal caso a relação Dívida Líquida/EBITDA seja superior a 4 vezes.

## **9. Samm**

- a. Em 22 de outubro de 2013, foi realizada a 3ª emissão da nota promissória comercial com valor nominal total de R\$ 80.000, com vencimento de juros e principal em 20 de abril de 2014 e remuneração de 106% do CDI.

Em 20 de abril de 2014, foi liquidada a totalidade das notas comerciais.

- b. Em 13 de outubro de 2014, foi realizada a 5ª emissão de notas promissórias comerciais, no total de 71 notas, com valor nominal total de R\$ 71.000, vencimento de juros e principal em 11 de abril de 2015 e remuneração de 105% do CDI.

## 10. SPVias

- a. Em 05 de julho de 2012, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, no total de 40.000 debêntures, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, com valor nominal total de R\$ 400.000, na data de emissão. A emissão conta com a CCR como interveniente garantidora.

Os juros das debêntures são de 109,30% do CDI.

A amortização do principal será em 5 de julho de 2016 e os juros, em parcelas semestrais, entre 05 de janeiro de 2013 e 05 de julho de 2016.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, após o 24º mês contado a partir da data de emissão, a exclusivo critério da emissora, com pagamento de prêmio definido na escritura.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:

- Distribuir aos acionistas dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a investida tiver sido constituída em mora com relação às debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no Estatuto Social e os juros sobre capital próprio imputados a tais dividendos mínimos obrigatórios;
  - Distribuir aos acionistas do interveniente garantidor de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a interveniente garantidora tiver sido constituída em mora com relação às debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no estatuto social da interveniente garantidora e os juros sobre capital próprio imputados a tais dividendos mínimos obrigatórios.
- b. Em 29 de maio de 2013, foi realizada a 3ª emissão de debêntures, sendo 80.000 debêntures simples, de série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos, com valor nominal total de R\$ 800.000. A emissão conta com garantia fidejussória através de fiança bancária.

Os juros das debêntures são de 105% do CDI.

O valor nominal das debêntures será pago em uma única parcela, em 29 de maio de 2016 e os juros estão sendo pagos semestralmente, de 29 de novembro de 2013 a 29 de maio de 2016.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente e/ou amortizadas parcialmente, a qualquer momento, a critério da emissora, com prêmio do 25º mês ao 36º mês de 0,50% e a partir do 37º mês de 0,25%.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:

- Distribuir aos acionistas dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a investida tiver sido constituída em mora com relação às debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no Estatuto Social e os juros sobre capital próprio imputados a tais dividendos mínimos obrigatórios;

- Distribuir aos acionistas do interveniente garantidor de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a interveniente garantidora tiver sido constituída em mora com relação às debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no estatuto social da interveniente garantidora e os juros sobre capital próprio imputados a tais dividendos mínimos obrigatórios.

## **11. ViaLagos**

Em 10 de abril de 2014, foi realizada a 1ª emissão pública de debêntures, num total de 6.700 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com valor nominal total de R\$ 67.000, as quais têm remuneração de 109,50% do CDI.

O valor nominal das debêntures e os juros serão pagos integralmente em 10 de abril de 2016, sendo permitido o resgate antecipado nos termos da escritura.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:

- Distribuir aos acionistas dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a investida tiver sido constituída em mora com relação às debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no estatuto social e os juros sobre capital próprio imputados a tais dividendos mínimos obrigatórios;
- Redução do capital social da emissora, que represente mais de 10% do seu patrimônio líquido sem que haja prévia anuência de debenturistas representando ao menos maioria simples das debêntures em circulação, manifestadas em assembleia especialmente convocada para este fim.

## **12. ViaOeste**

- a. Em 20 de fevereiro de 2011, foi realizada a 3ª emissão pública de debêntures, no total de 150.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, série única, da espécie subordinada, sem garantias, com valor nominal total de R\$ 150.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 21 de fevereiro de 2011, pelo mesmo montante. As debêntures têm remuneração de 110,50% do CDI.

Os juros foram pagos em 8 parcelas semestrais, entre 20 de fevereiro de 2012 e de 2015. A amortização do principal foi realizada em 8 parcelas semestrais, entre 20 de fevereiro de 2012 e de 2015, podendo ser totalmente resgatadas, a qualquer momento, a critério da emissora.

A principal obrigação e cláusula restritiva é não distribuir dividendos ou efetuar pagamento de juros sobre capital próprio, em valor superior ao mínimo legal, caso o resultado da divisão “Dívida líquida/EBITDA” seja superior a 4 e/ou o ICSD seja inferior a 1,2.

- b. Em 28 de abril de 2012, a Companhia realizou a 4ª emissão pública de 75.000 debêntures, simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública, com valor nominal total de R\$ 750.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 10 de maio de 2012, no valor total de R\$ 751.887. As debêntures têm remuneração de 108,30% do CDI.

Esta emissão não conta com garantias.

O valor nominal das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: em 17 parcelas iguais, trimestrais e sucessivas, iniciando-se a primeira em 28 de maio de 2013;
- Juros: trimestralmente, entre 28 de maio de 2012 e 28 de maio de 2017.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente e/ou amortizadas parcialmente, a qualquer momento, a critério da emissora, mediante pagamento de prêmio de resgate de no máximo 0,75% incidente sobre o valor do resgate e/ou amortização.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:

- Ocorrência de qualquer alteração na composição societária da ViaOeste que venha a resultar na alienação do seu controle acionário a terceiros, sem prévia e expressa aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das debêntures em circulação, restando autorizadas as hipóteses de transferência de controle dentro do grupo econômico da CCR.
  - Caso a ViaOeste, sem que haja a aprovação prévia da maioria simples dos debenturistas, realize uma ou mais novas emissões de debêntures que, na data de cada respectiva emissão, leve o índice de dívida líquida / EBITDA a um valor superior a 4, calculado com base nas demonstrações financeiras mais recentes divulgadas à CVM e ao mercado, ressalvado, contudo, emissões cuja totalidade ou parcela dos recursos captados sejam, destinados ao pré-pagamento e liquidação das debêntures da presente emissão, as quais não estão sujeitas ao limite estabelecido neste item;
  - Redução do capital social da ViaOeste sem que haja anuência prévia da maioria simples dos titulares das debêntures em circulação;
  - Constituir ou permitir a constituição, em garantia de novas dívidas, de quaisquer ônus, encargos ou gravames sobre qualquer um de seus ativos atualmente existentes ou doravante adquiridos.
- c. Em 15 de setembro de 2014, foi realizada a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública, nos termos da Instrução da CVM nº 476, no valor nominal total de R\$ 440.000, não podendo ser facultativamente resgatadas.

Sobre o montante da primeira série, de R\$290.000, incorrerão juros de 106,10% do CDI, em um prazo total de 3 anos, vencendo portanto em 15 de setembro de 2017. O principal e juros serão pagos em 10 parcelas iguais e sucessivas, trimestralmente, a partir de 15 de junho de 2015.

Os juros da segunda série serão pagos semestralmente, a partir de 15 de março de 2015, sendo o principal amortizado no vencimento da operação, em 15 de setembro de 2019.

As debêntures da segunda série têm seu valor nominal atualizado pelo IPCA e juros remuneratórios 5,67% a.a. incidentes sobre o valor atualizado.

Em 27 de outubro de 2014, foi contratada operação de *swap* para a segunda série onde houve a troca do indexador IPCA + 5,67% a.a., para todos os vencimentos de juros e principal, pelo percentual de aproximadamente 100% do CDI.

O principal critério para vencimento antecipado das debêntures desta emissão é a distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela emissora, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), e os juros sobre capital próprio imputados aos

dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da emissora seja superior a 4. Há exceção se a ViaOeste optar por contratar e apresentar ao Agente Fiduciário carta(s) de fiança bancária no valor correspondente à dívida representada pelas debêntures em circulação, emitida por uma instituição financeira autorizada, conforme definição expressa na escritura de emissão desta debênture.

- d. Em 11 de outubro de 2013, foi contratada nota promissória comercial com valor nominal total de R\$ 200.000, sem garantias, com vencimento de juros e principal em 06 de outubro de 2014 e remuneração de 104,45% do CDI. Na data de vencimento, as notas promissórias foram resgatadas na totalidade.

## **18. Plano de incentivo de longo prazo**

A Companhia possui plano de incentivo de longo prazo (ILP), que tecnicamente não se enquadra como remuneração variável, nem como remuneração baseada em ações, por se tratar de política de geração de valor que permite a determinados executivos da Companhia e de suas investidas, a aquisição de direitos junto a Companhia, cuja valorização se determina com base na valorização das ações, na geração operacional de caixa e no valor dos dividendos distribuídos.

Cada Unidade de Investimento (UI) é um instrumento que confere ao seu titular um direito pecuniário referenciado na variação de uma Unidade Virtual de Valor (“UVV”). A UI não atribui ao seu titular a condição de acionista da CCR, sendo sua liquidação em dinheiro.

O incentivo do Plano ocorre pelo aumento da UI, ou seja, pela valorização da UVV (valor da UVV no resgate, subtraído do valor da UVV na compra), após um prazo de carência pré-determinado (*vesting*), no qual o executivo deverá permanecer na Companhia. A UVV é apurada mediante a ponderação da cotação média das ações da Companhia em determinado período do ano (30%), nos dividendos pagos aos acionistas (40%) e em indicador relacionado à criação de valor (30%).

Atualmente existem três Planos de Incentivo vigentes, tendo sido o Plano 2, aprovado pelo Conselho de Administração (CAD) no ano de 2007, o Plano 3 no ano de 2010 e o Plano 4 no ano de 2013. Cada plano possui seus respectivos programas.

Caso o participante tenha seu vínculo empregatício encerrado com o Grupo CCR em função de aposentadoria, invalidez ou morte, durante a vigência do Plano, ele ou seus sucessores terão todas as UIs resgatadas com base no último valor real calculado das UVVs. Em desligamentos ocorridos por qualquer outro motivo, o participante perde todos os seus direitos ao resgate de UIs ainda não exercidos.

As UIs são compradas à vista pelos participantes do plano, em data específica, ao preço estabelecido no plano. A cada ano um novo Programa é iniciado, no qual UIs são compradas pelos participantes eleitos. O pagamento dos resgates anuais de UIs ocorrerá somente em mês específico determinado no Plano.

O direito de resgate das UIs ocorre de forma gradual, dividindo em parcelas anuais o número total de UIs de cada Programa. O período de carência mínimo é de 3 anos, após o qual o beneficiário terá o direito de resgatar suas UIs de forma gradual até o final do respectivo programa, que normalmente tem prazo máximo de 6 anos.

Não é obrigatório o resgate de UIs ao término do período de *vesting*, podendo o participante, a seu exclusivo critério e risco, deixar o resgate para períodos futuros, limitado ao último ano do respectivo programa. Ao final de cada Programa, as UIs são automaticamente resgatadas.

A criação de cada programa está condicionada ao alcance de meta anual de valorização mínima da UVV com base em projeções submetidas e aprovadas pelo CAD. A conquista de um novo negócio

também poderá ensejar a criação de um programa específico. A criação de novos planos e seus respectivos programas estão sujeitos à aprovação do CAD da Companhia.

Não ocorreram no período referente a essas demonstrações financeiras, modificações nos critérios estabelecidos inicialmente em cada um dos planos ou programas de incentivo, bem como nenhuma UI foi expirada.

Em virtude de os participantes dos programas serem colaboradores da Companhia, o valor justo dos serviços recebidos em troca das UIs, durante o período a que estas demonstrações financeiras se referem, foram considerados como o próprio valor justo dos instrumentos outorgados, levando-se em conta os respectivos períodos de *vesting*. Para este efeito, foi reconhecido como despesa o montante de R\$ 17.536 no exercício de 2014 (R\$ 4.771 no exercício de 2013).

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de provisão para incentivos de longo prazo era de R\$ 32.119 (R\$ 25.982 em 31 de dezembro de 2013).

|                      |                       | Saldo Total em 31.12.2013          |                         |         | Saldo Prov. c/ passivo em 31.12.2013 |                         |         | Outorga entre 01.01 e 31.12.2014 |                         |        | Canceladas entre 01.01 e 31.12.2014  |                         |        |
|----------------------|-----------------------|------------------------------------|-------------------------|---------|--------------------------------------|-------------------------|---------|----------------------------------|-------------------------|--------|--------------------------------------|-------------------------|--------|
|                      |                       | Quantidade de UI's                 | VJUMP (R\$) em 31.12.13 | Total   | Quantidade de UI's                   | VJUMP (R\$) em 31.12.14 | Total   | Quantidade de UI's               | VJUMP (R\$) em 31.12.14 | Total  | Quantidade de UI's                   | VJUMP (R\$) em 31.12.14 | Total  |
| Plano 2              | Programa 6 (2009)     | 196.638                            | 30,80                   | 6.056   | 196.638                              | 30,80                   | 6.056   | -                                | -                       | -      | -                                    | -                       | -      |
| Plano 3              | Programa 7 (2010)     | 437.597                            | 16,58                   | 7.256   | 363.664                              | 16,58                   | 6.030   | -                                | -                       | -      | -                                    | -                       | -      |
| Plano 3              | Programa 8 (2011)     | 344.667                            | 19,68                   | 6.783   | 227.865                              | 19,68                   | 4.484   | -                                | -                       | -      | -                                    | -                       | -      |
| Plano 3              | Nov Neg VO (2011)     | 133.743                            | 19,68                   | 2.632   | 88.420                               | 19,68                   | 1.740   | -                                | -                       | -      | -                                    | -                       | -      |
| Plano 3              | Programa 9 (2012)     | 326.265                            | 20,18                   | 6.586   | 145.640                              | 20,18                   | 2.940   | -                                | -                       | -      | -                                    | -                       | -      |
| NN                   | Nov Neg AB (2012)     | 70.353                             | 20,18                   | 1.420   | 31.405                               | 20,18                   | 634     | -                                | -                       | -      | -                                    | -                       | -      |
| Plano 4              | Progr. 10 e NN (2013) | 2.807.118                          | 7,31                    | 20.524  | 636.213                              | 7,31                    | 4.652   | -                                | -                       | -      | -                                    | -                       | -      |
| Plano 4              | Programa 11 (2014)    | -                                  | -                       | -       | -                                    | -                       | -       | 1.549.485                        | 6,05                    | 9.374  | -                                    | -                       | -      |
| Custo aquisição UI's |                       | -                                  | -                       | (1.107) | -                                    | -                       | (554)   | -                                | -                       | (232)  | -                                    | -                       | -      |
| Total                |                       | 4.316.381                          |                         | 50.150  | 1.689.845                            |                         | 25.982  | 1.549.485                        |                         | 9.142  | -                                    | -                       | -      |
|                      |                       | Exercidas entre 01.01 e 31.12.2014 |                         |         | Saldo Total em 31.12.2014            |                         |         | Exercíveis em 31.12.2014         |                         |        | Saldo Prov. c/ passivo em 31.12.2014 |                         |        |
|                      |                       | Quantidade de UI's                 | Valor de resgate da UI  | Total   | Quantidade de UI's                   | VJUMP (R\$) em 31.12.14 | Total   | Quantidade de UI's               | VJUMP (R\$) em 31.12.14 | Total  | Quantidade de UI's                   | VJUMP (R\$) em 31.12.14 | Total  |
| Plano 3              | Programa 6 (2009)     | 196.638                            | 27,35                   | 5.378   | -                                    | -                       | -       | -                                | -                       | -      | -                                    | -                       | -      |
| Plano 3              | Programa 7 (2010)     | 182.409                            | 27,13                   | 4.949   | 255.188                              | 23,59                   | 6.020   | 255.188                          | 23,59                   | 6.020  | 255.188                              | 23,59                   | 6.020  |
| Plano 3              | Programa 8 (2011)     | 33.169                             | 28,01                   | 929     | 311.498                              | 26,72                   | 8.323   | 196.609                          | 23,87                   | 4.693  | 262.420                              | 26,72                   | 7.011  |
| NN                   | Nov Neg VO (2011)     | 13.384                             | 28,02                   | 375     | 120.359                              | 26,72                   | 3.216   | 75.778                           | 23,87                   | 1.809  | 101.383                              | 26,72                   | 2.709  |
| Plano 3              | Programa 9 (2012)     | -                                  | -                       | -       | 336.231                              | 25,47                   | 8.564   | 112.077                          | 20,41                   | 2.287  | 226.883                              | 25,47                   | 5.779  |
| NN                   | Nov Neg AB (2012)     | -                                  | -                       | -       | 70.353                               | 25,47                   | 1.792   | 23.451                           | 20,41                   | 479    | 47.473                               | 25,47                   | 1.209  |
| Plano 4              | Progr. 10 e NN (2013) | -                                  | -                       | -       | 2.807.118                            | 6,27                    | 17.601  | -                                | -                       | -      | 1.268.220                            | 6,27                    | 7.957  |
| Plano 4              | Programa 11 (2014)    | -                                  | -                       | -       | 1.549.485                            | 6,05                    | 9.374   | -                                | -                       | -      | 351.352                              | 6,05                    | 2.124  |
| Custo aquisição UI   |                       | -                                  | -                       | -       | -                                    | -                       | (1.200) | -                                | -                       | (332)  | -                                    | -                       | (690)  |
| Total                |                       | 425.600                            |                         | 11.631  | 5.450.232                            |                         | 53.689  | 663.103                          |                         | 14.956 | 2.512.919                            |                         | 32.119 |

VJUMP (R\$) = Valor Justo Unitário Médio Ponderado em Reais

VJU (R\$) = Valor Justo Unitário em Reais

Totais em milhares

## Premissas utilizadas no cálculo do valor justo

| Critérios de apuração de dados utilizados no modelos de avaliação |  | Dados <sup>1</sup>   |
|---|--|--|
| Preço corrente  | Preço corrente da UVV com base em números realizados.  | R\$ 67,34 (Plano 3 e Nov. Neg. VO e AB) e R\$ 18,23 (Plano 4 e Nov. Neg. ND) |
| Preço de exercício  | Preço da UVV de resgate (R\$), com correções futuras estimadas, de acordo com os critérios do programa.                  | Programa 7, 41,82 para 2015  |
|   |  | Programa 8 e NN VO, 41,43 para 2015 e 43,71 para 2016                        |
|   |  | Programa 9 e NN AB, 46,42 para 2015, 48,97 para 2016 e 52,29 para 2017       |
|   |  | Programa 10 e NN 13, 16,12 para 2016, 17,21 para 2017 e 18,21 para 2018      |
|   |  | Programa 11, 19,32 para 2017, 20,44 para 2018 e 21,63 para 2019              |
| Tempo   | Prazo decorrido entre a data base destas demonstrações financeiras e prazo de resgate da tranche de cada Programa.       | 180 dias p/ resgates de 2015 e 360 dias adicionais p/ cada ano seguinte      |
| Volatilidade esperada   | Desvio-padrão do LN da variação diária das ações da Cia. entre 01.01.2003 até a data base desta demonstração financeira. | 2,48% a.d.   |
| Dividend Yield  | Média histórica anual entre 2003 e a data base destas demonstrações financeiras  | 4,10% a.a.   |
| Taxa de juros livre de risco                                      | Estimativa na data base destas demonstrações financeiras do CDI para os períodos em análise.                             | 11,47%, 11,97%, 11,97%, 10,23% e 8,98% respectivamente entre 2015 e 2019.    |
| Expectativa de cancelamento                                       | Taxa histórica de cancelamento de UI's até a data base de apuração destas demonstrações financeiras.                     | 0,43%  |
| Expectativa de postergação de resgate                             | Taxa histórica de postergamento de resgate de UI's até a data base de apuração destas demonstrações financeiras.         | 56,80% no primeiro ano e 62,36% no segundo ano                               |
| Expectativa de exercício antecipado                               | As regras do plano não permitem realização de resgate antecipado.  |  |
| Modelo utilizado na avaliação                                     | Black-Scholes-Merton   |  |

<sup>1</sup> valores ajustados em decorrência do split de ações ocorrido em novembro de 2011



## 19. Obrigações fiscais

### a. Obrigações fiscais federais, estaduais e municipais a recolher – Circulante

|                            | Controladora |              | Consolidado    |                |
|----------------------------|--------------|--------------|----------------|----------------|
|                            | 2014         | 2013         | 2014           | 2013           |
| IRPJ e CSLL                | 677          | 485          | 246.469        | 259.101        |
| ISS                        | 259          | 262          | 32.380         | 28.563         |
| COFINS                     | 3.433        | 329          | 20.611         | 15.257         |
| ICMS                       | -            | -            | 8.121          | 12.990         |
| PIS, COFINS e CSLL Retidos | 147          | 74           | 3.723          | 3.395          |
| PIS                        | 420          | 72           | 4.137          | 3.305          |
| IRRF                       | 65           | 53           | 3.937          | 862            |
| INSS Retidos               | 58           | 70           | 3.685          | 4.580          |
| Outros (IPTU, CIDE e IOF)  | 125          | -            | 2.643          | 1.764          |
|                            | <u>5.184</u> | <u>1.345</u> | <u>325.706</u> | <u>329.817</u> |

### b. Obrigações fiscais parceladas - Consolidado

|                            | 2013          | 2014                 |                      |                |                 |             |
|----------------------------|---------------|----------------------|----------------------|----------------|-----------------|-------------|
|                            | Saldo inicial | Provisão de<br>juros | Realização (a)       | Transferências | Saldo final     |             |
| Circulante                 |               |                      |                      |                |                 |             |
| Federal                    |               |                      |                      |                |                 |             |
| Parcelamento Lei 11.941/09 | 50.611        | 2.378                | (176.716)            | 125.826        | 2.099           |             |
| Municipal                  |               |                      |                      |                |                 |             |
| ISS                        | 687           | 7                    | (489)                | 18             | 223             |             |
|                            | 51.298        | 2.385                | (177.205)            | 125.844        | 2.322           |             |
| Não circulante             |               |                      |                      |                |                 |             |
| Federal                    |               |                      |                      |                |                 |             |
| Parcelamento Lei 11.941/09 | 426.147       | 25.798               | (324.882)            | (125.826)      | 1.237           |             |
| Municipal                  |               |                      |                      |                |                 |             |
| ISS                        | 152           | -                    | (22)                 | (18)           | 112             |             |
|                            | 426.299       | 25.798               | (324.904)            | (125.844)      | 1.349           |             |
|                            |               |                      |                      |                |                 |             |
|                            | 2012          | 2013                 |                      |                |                 |             |
|                            | Saldo inicial | Adição               | Provisão de<br>juros | Realização     | Transfe-rências | Saldo final |
| Circulante                 | 49.780        | 260                  | 2.438                | (48.544)       | 47.364          | 51.298      |
| Não circulante             | 448.094       | -                    | 25.569               | -              | (47.364)        | 426.299     |
| Movimento em 2013          | 497.874       | 260                  | 28.007               | (48.544)       | -               | 477.597     |

- (a) Em 29 outubro de 2014, os impostos parcelados através da Lei nº 11.941/09 foram objeto de quitação antecipada por meio da sistemática prevista no artigo 33 da Medida Provisória nº 651/14, posteriormente convertida na Lei nº 13.043/15, mediante utilização de saldos de prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas próprios ou cedidos por outras pessoas jurídicas controladas pela mesma empresa controladora e pagamentos em dinheiro de no mínimo 30% do saldo do parcelamento.

## 20. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários – Consolidado

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

|                                | 2013          |               |                 | 2014           |                       |                |               |
|--------------------------------|---------------|---------------|-----------------|----------------|-----------------------|----------------|---------------|
|                                | Saldo inicial | Constituição  | Reversão        | Pagamentos     | Atualização monetária | Transferências | Saldo final   |
| <b>Não circulante</b>          |               |               |                 |                |                       |                |               |
| Cíveis e administrativos       | 15.611        | 6.864         | (7.071)         | (3.551)        | 5.209                 | (1.202)        | 15.860        |
| Trabalhistas e previdenciários | 47.029        | 10.611        | (16.029)        | (2.913)        | 909                   | -              | 39.607        |
| Tributários                    | 1.422         | 4.640         | -               | -              | 1.843                 | 1.202          | 9.107         |
|                                | <u>64.062</u> | <u>22.115</u> | <u>(23.100)</u> | <u>(6.464)</u> | <u>7.961</u>          | <u>-</u>       | <u>64.574</u> |

  

|                   | 2012          |              |          | 2013       |                       |             |  |
|-------------------|---------------|--------------|----------|------------|-----------------------|-------------|--|
|                   | Saldo inicial | Constituição | Reversão | Pagamentos | Atualização monetária | Saldo final |  |
| Movimento em 2013 | 57.072        | 28.220       | (16.070) | (11.698)   | 6.538                 | 64.062      |  |

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia e suas controladas efetuaram acordos para pagamentos de processos administrativos, nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 5.516 e R\$ 3.959, respectivamente em 2014 (R\$ 13.096 e R\$ 4.277, respectivamente em 2013).

A Companhia e suas controladas possuem outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

|                                | 2014           | 2013           |
|--------------------------------|----------------|----------------|
| Cíveis e administrativos       | 136.444        | 118.719        |
| Trabalhistas e previdenciários | 7.227          | 8.909          |
| Tributários (a)                | 249.634        | 233.832        |
|                                | <u>393.305</u> | <u>361.460</u> |

- (a) Em setembro de 2013, foi recebida notificação pela controlada SPVias de lançamento por meio da qual a Receita Federal considerou desnecessárias as despesas relativas ao pagamento por determinados serviços contratados entre 2008 e 2010, tendo glosado seus efeitos na apuração de IRPJ e CSLL, o que resultou na cobrança de tributos e acréscimos no total de aproximadamente R\$ 234 milhões (Data-Base: 12/2014). Também há intimação para que a SPVias proceda à retificação dos saldos de determinadas contas de ativo imobilizado para fins fiscais, o que, se efetivado, poderia resultar em diferença de até R\$ 25 milhões na apuração de IRPJ e CSLL a partir de 2011. Em 25 de outubro de 2013, a SPVias apresentou sua defesa e, após julgamento, em 04 de setembro de 2014, a SPVias foi notificada da decisão proferida em 1ª Instância. A decisão foi parcialmente favorável aos interesses da SPVias, tendo havido uma redução do valor total do débito decorrente de requalificação de multa. Tal decisão é provisória ante a previsão de reapreciação da matéria pelo recurso de ofício e pelo recurso voluntário que a SPVias apresentou, em 03 de outubro de 2014, ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. O referido recurso aguarda julgamento.

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 2014 é de R\$ 164.886.

## 21. Provisão de manutenção – Consolidado

|                | 2013          | 2014                                      |                                     |            |                |             |
|----------------|---------------|---|-------------------------------------|------------|----------------|-------------|
|                | Saldo inicial | Constituição de provisão a valor presente | Reversão do ajuste a valor presente | Realização | Transferências | Saldo final |
| Circulante     | 153.171       | 136.739                                   | 30.808                              | (222.396)  | (12.500)       | 85.822      |
| Não circulante | 232.707       | 70.204                                    | 14.134                              | -          | 12.500         | 329.545     |
|                | 385.878       | 206.943                                   | 44.942                              | (222.396)  | -              | 415.367     |
|                |               |   |                                     |            |                |             |
|                | 2012          | 2013                                      |                                     |            |                |             |
|                | Saldo inicial | Constituição de provisão a valor presente | Reversão do ajuste a valor presente | Realização | Transferências | Saldo final |
| Circulante     | 143.545       | 42.868                                    | 14.660                              | (165.339)  | 117.437        | 153.171     |
| Não circulante | 201.831       | 123.880                                   | 24.433                              | -          | (117.437)      | 232.707     |
|                | 345.376       | 166.748                                   | 39.093                              | (165.339)  | -              | 385.878     |

As taxas anuais para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2014, são de 14,75%, 12,34%, 12,62%, 8,20%, 10,14% e 12,29%, respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

## 22. Patrimônio líquido

### a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 2.025.342, composto por 1.765.587.200 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

### b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

### c) Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2014, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Esta retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração (CAD), e será submetido à aprovação dos acionistas na AGO de 2015.

A proposta de orçamento de capital está justificada substancialmente pela necessidade de aplicação em investimentos na infraestrutura a serem realizados para atendimento aos requerimentos dos contratos de concessão.

### d) Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Em 15 de abril de 2014, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, o pagamento de dividendos complementares, relativos aos lucros do exercício de 2013, no montante de R\$ 100.775, correspondente a R\$ 0,0570773 por ação, com pagamento realizado em 30 de abril de 2014.

Em 26 de setembro de 2014, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração, “*ad referendum*” da próxima Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 1.299.296, correspondente a R\$ 0,7359 por ação ordinária, com pagamento realizado a partir de 31 de outubro de 2014, sendo parte à conta dos lucros apurados no primeiro semestre de 2014 e parte à conta do saldo da reserva de retenção de lucros.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2014, foram atendidos conforme o quadro abaixo:

|   |                  |
|---|------------------|
| Lucro líquido do exercício  | 1.336.539        |
| (-) Constituição de reserva legal                                 | (66.827)         |
| Lucro líquido ajustado  | <u>1.269.712</u> |
| Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado | <u>317.428</u>   |
| Dividendos intermediários pagos                                   | 560.000          |
| Dividendo adicional proposto                                      | <u>100.775</u>   |
| Total dos dividendos pagos e proposto                             | <u>660.775</u>   |

**e) Ajuste de avaliação patrimonial (Controladora e Consolidado)**

Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos de:

- Variações cambiais sobre os investimentos em investidas no exterior. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.
- *Hedge* de fluxo de caixa com efeito no patrimônio líquido, cujo valor acumulado será transferido para o resultado ou para o ativo não circulante à medida da realização das operações protegidas.
- Ajuste a valor justo de plano de pensão com benefício definido, cujo valor acumulado será transferido para o resultado à medida de sua realização.

**f) Lucro básico e diluído**

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

|   | Controladora |             | Consolidado |             |
|---|--------------|-------------|-------------|-------------|
|   | 2014         | 2013        | 2014        | 2013        |
| <b>Numerador</b>  |              |             |             |             |
| Lucro líquido disponível para os acionistas               | 1.336.539    | 1.339.571   | 1.348.841   | 1.350.991   |
| <b>Denominador</b>  |              |             |             |             |
| Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares) | 1.765.587,2  | 1.765.587,2 | 1.765.587,2 | 1.765.587,2 |
| Lucro por ação - básico e diluído                         | 0,75699      | 0,75871     | 0,76396     | 0,76518     |

**g) Ágio em transação de capital**

Em 30 de abril e em 4 de novembro de 2014, a CCR aumentou o capital social da controlada RodoAnel Oeste, passando sua participação de 98,5714% para 98,8034%, pois não houve o acompanhamento do outro acionista da controlada, resultando em diluição do capital. O capital foi aumentado com capitalização de AFAC, com mútuos em aberto com a CCR e em caixa, nos montantes de R\$ 57.000, R\$ 54.000 e R\$ 24.700, respectivamente, totalizando R\$ 135.700, dos quais R\$ 1.921 foram alocados como Ágio em transação de capital.

De acordo com o CPC 36 (R2) – Demonstrações consolidadas, quando há a aquisição complementar de ações, de uma empresa que já é controlada, o registro contábil do ágio gerado na aquisição complementar, deve ser feito à rubrica “Ágio em transação de capital”, no patrimônio líquido individual e consolidado.

## 23. Receitas

|  | Controladora    |                 | Consolidado      |                  |
|--|-----------------|-----------------|------------------|------------------|
|  | 2014            | 2013            | 2014             | 2013             |
| Receitas de pedágio                                | -               | -               | 5.701.388        | 5.380.909        |
| Receitas de construção (ICPC 01 R1)                | -               | -               | 1.743.671        | 810.038          |
| Receitas administrativas e de operação de rodovias | 127.222         | 128.777         | 90.615           | 28.365           |
| Receitas aeroportuárias                            | -               | -               | 168.702          | 52.136           |
| Receitas acessórias                                | -               | -               | 93.975           | 94.260           |
| Receitas aquaviárias                               | -               | -               | 144.902          | 142.190          |
| <b>Receita bruta</b>                               | <b>127.222</b>  | <b>128.777</b>  | <b>7.943.253</b> | <b>6.507.898</b> |
| Impostos sobre receitas                            | (15.843)        | (12.337)        | (536.744)        | (489.100)        |
| Abatimentos  | -               | -               | (9.315)          | (2.240)          |
| <b>Deduções das receitas brutas</b>                | <b>(15.843)</b> | <b>(12.337)</b> | <b>(546.059)</b> | <b>(491.340)</b> |
| <b>Receita líquida</b>                             | <b>111.379</b>  | <b>116.440</b>  | <b>7.397.194</b> | <b>6.016.558</b> |

## 24. Resultado financeiro

|   | Controladora     |                 | Consolidado        |                  |
|---|------------------|-----------------|--------------------|------------------|
|   | 2014             | 2013            | 2014               | 2013             |
| <b>Despesas Financeiras</b>   |                  |                 |                    |                  |
| Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias e arrendamentos mercantis | (83.427)         | (52.965)        | (980.459)          | (622.815)        |
| Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures                                 | (3.011)          | (5.885)         | (53.145)           | (22.590)         |
| Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos   | -                | -               | (31.840)           | (55.001)         |
| Variação monetária sobre obrigações com Poder Concedente  | -                | -               | (33.938)           | (5.308)          |
| Juros e variações monetárias sobre mútuos   | -                | -               | (9.691)            | (6.529)          |
| Perda com operações de derivativos  | (25.524)         | (19.551)        | (135.716)          | (75.852)         |
| Juros sobre impostos parcelados   | -                | (2)             | (28.183)           | (28.007)         |
| Ajuste a valor presente da provisão de manutenção   | -                | -               | (44.942)           | (39.093)         |
| Capitalização de custos dos empréstimos   | -                | -               | 95.706             | 44.736           |
| Valor justo de financiamentos e debêntures ( <i>fair value option e hedge accounting</i> )        | -                | -               | (43.951)           | (9.686)          |
| Ajuste a valor presente de obrigações com Poder Concedente  | -                | -               | (17.903)           | -                |
| Taxas, comissões e outras despesas financeiras  | (2.078)          | (2.139)         | (41.878)           | (58.412)         |
|   | <b>(114.040)</b> | <b>(80.542)</b> | <b>(1.325.940)</b> | <b>(878.557)</b> |
| <b>Receitas Financeiras</b>   |                  |                 |                    |                  |
| Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos   | -                | -               | 13.350             | 25.095           |
| Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures                                 | -                | -               | 1.214              | 129              |
| Juros e variações monetárias sobre mútuos   | 77.631           | 58.634          | 14.024             | 16.535           |
| Ganho com operações de derivativos  | 16.540           | 7.563           | 134.819            | 63.053           |
| Valor justo de financiamentos e debêntures ( <i>fair value option e hedge accounting</i> )        | -                | -               | 51.552             | 42.169           |
| Rendimento sobre aplicações financeiras   | 44.379           | 22.261          | 176.945            | 80.812           |
| Juros e outras receitas financeiras   | 6.629            | 7.696           | 38.562             | 17.800           |
|   | <b>145.179</b>   | <b>96.154</b>   | <b>430.466</b>     | <b>245.593</b>   |
| <b>Resultado financeiro líquido</b>   | <b>31.139</b>    | <b>15.612</b>   | <b>(895.474)</b>   | <b>(632.964)</b> |

## 25. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas investidas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

É adotada a manutenção de contratos de *hedge* para proteção de, pelo menos, 100% dos pagamentos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relativos às empresas sediadas no Brasil, vencendo nos próximos 24 meses, ou de acordo com critérios estabelecidos em contratos de financiamento.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Companhia possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

### Instrumentos financeiros por categoria

|   | Controladora                     |                          |  |                                  |                          |  |
|---|----------------------------------|--------------------------|--|----------------------------------|--------------------------|--|
|   | 2014                             |                          |  | 2013                             |                          |  |
|   | Valor justo através do resultado | Empréstimos e recebíveis | Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado | Valor justo através do resultado | Empréstimos e recebíveis | Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado |
| <b>Ativos</b>                                       |                                  |                          |  |                                  |                          |  |
| Aplicações financeiras                              | 265.629                          | -                        | -  | 410.282                          | -                        | -  |
| Contas a receber - partes relacionadas              | -                                | 10.288                   | -  | -                                | 4.483                    | -  |
| Mútuos - partes relacionadas                        | -                                | 698.316                  | -  | -                                | 666.014                  | -  |
| Contas a receber - operações com derivativos        | -                                | -                        | -  | 11.697                           | -                        | -  |
| Partes relacionadas - AFAC                          | -                                | 1.724                    | -  | -                                | 126.345                  | -  |
| <b>Passivos</b>                                     |                                  |                          |  |                                  |                          |  |
| Debêntures (a)                                      | -                                | -                        | (735.240)  | -                                | -                        | (797.915)  |
| Fornecedores e outras contas a pagar                | -                                | -                        | (7.042)  | -                                | -                        | (7.512)  |
| Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas | -                                | -                        | (587)  | -                                | -                        | (1.531)  |
| Plano de incentivo de longo prazo                   | (32.119)                         | -                        | -  | (25.982)                         | -                        | -  |
| Partes relacionadas - AFAC                          | -                                | -                        | (1.916)  | -                                | -                        | (1.916)  |
|   | <u>233.510</u>                   | <u>710.328</u>           | <u>(744.785)</u>                                 | <u>395.997</u>                   | <u>796.842</u>           | <u>(808.874)</u>                                 |

|   | Consolidado                      |                          |  |                                  |                          |  |
|---|----------------------------------|--------------------------|--|----------------------------------|--------------------------|--|
|   | 2014                             |                          |  | 2013                             |                          |  |
|   | Valor justo através do resultado | Empréstimos e recebíveis | Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado | Valor justo através do resultado | Empréstimos e recebíveis | Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado |
| <b>Ativos</b>                                       |                                  |                          |  |                                  |                          |  |
| Aplicações financeiras                              | 1.494.074                        | -                        | -  | 1.225.769                        | -                        | -  |
| Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva   | 736                              | -                        | -  | 698                              | -                        | -  |
| Contas a receber                                    | -                                | 439.894                  | -  | -                                | 68.113                   | -  |
| Contas a receber - partes relacionadas              | -                                | 323.481                  | -  | -                                | 292.172                  | -  |
| Mútuos - partes relacionadas                        | -                                | 196.384                  | -  | -                                | 258.794                  | -  |
| Partes relacionadas - AFAC                          | -                                | 498                      | -  | -                                | -                        | -  |
| Contas a receber - operações com derivativos        | 100.647                          | -                        | -  | 13.371                           | -                        | -  |
| <b>Passivos</b>                                     |                                  |                          |  |                                  |                          |  |
| Arrendamento mercantil financeiro                   | -                                | -                        | (2)  | -                                | -                        | (1.286)  |
| Financiamentos em moeda nacional (a)                | -                                | -                        | (510.309)  | -                                | -                        | (177.157)  |
| Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira   | (193.538)                        | -                        | (16.108)   | (177.711)                        | -                        | -  |
| Debêntures e notas promissórias (a)                 | (998.728)                        | -                        | (8.732.076)                                      | (565.921)                        | -                        | (7.339.533)                                      |
| Fornecedores e outras contas a pagar                | -                                | -                        | (442.302)  | -                                | -                        | (422.660)  |
| Mútuos - partes relacionadas                        | -                                | -                        | (64.847)   | -                                | -                        | (66.513)   |
| Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas | -                                | -                        | (70.305)   | -                                | -                        | (76.834)   |
| Plano de incentivo de longo prazo                   | (32.119)                         | -                        | -  | (25.982)                         | -                        | -  |
| Partes relacionadas - AFAC                          | -                                | -                        | (1.916)  | -                                | -                        | (1.916)  |
| Contas a pagar - operações com derivativos          | (62.687)                         | -                        | -  | (19.359)                         | -                        | -  |
| Obrigações com poder concedente                     | -                                | -                        | (1.131.894)                                      | -                                | -                        | (10.343)   |
|   | <u>308.385</u>                   | <u>960.257</u>           | <u>(10.969.759)</u>                              | <u>450.865</u>                   | <u>619.079</u>           | <u>(8.096.242)</u>                               |

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas – conta reserva** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações.
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Plano de incentivo de longo prazo** - Os valores justos são determinados com base no modelo Black-Scholes-Merton. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 18.
- **Financiamentos em moeda nacional e estrangeira, arrendamento mercantil financeiro e obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.
- **Empréstimos em moeda estrangeira mensurados ao valor justo por meio do resultado** - A ViaLagos contratou operações em moeda estrangeira (dólar norte-americano), sendo que nas mesmas datas das contratações foram firmados contratos de *swap* trocando a totalidade da variação cambial, dos juros e do IR sobre remessa de juros ao exterior, por 101% do CDI. A Administração da Companhia entendeu que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (*fair value option*), tal qual a ponta ativa do derivativo, resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo enquanto que a dívida seria pelo custo amortizado. Caso estes empréstimos fossem mensurados pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 152.914 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 134.382 em 31 de dezembro de 2013). Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 16.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base nas taxas contratuais futuras obtidas através de fontes públicas

(BM&FBovespa e Bloomberg), mais cupom da operação e trazendo a valor presente pelo cupom sujo.

- **Empréstimo em moeda estrangeira e debêntures mensurados ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

|   | Controladora   |             |                |             | Consolidado    |             |                |             |
|---|----------------|-------------|----------------|-------------|----------------|-------------|----------------|-------------|
|   | 2014           |             | 2013           |             | 2014           |             | 2013           |             |
|   | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo |
| Debêntures e notas promissórias (a) (b) | 735.663        | 741.614     | 798.721        | 809.387     | 8.745.137      | 8.828.947   | 7.353.127      | 7.419.473   |
| Empréstimo em moeda estrangeira (a) (b) | -              | -           | -              | -           | 16.108         | 16.777      | -              | -           |

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de valor justo”, abaixo.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente.

- **Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*fair value option e hedge accounting*)** - A AutoBAN emitiu debêntures da 2ª série da 4ª emissão, remuneradas a 2,71% ao ano sobre a variação do IPCA, sendo que na mesma data da emissão foi firmado contrato de *swap* para a totalidade do fluxo de caixa da operação, trocando a remuneração por 88,95% do CDI. Além disso, emitiu debêntures da 5ª emissão, remuneradas a 4,88% ao ano sobre a variação do IPCA, sendo que na data da emissão, foi firmado contrato de *swap* para a totalidade do fluxo de caixa da operação, trocando a remuneração por 98% do CDI.

Em 27 de outubro de 2014, a AutoBAN emitiu debêntures da 6ª emissão com série única, remuneradas a 5,428% ao ano sobre a variação do IPCA, sendo que na mesma data da emissão foram firmados contratos de *swap* para uma parte do valor nominal da operação, trocando a remuneração por percentuais de 97,65% até 98,9% do CDI.

Em 27 de outubro de 2014, a ViaOeste emitiu debêntures da 2ª série da 5ª emissão, remuneradas a 5,67% a.a. sobre a variação do IPCA, sendo que na mesma data da emissão foi firmados contratos de *swap* para a totalidade do fluxo de caixa da operação, trocando a remuneração por percentuais de 99,9% até 100% do CDI.

A Administração da Companhia entendeu que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (*fair value option/hedge accounting*), tal qual a ponta ativa do derivativo, resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo enquanto que a dívida seria pelo custo amortizado. Caso estas debêntures fossem mensuradas pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 1.038.108 em 31 de dezembro de 2014. Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 17.

## Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados:



|   | Controladora |          | Consolidado |           |
|---|--------------|----------|-------------|-----------|
|   | 2014         | 2013     | 2014        | 2013      |
| <b>Nível 2:</b>                                   |              |          |             |           |
| Aplicações financeiras e conta reserva            | 265.629      | 410.282  | 1.494.810   | 1.226.467 |
| Derivativos a receber/(a pagar)                   | -            | 11.697   | 37.960      | (5.988)   |
| Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira | -            | -        | (209.646)   | (177.711) |
| Debêntures  | -            | -        | (998.728)   | (565.921) |
| <b>Nível 3:</b>                                   |              |          |             |           |
| Plano de incentivo de longo prazo                 | (32.119)     | (25.982) | (32.119)    | (25.982)  |

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

### Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento em moeda estrangeira, além de proteção contra flutuações da Libor e de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A ViaLagos contratou operações de *swap* visando proteger a totalidade dos fluxos de caixa de seu empréstimo em moeda estrangeira.

A AutoBAn contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação da totalidade da 2ª série da 4ª emissão de debêntures, para a totalidade da 5ª emissão e parcialmente para a 6ª emissão de debêntures.

A ViaOeste contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação da 2ª série da 5ª emissão de debêntures.

O Metrô Bahia contratou *NDF's* para a proteção contra a variação cambial de futuras aquisições de equipamentos.

A CAP realizou operações de *swap*, visando mitigar riscos de taxas de juros flutuantes (Libor), trocando-os por taxas fixas.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo, quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia e suas controladas:

## Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos para proteção

|  | Contraparte     | Data de início dos contratos | Data de vencimento | Posição (Valores de referência) | Valores de referência (Nocional) (1)           |            |             |            | Valor justo |                   | Valores brutos contratados e liquidados |                   | Efeito acumulado               |            |                          |            | Resultado                  |            |                                       |            |   |
|--|-----------------|------------------------------|--------------------|---------------------------------|--|------------|-------------|------------|-------------|-------------------|---|-------------------|--------------------------------|------------|--------------------------|------------|----------------------------|------------|---------------------------------------|------------|---|
|  |                 |                              |                    |                                 | Moeda estrangeira                              |            | Moeda local |            | Moeda local |                   | Moeda local                             | Recebidos/(Pagos) | Valores a receber/ (recebidos) |            | Valores a pagar/ (pagos) |            | Ganho/(Perda) em resultado |            | Ganho/(Perda) em resultado abrangente |            |   |
|  |                 |                              |                    |                                 | 31/12/2014                                     | 31/12/2013 | 31/12/2014  | 31/12/2013 | 31/12/2014  | 31/12/2013        | 31/12/2014                              | 31/12/2013        | 31/12/2014                     | 31/12/2013 | 31/12/2014               | 31/12/2013 | 31/12/2014                 | 31/12/2013 | 31/12/2014                            | 31/12/2013 |   |
| <b>NDFs</b>  |                 |                              |                    |                                 |  |            |             |            |             |                   |   |                   |                                |            |                          |            |                            |            |                                       |            |   |
| <b>Metrô Bahia</b>   |                 |                              |                    |                                 |  |            |             |            |             |                   |   |                   |                                |            |                          |            |                            |            |                                       |            |   |
| 1  | Posição ativa   | HSBC                         | 03/02/2014         | 01/08/2016 (6)                  | USD  | 92.263     | -           | 245.069    | -           | (1.700)           | -                                       | (5.179)           | -                              | -          | -                        | (1.700)    | -                          | -          | -                                     | (6.879)    | - |
|  | Posição passiva |                              |                    |                                 | Taxa forward de USD de R\$ 2,7198 a R\$ 3,1131 |            |             |            |             |                   |   |                   |                                |            |                          |            |                            |            |                                       |            |   |
| 2  | Posição ativa   | Itaú BBA                     | 11/03/2014         | 01/09/2016 (6)                  | USD  | 46.531     | -           | 123.596    | -           | 3.300             | -                                       | (5.415)           | -                              | 3.300      | -                        | -          | -                          | -          | -                                     | (2.115)    | - |
|  | Posição passiva |                              |                    |                                 | Taxa forward de USD de R\$ 2,5686 a R\$ 2,9950 |            |             |            |             |                   |   |                   |                                |            |                          |            |                            |            |                                       |            |   |
| 3  | Posição ativa   | BTG Pactual                  | 03/11/2014         | 01/06/2015                      | USD  | 12.961     | -           | 34.427     | -           | 1.328             | -                                       | -                 | -                              | 1.328      | -                        | -          | -                          | -          | -                                     | 1.328      | - |
|  | Posição passiva |                              |                    |                                 | Taxa forward de USD de R\$ 2,6465              |            |             |            |             |                   |   |                   |                                |            |                          |            |                            |            |                                       |            |   |
| 4  | Posição ativa   | Merrill Lynch                | 03/11/2014         | 02/03/2015                      | USD  | 12.961     | -           | 34.427     | -           | 1.340             | -                                       | -                 | -                              | 1.340      | -                        | -          | -                          | -          | -                                     | 1.340      | - |
|  | Posição passiva |                              |                    |                                 | Taxa forward de USD de R\$ 2,5814              |            |             |            |             |                   |   |                   |                                |            |                          |            |                            |            |                                       |            |   |
| 5  | Posição ativa   | Merrill Lynch                | 03/11/2014         | 04/05/2015                      | USD  | 12.961     | -           | 34.427     | -           | 1.338             | -                                       | -                 | -                              | 1.338      | -                        | -          | -                          | -          | -                                     | 1.338      | - |
|  | Posição passiva |                              |                    |                                 | Taxa forward de USD de R\$ 2,6250              |            |             |            |             |                   |   |                   |                                |            |                          |            |                            |            |                                       |            |   |
| 6  | Posição ativa   | Merrill Lynch                | 01/12/2014         | 04/05/2015                      | USD  | 6.264      | -           | 16.638     | -           | 398               | -                                       | -                 | -                              | 398        | -                        | -          | -                          | -          | -                                     | 398        | - |
|  | Posição passiva |                              |                    |                                 | Taxa forward de USD de R\$ 2,6662              |            |             |            |             |                   |   |                   |                                |            |                          |            |                            |            |                                       |            |   |
| 7  | Posição ativa   | Itaú                         | 01/12/2014         | 02/03/2015                      | USD  | 6.264      | -           | 16.638     | -           | 396               | -                                       | -                 | -                              | 396        | -                        | -          | -                          | -          | -                                     | 396        | - |
|  | Posição passiva |                              |                    |                                 | Taxa forward de USD de R\$ 2,6222              |            |             |            |             |                   |   |                   |                                |            |                          |            |                            |            |                                       |            |   |
| 8  | Posição ativa   | Itaú                         | 01/12/2014         | 01/04/2015                      | USD  | 6.264      | -           | 16.638     | -           | 391               | -                                       | -                 | -                              | 391        | -                        | -          | -                          | -          | -                                     | 391        | - |
|  | Posição passiva |                              |                    |                                 | Taxa forward de USD de R\$ 2,6454              |            |             |            |             |                   |   |                   |                                |            |                          |            |                            |            |                                       |            |   |
| 9  | Posição ativa   | Merrill Lynch                | 01/12/2014         | 02/02/2015                      | EUR  | 5.677      | -           | 18.320     | -           | (62)              | -                                       | -                 | -                              | -          | -                        | (62)       | -                          | -          | -                                     | (62)       | - |
|  | Posição passiva |                              |                    |                                 | Taxa forward de EUR de R\$ 3,2549              |            |             |            |             |                   |   |                   |                                |            |                          |            |                            |            |                                       |            |   |
| 10   | Posição ativa   | Itaú                         | 01/12/2014         | 01/04/2015                      | EUR  | 2.327      | -           | 7.509      | -           | (30)              | -                                       | -                 | -                              | -          | -                        | (30)       | -                          | -          | -                                     | (30)       | - |
|  | Posição passiva |                              |                    |                                 | Taxa forward de EUR de R\$ 3,3089              |            |             |            |             |                   |   |                   |                                |            |                          |            |                            |            |                                       |            |   |
| 11   | Posição ativa   | Itaú                         | 01/12/2014         | 03/08/2015                      | EUR  | 4.480      | -           | 14.457     | -           | (49)              | -                                       | -                 | -                              | -          | -                        | (49)       | -                          | -          | -                                     | (49)       | - |
|  | Posição passiva |                              |                    |                                 | Taxa forward de EUR de R\$ 3,4240              |            |             |            |             |                   |   |                   |                                |            |                          |            |                            |            |                                       |            |   |
| <b>SWAP</b>  |                 |                              |                    |                                 |  |            |             |            |             |                   |   |                   |                                |            |                          |            |                            |            |                                       |            |   |
| <b>ViaLagos</b>  |                 |                              |                    |                                 |  |            |             |            |             |                   |   |                   |                                |            |                          |            |                            |            |                                       |            |   |
| 12   | Posição ativa   | Merrill Lynch                | 15/08/2013         | 17/08/2015 (2)                  | USD + Libor 3M + 1,40%                         | 56.980     | 56.980      | 151.350    | 133.481     | 152.867           | 133.592                                 | (11.924)          | (2.541)                        | 20.020     | -                        | -          | 77                         | 8.173      | (2.618)                               | -          | - |
|  | Posição passiva |                              |                    |                                 | 109,95 % do CDI                                |            |             |            |             | (132.847)         | (133.669)                               |                   |                                |            |                          |            |                            |            |                                       |            |   |
| <b>AutoBn</b>  |                 |                              |                    |                                 |  |            |             |            |             |                   |   |                   |                                |            |                          |            |                            |            |                                       |            |   |
| 13   | Posição ativa   | Merrill Lynch                | 28/05/2013         | 16/10/2017 (3)                  | IPCA + 2,71% 88,95% do CDI                     | -          | -           | 141.170    | 141.170     | 143.238 (139.507) | 131.566 (137.815)                       | (8.651)           | (2.454)                        | 13.860     | -                        | (10.129)   | 6.249                      | 1.329      | (8.703)                               | -          | - |
|  | Posição passiva |                              |                    |                                 |  |            |             |            |             |                   |   |                   |                                |            |                          |            |                            |            |                                       |            |   |
| 14   | Posição ativa   | Itaú                         | 17/10/2013         | 15/10/2018 (3)                  | IPCA + 4,88% 98% do CDI                        | -          | -           | 450.000    | 450.000     | 472.391 (456.802) | 443.679 (454.146)                       | (21.677)          | -                              | 42.659     | -                        | (27.070)   | 10.467                     | 4.379      | (10.467)                              |            |   |
|  | Posição passiva |                              |                    |                                 |  |            |             |            |             |                   |   |                   |                                |            |                          |            |                            |            |                                       |            |   |
| 15   | Posição ativa   | Votorantim                   | 27/10/2014         | 15/10/2019 (3)                  | IPCA + 5,428% 98,90% do CDI                    | -          | -           | 100.000    | -           | 99.432 (101.462)  | -                                       | -                 | -                              | 3.732      | -                        | (5.762)    | -                          | (2.030)    | -                                     |            |   |
|  | Posição passiva |                              |                    |                                 |  |            |             |            |             |                   |   |                   |                                |            |                          |            |                            |            |                                       |            |   |
| 16   | Posição ativa   | Votorantim                   | 27/10/2014         | 15/10/2019 (3)                  | IPCA + 5,428% 97,65% do CDI                    | -          | -           | 100.000    | -           | 99.432 (100.886)  | -                                       | -                 | -                              | 4.167      | -                        | (5.621)    | -                          | (1.454)    | -                                     |            |   |
|  | Posição passiva |                              |                    |                                 |  |            |             |            |             |                   |   |                   |                                |            |                          |            |                            |            |                                       |            |   |
| 17   | Posição ativa   | Votorantim                   | 27/10/2014         | 15/10/2019 (3)                  | IPCA + 5,428% 97,85% do CDI                    | -          | -           | 50.000     | -           | 49.716 (50.489)   | -                                       | -                 | -                              | 2.049      | -                        | (2.822)    | -                          | (773)      | -                                     |            |   |
|  | Posição passiva |                              |                    |                                 |  |            |             |            |             |                   |   |                   |                                |            |                          |            |                            |            |                                       |            |   |
| <b>ViaOeste</b>  |                 |                              |                    |                                 |  |            |             |            |             |                   |   |                   |                                |            |                          |            |                            |            |                                       |            |   |
| 18   | Posição ativa   | BTG Pactual                  | 27/10/2014         | 16/09/2019 (5)                  | IPCA + 5,67% 100% do CDI                       | -          | -           | 75.000     | -           | 75.371 (76.475)   | -                                       | -                 | -                              | 2.781      | -                        | (3.885)    | -                          | (1.104)    | -                                     |            |   |
|  | Posição passiva |                              |                    |                                 |  |            |             |            |             |                   |   |                   |                                |            |                          |            |                            |            |                                       |            |   |
| 19   | Posição ativa   | Merrill Lynch                | 27/10/2014         | 16/09/2019 (5)                  | IPCA + 5,67% 99,90% do CDI                     | -          | -           | 75.000     | -           | 75.457 (76.442)   | -                                       | -                 | -                              | 2.888      | -                        | (3.873)    | -                          | (985)      | -                                     |            |   |
|  | Posição passiva |                              |                    |                                 |  |            |             |            |             |                   |   |                   |                                |            |                          |            |                            |            |                                       |            |   |
| <b>CAP</b>   |                 |                              |                    |                                 |  |            |             |            |             |                   |   |                   |                                |            |                          |            |                            |            |                                       |            |   |
| 20   | Posição ativa   | DVB Bank AG                  | 02/08/2006         | 31/12/2018 (4)                  | USD Libor 5,51% a.a.                           | 7.000      | 7.000       | 18.593     | 16.399      | 7.990 (9.674)     | 258 (1.364)                             | -                 | -                              | -          | -                        | (1.684)    | 1.106                      | -          | (57)                                  | (578)      | - |
|  | Posição passiva |                              |                    |                                 |  |            |             |            |             |                   |   |                   |                                |            |                          |            |                            |            |                                       |            |   |
| <b>TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 31/12/2014</b>                       |                 |                              |                    |                                 |  | 1.723.259  | 741.050     |            | 37.960      | (17.899)          |   | (52.846)          | (4.995)                        | 100.647    | -                        | (62.687)   | 17.899                     | 7.535      | (21.845)                              | (4.522)    | - |
| <b>TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2014 E 2013</b> |                 |                              |                    |                                 |  |            |             |            | -           | 11.911            |   | 8.353             | 51.990                         | -          | 33.563                   | (738)      | (13.917)                   | (8.432)    | 9.046                                 | 4.136      | - |
| <b>TOTAL DAS OPERAÇÕES</b>   |                 |                              |                    |                                 |  |            |             |            | 37.960      | (5.988)           |   | (44.493)          | 46.995                         | 100.647    | 33.563                   | (63.425)   | 3.982                      | (897)      | (12.799)                              | (386)      | - |

- (1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nocional mencionado é o da tranche vigente.
- (2) O contrato possui vencimentos trimestrais nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, até o vencimento final.
- (3) O contrato possui vencimentos semestrais em abril e outubro de cada ano até o vencimento final.
- (4) Os contratos possuem vencimentos semestrais intermediários, nos meses de junho e dezembro de cada ano, até o vencimento final.
- (5) Os contratos possuem vencimentos semestrais intermediários, nos meses de março e setembro de cada ano, até o vencimento final.
- (6) Refere-se a contratos que englobam várias *NDF's* com vencimentos e valores nominais distintos conforme indicado abaixo:

| <b>Contraparte</b> | <b>Vencimento</b> | <b>Nocional em<br/>US\$ mil</b> | <b>Taxa <i>forward</i><br/>(R\$/US\$)</b> |
|--------------------|-------------------|---------------------------------|---|
| HSBC               | 01/04/2015        | 11.377                          | 2,7198                                    |
| HSBC               | 01/07/2015        | 12.632                          | 2,7885                                    |
| HSBC               | 03/08/2015        | 2.510                           | 2,8152                                    |
| HSBC               | 01/09/2015        | 4.578                           | 2,8401                                    |
| HSBC               | 01/10/2015        | 4.135                           | 2,8659                                    |
| HSBC               | 03/11/2015        | 5.185                           | 2,8898                                    |
| HSBC               | 01/12/2015        | 5.390                           | 2,9136                                    |
| HSBC               | 04/01/2016        | 5.390                           | 2,9392                                    |
| HSBC               | 01/02/2016        | 17.580                          | 2,9644                                    |
| HSBC               | 01/03/2016        | 6.203                           | 2,9874                                    |
| HSBC               | 01/04/2016        | 4.948                           | 3,0150                                    |
| HSBC               | 02/05/2016        | 4.948                           | 3,0379                                    |
| HSBC               | 01/06/2016        | 4.135                           | 3,0622                                    |
| HSBC               | 01/07/2016        | 1.626                           | 3,0889                                    |
| HSBC               | 01/08/2016        | 1.626                           | 3,1131                                    |
| Itaú BBA           | 02/02/2015        | 4.560                           | 2,5686                                    |
| Itaú BBA           | 02/03/2015        | 6.264                           | 2,6222                                    |
| Itaú BBA           | 01/04/2015        | 4.249                           | 2,6066                                    |
| Itaú BBA           | 01/04/2015        | 6.264                           | 2,6454                                    |
| Itaú BBA           | 01/07/2015        | 8.684                           | 2,6690                                    |
| Itaú BBA           | 01/09/2015        | 2.506                           | 2,7158                                    |
| Itaú BBA           | 01/10/2015        | 1.983                           | 2,7382                                    |
| Itaú BBA           | 01/12/2015        | 2.100                           | 2,7840                                    |
| Itaú BBA           | 01/03/2016        | 4.945                           | 2,8520                                    |
| Itaú BBA           | 01/09/2016        | 4.976                           | 2,9950                                    |

## Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

|                 | Consolidado  |                 |
|-----------------|--------------|-----------------|
|                 | 2014         | 2013            |
| Riscos cambiais | (3.563)      | (13.173)        |
| Riscos de juros | 2.666        | 374             |
| <b>Total</b>    | <b>(897)</b> | <b>(12.799)</b> |

## Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia e de suas controladas revisam regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras e nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

## Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre os contratos de empréstimos e financiamentos sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas demonstrações financeiras, sendo que as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, para os cenários A e B.

| Operação                              | Vencimentos até  | Exposição em R\$<br>(1) | Risco                         | Consolidado - Efeito em R\$ no resultado |                |                |
|---------------------------------------|------------------|-------------------------|-------------------------------|--|----------------|----------------|
|                                       |                  |                         |                               | Cenário provável                         | Cenário A 25 % | Cenário B 50 % |
| <b>Metrô Bahia</b>                    |                  |                         |                               |  |                |                |
| Compromissos em USD                   | Setembro de 2016 | 512.492                 | Aumento da cotação do USD     | -  | (98.240)       | (220.387)      |
| Hedge NDF de Fluxo de Caixa Futuro    | Setembro de 2016 | (512.492)               | Diminuição da cotação do USD  | -  | 98.240         | 220.387        |
| Compromissos em Euro                  | Agosto de 2015   | 41.519                  | Aumento da cotação do Euro    | -  | (8.840)        | (18.912)       |
| Hedge NDF de Fluxo de Caixa Futuro    | Agosto de 2015   | (41.519)                | Diminuição da cotação do Euro | -  | 8.840          | 18.912         |
|                                       |                  |                         | Efeito de Ganho ou (Perda)    | -  | -              | -              |
| <b>ViaLagos</b>                       |                  |                         |                               |  |                |                |
| 4131 em USD                           | Agosto de 2015   | 152.914                 | Aumento da cotação do USD     | -  | (38.229)       | (76.457)       |
| SWAP USD x CDI (Ponta ativa)          | Agosto de 2015   | (152.968)               | Diminuição da cotação do USD  | -  | 38.242         | 76.484         |
|                                       |                  |                         | Efeito de Ganho ou (Perda)    | -  | 13             | 27             |
| Total dos Efeitos de Ganho ou (Perda) |                  |                         |                               | -  | 13             | 27             |
| <b>Moedas em 31/12/2014:</b>          |                  |                         |                               |  |                |                |
|                                       |                  | Dólar                   |                               | 2,6562                                   | 3,3203         | 3,9843         |
|                                       |                  | Euro                    |                               | 3,2270                                   | 4,0338         | 4,8405         |

(1) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação.

## Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2015 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

| Operação                                  | Risco                              | Vencimentos até   | Empresas       | Exposição em R\$<br>(8) | Consolidado - Efeito em R\$ no resultado |                |                |
|---|------------------------------------|-------------------|----------------|-------------------------|--|----------------|----------------|
|   |                                    |                   |                |                         | Cenário provável                         | Cenário A 25 % | Cenário B 50 % |
| Passivos Financeiros                      |                                    |                   |                |                         |  |                |                |
| Debêntures                                | Aumento do CDI                     | Abril de 2016     | CCR            | 530.746                 | (64.114)                                 | (80.187)       | (96.276)       |
| Debêntures                                | Aumento do CDI                     | Outubro de 2015   | CCR            | 102.452                 | (9.777)                                  | (12.194)       | (14.601)       |
| Debêntures                                | Aumento do CDI                     | Outubro de 2016   | CCR            | 102.465                 | (12.634)                                 | (15.805)       | (18.981)       |
| Efeito líquido                            |                                    |                   |                |                         | (86.525)                                 | (108.186)      | (129.858)      |
| Debêntures                                | Aumento do CDI                     | Abril de 2016     | ViaLagos       | 68.782                  | (8.686)                                  | (10.871)       | (13.059)       |
| 4131 em USD                               | Aumento da Libor de 3 meses (6)    | Agosto de 2015    | ViaLagos       | 152.522                 | (1.588)                                  | (1.644)        | (1.700)        |
| Swap USD x CDI (Ponta passiva)            | Aumento do CDI                     | Agosto de 2015    | ViaLagos       | 131.908                 | (10.205)                                 | (12.702)       | (15.179)       |
| Swap USD x CDI (Ponta ativa)              | Diminuição da Libor de 3 meses (6) | Agosto de 2015    | ViaLagos       | (152.968)               | 1.628                                    | 1.694          | 1.761          |
| Efeito líquido                            |                                    |                   |                |                         | (18.851)                                 | (23.523)       | (28.177)       |
| Debêntures                                | Aumento do IPC-A                   | Outubro de 2017   | AutoBAN        | 155.062                 | (14.433)                                 | (17.004)       | (19.575)       |
| Debêntures                                | Aumento do IPC-A                   | Outubro de 2018   | AutoBAN        | 490.876                 | (56.622)                                 | (64.895)       | (73.167)       |
| Debêntures                                | Aumento do IPC-A                   | Outubro de 2019   | AutoBAN        | 556.083                 | (67.180)                                 | (76.488)       | (85.794)       |
| Swap IPC-A x CDI (Ponta ativa)            | Diminuição do IPC-A                | Outubro de 2017   | AutoBAN        | (155.292)               | 14.465                                   | 17.043         | 19.621         |
| Swap IPC-A x CDI (Ponta ativa)            | Diminuição do IPC-A                | Outubro de 2018   | AutoBAN        | (490.876)               | 56.622                                   | 64.895         | 73.167         |
| Swap IPC-A x CDI (Ponta ativa)            | Diminuição do IPC-A                | Outubro de 2019   | AutoBAN        | (255.741)               | 30.896                                   | 35.176         | 39.457         |
| Swap IPC-A x CDI (Ponta passiva)          | Aumento do CDI                     | Outubro de 2017   | AutoBAN        | 144.056                 | (14.612)                                 | (18.237)       | (21.851)       |
| Swap IPC-A x CDI (Ponta passiva)          | Aumento do CDI                     | Outubro de 2018   | AutoBAN        | 460.145                 | (51.680)                                 | (64.576)       | (77.463)       |
| Swap IPC-A x CDI (Ponta passiva)          | Aumento do CDI                     | Outubro de 2019   | AutoBAN        | 254.828                 | (28.679)                                 | (36.143)       | (43.361)       |
| Efeito líquido                            |                                    |                   |                |                         | (131.223)                                | (160.229)      | (188.966)      |
| Debêntures                                | Aumento do CDI                     | Fevereiro de 2015 | ViaOeste       | 22.239                  | (366)                                    | (452)          | (537)          |
| Debêntures                                | Aumento do CDI                     | Maio de 2017      | ViaOeste       | 445.735                 | (55.638)                                 | (69.616)       | (83.621)       |
| Debêntures                                | Aumento do CDI                     | Setembro de 2017  | ViaOeste       | 298.114                 | (36.412)                                 | (45.546)       | (54.693)       |
| Debêntures                                | Aumento do IPC-A                   | Setembro de 2019  | ViaOeste       | 153.115                 | (18.889)                                 | (21.457)       | (24.025)       |
| Swap IPC-A x CDI (Ponta ativa)            | Diminuição do IPC-A                | Setembro de 2019  | ViaOeste       | (153.202)               | 18.927                                   | 21.501         | 24.074         |
| Swap IPC-A x CDI (Ponta passiva)          | Aumento do CDI                     | Setembro de 2019  | ViaOeste       | 152.949                 | (17.687)                                 | (22.108)       | (26.530)       |
| Efeito líquido                            |                                    |                   |                |                         | (110.065)                                | (137.678)      | (165.332)      |
| Loan Facility Agreement                   | Aumento da Libor de 6 meses (5)    | Dezembro de 2018  | CAP            | 41.016                  | (1.033)                                  | (1.063)        | (1.093)        |
| Swap Libor X Fixa (Ponta ativa)           | Diminuição da Libor de 6 meses (5) | Dezembro de 2018  | CAP            | (7.760)                 | 245                                      | 252            | 259            |
|   |                                    |                   |                |                         | (788)                                    | (811)          | (834)          |
| Debêntures                                | Aumento do CDI                     | Setembro de 2017  | AutoBAN        | 970.045                 | (121.914)                                | (152.557)      | (183.263)      |
| Debêntures                                | Aumento do CDI                     | Maio de 2015      | RodoAnel Oeste | 560.222                 | (22.878)                                 | (28.359)       | (33.754)       |
| Debêntures                                | Aumento do CDI                     | Maio de 2016      | RodoAnel Oeste | 764.065                 | (98.833)                                 | (123.724)      | (148.684)      |
| Debêntures                                | Aumento do CDI                     | Abril de 2017     | RodoAnel Oeste | 574.016                 | (71.910)                                 | (89.981)       | (108.087)      |
| Debêntures                                | Aumento do IPC-A                   | Outubro de 2019   | RodoNorte      | 133.132                 | (17.754)                                 | (18.687)       | (20.920)       |
| Debêntures                                | Aumento do CDI                     | Novembro de 2015  | RodoNorte      | 121.920                 | (12.739)                                 | (15.905)       | (19.063)       |
| Debêntures                                | Aumento do CDI                     | Dezembro de 2015  | NovaDutra      | 117.675                 | (13.216)                                 | (16.513)       | (19.809)       |
| Debêntures                                | Aumento do CDI                     | Setembro de 2015  | NovaDutra      | 87.627                  | (9.109)                                  | (11.371)       | (13.628)       |
| Debêntures                                | Aumento do CDI                     | Setembro de 2015  | NovaDutra      | 58.441                  | (6.190)                                  | (7.730)        | (9.266)        |
| Debêntures                                | Aumento do CDI                     | Fevereiro de 2015 | CPC            | 380.787                 | (4.055)                                  | (5.009)        | (5.941)        |
| Debêntures                                | Aumento do CDI                     | Fevereiro de 2015 | CPC            | 234.650                 | (2.499)                                  | (3.087)        | (3.661)        |
| Debêntures                                | Aumento do CDI                     | Julho de 2016     | SPVias         | 264.644                 | (33.357)                                 | (41.743)       | (50.147)       |
| Debêntures                                | Aumento do CDI                     | Julho de 2016     | SPVias         | 158.787                 | (20.014)                                 | (25.046)       | (30.088)       |
| Debêntures                                | Aumento do CDI                     | Maio de 2016      | SPVias         | 807.662                 | (97.565)                                 | (122.024)      | (146.509)      |
| Debêntures                                | Aumento do CDI                     | Março de 2017     | Metrô Bahia    | 669.424                 | (84.541)                                 | (105.798)      | (127.101)      |
| Notas Promissórias                        | Aumento do CDI                     | Abril de 2015     | NovaDutra      | 442.884                 | (13.920)                                 | (17.236)       | (20.493)       |
| Notas Promissórias                        | Aumento do CDI                     | Abril de 2015     | NovaDutra      | 183.716                 | (6.648)                                  | (8.237)        | (9.798)        |
| Notas Promissórias                        | Aumento do CDI                     | Abril de 2015     | Barcas         | 271.130                 | (6.581)                                  | (8.148)        | (9.687)        |
| Notas Promissórias                        | Aumento do CDI                     | Abril de 2015     | Samm           | 72.778                  | (2.327)                                  | (2.882)        | (3.427)        |
| BNDES                                     | Aumento da TJLP                    | Fevereiro de 2017 | AutoBAN        | 97.989                  | (7.077)                                  | (8.320)        | (9.564)        |
| BNDES                                     | Aumento da TJLP                    | Julho de 2018     | SPVias         | 24.425                  | (1.933)                                  | (2.243)        | (2.552)        |
| BNDES                                     | Aumento da TJLP                    | Janeiro de 2019   | SPVias         | 114.954                 | (9.096)                                  | (10.554)       | (12.013)       |
| BNDES                                     | Aumento da TJLP                    | Abril de 2016     | MSVia          | 273.472                 | (19.418)                                 | (22.888)       | (26.358)       |
| Total do efeito de ganho ou (perda)       |                                    |                   |                |                         | (1.031.026)                              | (1.278.469)    | (1.526.980)    |
| As taxas de juros consideradas foram (1): |                                    |                   |                |                         |  |                |                |
|   | CDI (2)                            |                   |                |                         | 11,57%                                   | 14,46%         | 17,36%         |
|   | IGP-M (3)                          |                   |                |                         | 3,69%                                    | 4,61%          | 5,53%          |
|   | IPC-A (4)                          |                   |                |                         | 6,12%                                    | 7,65%          | 9,18%          |
|   | LIBOR 6 meses (5)                  |                   |                |                         | 0,3628%                                  | 0,4535%        | 0,5442%        |
|   | LIBOR 3 meses (6)                  |                   |                |                         | 0,2556%                                  | 0,3195%        | 0,3834%        |
|   | TJLP (7)                           |                   |                |                         | 5,00%                                    | 6,25%          | 7,50%          |

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo;

Nos itens (2) a (8) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2014, divulgada pela CETIP;
- (3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pela Anbima;
- (4) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo Banco Central do Brasil;
- (5) Refere-se às taxas Libor de 6 meses, divulgadas pela BBA (British Bankers Association) em 31/12/2014;

- (6) Refere-se às taxas Libor de 3 meses, divulgadas pela BBA (British Bankers Association) em 31/12/2014;
- (7) Refere-se à taxa de 31/12/2014, divulgada pelo BNDES;
- (8) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 31/12/2014, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

## 26. Compromissos vinculados a contratos de concessão

### a. Compromissos com o Poder Concedente

#### Outorga fixa

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, assumido no processo de licitação, determinado com base no valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, em parcelas iguais mensais até 2018, corrigidas pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

|          | Valor Nominal    |                  | Valor Presente   |                  |
|----------|------------------|------------------|------------------|------------------|
|          | 2014             | 2013             | 2014             | 2013             |
| AutoBAn  | 977.717          | 1.188.399        | 900.520          | 1.043.237        |
| ViaOeste | 190.437          | 232.367          | 173.962          | 204.785          |
|          | <u>1.168.154</u> | <u>1.420.766</u> | <u>1.074.482</u> | <u>1.248.022</u> |

Esses compromissos, atualizados até 31 de dezembro de 2014, estavam assim distribuídos:

|      | Valor nominal    | Valor presente   |
|------|------------------|------------------|
| 2015 | 353.453          | 343.558          |
| 2016 | 353.453          | 327.199          |
| 2017 | 353.453          | 311.618          |
| 2018 | 107.795          | 92.107           |
|      | <u>1.168.154</u> | <u>1.074.482</u> |

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros real de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga no início da concessão, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

No decorrer do exercício de 2014, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 340.611 (sendo R\$ 271.190 em caixa e R\$ 69.421 através de encontro de contas financeiros referente ao direito de outorga fixa (R\$ 318.177 no exercício de 2013, sendo R\$ 249.617 em caixa e R\$ 68.560 através de encontro de contas financeiros).

A AutoBAn está retendo 8,26% de cada uma das 86 (oitenta e seis) parcelas restantes do ônus fixo, no período de março de 2011 a abril de 2018, autorizada pelo termo Aditivo Modificativo nº 24, de abril de 2011, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras já realizadas.

### **Outorga variável - AutoBA, ViaOeste, RodoAnel Oeste e SPVias**

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita mensal bruta, exceto para os meses de julho a setembro e de novembro a dezembro de 2013, período no qual a alíquota foi de 1,5%, conforme autorizado pelo Poder Concedente (vide maiores detalhes na nota explicativa 13c).

No decorrer do exercício de 2014, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 55.847 referente ao direito de outorga variável (R\$ 110.637 no exercício de 2013).

### **Outorga variável - BH Airport**

Refere-se ao montante a ser pago ao Poder Concedente a título de contribuição variável de outorga resultante da aplicação de alíquota de 5% sobre a receita bruta da concessionária.

A contribuição variável será paga anualmente e o primeiro vencimento ocorrerá em 06 de maio de 2015.

#### ***b. Compromissos relativos às concessões***

As concessionárias assumiram compromissos em seus contratos de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo das concessões. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início de cada contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com os Poderes Concedentes e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário de cada concessionária:

|                 | <u>2014</u>       | <u>2013</u>      |
|-----------------|-------------------|------------------|
| AutoBA          | 156.821           | 225.018 (*)      |
| Metrô Bahia (a) | 669.656           | 981.598          |
| NovaDutra       | 375.931           | 450.921          |
| Ponte           | 3.159             | 35.834           |
| RodoAnel Oeste  | 426.587           | 418.676 (*)      |
| RodoNorte       | 1.202.049         | 1.250.802        |
| SPVias          | 250.509           | 360.941 (*)      |
| ViaLagos        | 31.326            | 114.598          |
| ViaOeste        | 604.312           | 537.663 (*)      |
| MSVia           | 5.578.450         | -                |
| BH Airport (b)  | 3.255.000         | -                |
|                 | <u>12.553.800</u> | <u>4.376.051</u> |

(\*) Reapresentado.

(a) Refere-se ao investimento total a ser realizado conforme estabelecido no contrato de concessão, no montante R\$ 3.941.960, diminuído do total dos aportes, contraprestação pecuniária e dos investimentos já realizados, nos montantes de R\$ 1.990.798, R\$ 961.356 e R\$ 320.150, respectivamente.

(b) Conforme estudo de viabilidade da ANAC.

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

**c. Outorga Variável e Obras a executar**

|                                  | <u>2014</u>  | <u>2013</u>  |
|----------------------------------|--------------|--------------|
| <b>Circulante</b>                |              |              |
| Outorga variável (a)             | <u>8.682</u> | <u>4.569</u> |
| <b>Não circulante</b>            |              |              |
| Obras a executar - Via Oeste (b) | <u>2.253</u> | <u>5.774</u> |

(a) Refere-se à outorga variável ordinária.

(b) Implantação dos contornos dos trechos urbanizados de São Roque e de Brigadeiro Tobias conforme Termo Aditivo Modificativo nº 7.

**d. Contribuição fixa – BH Airport**

Refere-se ao montante anual a ser pago ao Poder Concedente em decorrência da oferta realizada no leilão objeto da concessão.

|                | <u>Valor Nominal</u> | <u>Valor Presente<br/>(Contábil)</u> |
|----------------|----------------------|--------------------------------------|
|                | <u>2014</u>          | <u>2014</u>                          |
| Circulante     | 64.992               | 64.057                               |
| Não circulante | <u>1.884.788</u>     | <u>1.056.902</u>                     |
|                | <u>1.949.780</u>     | <u>1.120.959</u>                     |
|                |                      |                                      |
|                | <u>Valor Nominal</u> | <u>Valor Presente<br/>(Contábil)</u> |
| 2015           | 64.993               | 64.057                               |
| 2016           | 64.993               | 61.422                               |
| 2017           | 64.993               | 58.903                               |
| 2018           | 64.993               | 56.488                               |
| 2019 em diante | <u>1.689.808</u>     | <u>880.089</u>                       |
|                | <u>1.949.780</u>     | <u>1.120.959</u>                     |

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros real de 4,3% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga no início da concessão, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 30 parcelas anuais e consecutivas, sendo que a primeira será liquidada em 06 de maio de 2015. O montante será reajustado anualmente conforme o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).



## 27. Demonstrações dos fluxos de caixa

Abaixo estão demonstradas movimentações de ativos e passivos que não afetaram o caixa e, portanto, foram excluídas das demonstrações dos fluxos de caixa nos respectivos exercícios. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

|   | <b>Controladora</b> |                 |
|---|---------------------|-----------------|
|   | <b>2014</b>         |                 |
| Partes relacionadas - Ativo                                   | (124.320)           |                 |
| <b>Efeito no caixa líquido das atividades operacionais</b>    | <b>(124.320)</b>    |                 |
| Aumento de capital e outras movimentações de investimentos    | 178.320             |                 |
| Mútuo c/ partes relacionadas - recebimento                    | (54.000)            |                 |
| <b>Efeito no caixa líquido das atividades de investimento</b> | <b>124.320</b>      |                 |
|   | <b>Consolidado</b>  |                 |
|   | <b>2014</b>         | <b>2013</b>     |
| Fornecedores - partes relacionadas                            | (16.580)            | (29.974)        |
| Obrigações com o Poder Concedente                             | (1.069.119)         | -               |
| <b>Efeito no caixa líquido das atividades operacionais</b>    | <b>(1.085.699)</b>  | <b>(29.974)</b> |
| Adições ao ativo intangível                                   | 1.085.699           | 29.974          |
| <b>Efeito no caixa líquido das atividades de investimento</b> | <b>1.085.699</b>    | <b>29.974</b>   |

## 28. Eventos subsequentes

### Empréstimo - Metrô Bahia

Em 12 de janeiro e em 10 de fevereiro de 2015, foram firmados contratos de financiamento em moeda estrangeira (dólar americano), através da resolução 4131 do BACEN, com o Bank of America Merrill Lynch, com vencimento em 12 de janeiro e 12 de fevereiro de 2016, respectivamente, remunerados pela Libor de 3 meses + 1,40% a.a.. O pagamento de juros é trimestral e o pagamento de principal no vencimento das operações. Na mesma data, foram firmados contratos de *swap*, trocando a remuneração total da dívida para 103,50% do CDI.

O valor captado em 12 de janeiro foi de USD 37.453 mil, equivalente a R\$ 100.000 e o valor captado em 10 de fevereiro foi de USD 55.494 mil, equivalente a R\$ 150.000.

### Emissão de debêntures - CPC

Em 30 de janeiro de 2015, foram emitidas 75.000 debêntures simples, da 3ª emissão, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos (CVM 476), no valor nominal total de R\$ 750.000 e remuneradas a 104,90% do CDI. Os juros e o principal serão pagos em 30 de janeiro de 2016.

### Redução de capital - CPC

Em 12 de fevereiro de 2015, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da CPC, a redução de seu capital social em R\$ 130.000, passando de R\$ 1.208.873 para R\$ 1.078.873, tendo em vista o atual montante ser superior às suas necessidades. A redução de capital se tornará efetiva,

com a consequente liquidação financeira, nos termos do caput do artigo 174 da Lei das Sociedades Anônimas, ou seja, 60 dias após a publicação da Ata de AGE, ocorrida em 13 de fevereiro de 2015.